



# Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia

**Novo Gama, GO**

**CORPO DIRIGENTE**

**DIRETORIA GERAL**

LUCIANO FERNANDES SILVA

**DIRETORIA ACADÊMICA**

ALICE DA CUNHA MORALES ÁLVARES

**COORDENADOR DA COMISSÃO PRÓPRIA AVALIATIVA**

WENDER ANTÔNIO DE OLIVEIRA

**CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

**BIBLIOTECÁRIA**

DANIELA DE ANDRADE CORNELIO

**SECRETARIA ACADÊMICA**

ÂNGELA MAIARA DA SILVA

**ASSISTENTE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

ELEOMARA JACINTO MONTANHA

## SUMARÍO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS _____	9
Contextualização do Curso _____	9
A concepção do Curso _____	10
A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA _____	10
Políticas Institucionais no Âmbito do Curso _____	10
A política de ensino no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia _____	11
INTEGRIDADE _____	13
AUTONOMIA _____	13
CRITICIDADE _____	13
INOVAÇÃO _____	14
Políticas de pesquisa no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia _____	16
Políticas de extensão no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia _____	16
Regulamentação dos cursos ou atividade de extensão _____	19
Os objetivos do Curso de Licenciatura em Pedagogia _____	25
O objetivo geral _____	25
Os objetivos específicos _____	25
O Perfil do Profissional Egresso _____	26
Competências a serem desenvolvidas pelo discente _____	27
As articulações com as necessidades locais e regionais _____	28
O Contexto Educacional no Âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia _____	30
Contexto educacional: aspectos geográficos _____	30
Contexto educacional: aspectos demográficos _____	31
Cenário do Comportamento da População para o Período 2018 – 2022 _____	32
A demanda de mercado que advém do ensino médio: natureza social _____	33
Planejamento para sua ampliação das competências em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho _____	40
Estrutura Curricular _____	40
Composição do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo _____	50
Totalização da carga horária prática nas unidades curriculares _____	51
A flexibilidade _____	51
A interdisciplinaridade _____	52
A compatibilidade de carga horária _____	52
A articulação da teoria com a prática _____	52
Conteúdos Curriculares, ementas e bibliografia _____	53
Aplicação das Legislações de Educação Étnica Racial, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Política de Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos _____	85
Conteúdos referente as relações étnicos-raciais e cultura afro e indígena _____	85
Conteúdos abordados referente a política de educação ambiental _____	86
Conteúdos Voltados à Educação das Relações Ético – Raciais e Para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Resolução 01 de 17 de julho de 2004 _____	87
Metodologia _____	88
Metodologias Diferenciadas _____	89
Acessibilidade Pedagógica _____	90
Acessibilidade Atitudinal _____	90

As Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular _____	90
Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado _____	91
Forma de apresentação _____	92
Orientação _____	92
Previsão para Convênios _____	93
O regulamento do estágio supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia _____	93
Atividades Complementares _____	93
Relação Entre as Atividades Complementares e as Competências que os Estudantes do Curso Deverão Desenvolver _____	94
Regulamento das Atividades Complementares _____	96
104	
Apoio ao Discente _____	104
Apoio pedagógico _____	105
O atendimento extraclasse: nivelamento e monitoria _____	105
O apoio psicopedagógico: sala de atendimento _____	106
O apoio financeiro _____	107
Apoio para realização de estágios não remunerados _____	107
Apoio para participação em centro acadêmico _____	108
Apoio para acessibilidade metodológica e instrumental _____	108
Apoio de Intercâmbios _____	109
Ações inovadoras _____	110
Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa _____	110
Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs - no Processo Ensino-Aprendizagem _____	111
Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem _____	112
Número de vagas _____	114
Integração com a rede pública de ensino _____	115
Na Unidade concedente de estágio _____	115
Parcerias e convênios _____	116
A necessidade do uso de tecnologias _____	117
Do registro das atividades _____	117
Dos resultados do estágio _____	117
Atividades Práticas de Ensino _____	118
Forma de Acesso ao Curso _____	118
Avaliação por aproveitamento de estudos – Art. 47 – LDB _____	119
Disposição Sobre o Aproveitamento de Estudos nos Cursos de Graduação. _____	119
<b>CORPO DOCENTE</b> _____	122
O Núcleo Docente Estruturante (NDE) _____	122
A concepção do NDE _____	122
O acompanhamento _____	123
A consolidação e a avaliação do PPC _____	123
Estratégia para renovação dos integrantes do NDE _____	123
O Coordenador do Curso _____	123
A representatividade no Conselho Superior _____	124
Regime de trabalho do coordenador do curso _____	124
A gestão do curso _____	124
A relação com os docentes _____	124
A relação com os discentes _____	125
Indicadores de desempenho do coordenador _____	125
Corpo docente: titulação: relatório _____	125

O Regime de Trabalho do Corpo Docente _____	130
Experiência Profissional do Corpo Docente na Educação Básica: relatório _____	130
Experiência na Docência do Magistério Superior: relatório _____	131
A Atuação do Colegiado do Curso _____	132
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica _____	133
A INFRAESTRUTURA _____	133
Espaço de trabalho para professores Tempo Integral - TI _____	133
Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos _____	133
Sala de professores _____	134
Salas de aula _____	134
Acesso dos discentes a equipamentos de informática _____	134
Bibliografia Básica, Bibliografia Complementar e periódicos especializados _____	134
Laboratório Didático de Formação básica _____	135
Laboratório Didático de Formação Especializada _____	135
Sala de apoio pedagógico e outros _____	136
Biblioteca _____	137
Formas de atualização e expansão do acervo _____	139
Serviços oferecidos _____	139
Infraestrutura física relativa à promoção da acessibilidade _____	139
ANEXO I – A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL _____	143
ANEXO II – A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS _____	148
ANEXO III - EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, CULTURA AFRO- BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA _____	152
ANEXO IV – REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA _____	157
CAPÍTULO I _____	157
DA DEFINIÇÃO DO ESTÁGIO _____	157
CAPÍTULO II _____	157
DAS DIRETRIZES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO _____	157
CAPÍTULO III _____	158
DAS POLÍTICAS E OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO _____	158
CAPÍTULO IV _____	159
DA REALIZAÇÃO E LOCAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO _____	159
CAPÍTULO V _____	160
DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO _____	160
CAPÍTULO VI _____	161
DO CONVÊNIO E DO TERMO DE COMPROMISSO _____	161
SEÇÃO I _____	162
DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NO LOCAL DE TRABALHO _____	162
CAPÍTULO VII _____	162
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO _____	162
SEÇÃO I _____	163
DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO _____	163
SEÇÃO II _____	163
DO DISCENTE-ESTAGIÁRIO _____	163
SEÇÃO III _____	164
DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO _____	164

---

---

CAPÍTULO VIII	164
DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	165
CAPÍTULO IX	165
DA FREQUÊNCIA	165
CAPÍTULO X	165
DA CONCLUSÃO DO ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	165
CAPÍTULO XI	165
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	165
ANEXO V – REGULAMENTO DO NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) – CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	167

## Lista de Quadros

Quadro 1. Comportamento da População de Novo Gama, período 2010- 2017. _____	31
Quadro 2. Comportamento da População de Novo Gama e Região Limítrofe no Período 2010-2017 _____	32
Quadro 3. Cenário do Comportamento da População de Novo Gama e Região Limítrofe no período 2018-2022 _____	33
Quadro 4. Projeção de Demanda – Ensino Médio – Novo Gama – 2018- 2022 _____	34
Quadro 5. Projeção de Demanda – Ensino Médio – Novo Gama e Região – 2018-2022 _____	35
Quadro 6. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Novo Gama – Período 2011 - 2015 _____	36
Quadro 7.. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Santo Antônio do Descoberto– Período 2011 - 2015 _____	37
Quadro 8. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Valparaíso – Período 2011 - 2015 _____	37
Quadro 9. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Luziânia – Período 2011 - 2015 _____	37
Quadro 10. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes Novo Gama e Região – Período 2011 - 2015 _____	38
Quadro 11. Projeção do Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes - Novo Gama – Período 2018 - 2022 _____	39
Quadro 12. Projeção do Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes - Novo Gama e Região – Período 2018 - 2022 _____	39
Quadro 13. Matriz Curricular _____	46
Quadro 14. Disciplinas Eletivas _____	48
Quadro 15. Disciplinas Eletivas _____	48
Quadro 16. Análise Global _____	48
Quadro 17 Disciplinas e Cargas Horárias _____	49
Quadro 18. Disciplinas e Especificação das Cargas Horárias _____	50
Quadro 19. Especificação da Cargas Horária _____	50
Quadro 20. pontuação das atividades externas _____	102
Quadro 21. Pontuação das atividades realizadas na instituição _____	103
Quadro 22. Pontuação das atividades de extensão e monitoria _____	103
Quadro 23. Pontuação das disciplinas não prevista no currículo pleno do Curso _____	103
Quadro 24. Composição do NDE _____	122
Quadro 25. Corpo Docente _____	128

---

---

## Lista de Figuras

Figura 1. Comportamento da População de Novo Gama, período 2010- 2017. _____	31
Figura 2. Modelo Matemático representativo do Comportamento Populacional – Novo Gama – Período 2018 – 2022 _____	32
Figura 3. Modelo Matemático representativo do Comportamento Populacional – Novo _____	33
Figura 4. Modelo Exponencial Representativo do Comportamento da Economia de Novo Gama – Período 2011 – 2015 _____	38
Figura 5. Modelo Exponencial Representativo do Comportamento da Economia de Novo Gama e Região – Período 2011 – 2015. _____	39
Figura 6. Relatório RAC _____	103
Figura 7 _____	121



## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O Projeto Pedagógico de um Curso (PPC) é um documento que expressa os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso.

É um documento de orientação acadêmica voltado para o programa de educação, no qual constam informações acerca da organização didática - pedagógica do curso, seus objetivos, estrutura e conteúdo curricular, ementário, metodologia de ensino utilizada para o pleno funcionamento do curso, entre outras informações.

Diante desta explanação, apresentamos a seguir o PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial. Este PPC foi elaborado com foco na visão de gestão acadêmica, pedagógica, tecnológica e administrativa, frente aos princípios educacionais e necessidades específicas para esta formação. Além disto, rececionou-se os ditames das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso proposto e demais legislações pertinentes, prezando assim, pela excelência e atendimento aos valores da comunidade acadêmica e, em particular, do Colegiado do Curso.

## **Contextualização do Curso**

O Curso de Licenciatura em Pedagogia visa contribuir para a formação do profissional Licenciado em Pedagogia, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso expressas na Resolução CNE/CP 01 de 15 de maio de 2006. In verbis:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

De fato, este profissional deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do conhecimento humano. É um educador profissional da Pedagogia, capaz de

atuar em espaços escolares e em não- escolares, na implantação do ensino de sujeitos em diferentes fases de desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo com que se depara.

O referido Curso também está fundamentado no que se refere às Diretrizes de Base para os Cursos de Licenciatura, segundo a Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015, a que se refere ao desempenho do magistério e da licenciatura nas instituições de educação básica, seus processos de organização e de gestão para que os projetos pedagógicos cumpram, sob a legislação vigente, um papel estratégico na formação requerida nas diferentes etapas e modalidades da educação básica; e da gestão. É dentro deste contexto que a Faculdade Logos (FALOG) proporcionará ao discente uma sólida formação teórico-metodológica para a atuação profissional em diferentes espaços institucionais, assegurando referenciais de análise e interpretação da realidade.

## **A concepção do Curso**

Observadas as Diretrizes específicas para a elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o referido projeto foi concebido a partir das reuniões do Colegiado e da Coordenação de Curso, em seu esforço permanente de promover avaliações continuadas do atual currículo, de seu funcionamento, de suas carências, de suas virtudes. O Projeto foi o resultado deste longo trabalho, em diversas frentes, de discussão, de avaliação e de deliberações.

Além disto, o Projeto foi referendado pelo Núcleo de Desenvolvimento Estruturante do Curso, (NDE), bem como homologado pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Acadêmico.

## **A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**

A organização didático-pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FALOG.

### **Políticas Institucionais no Âmbito do Curso**

Estas políticas circunscrevem o ensino e a extensão. Especificamente no âmbito do Curso de Pedagogia estão em sintonia com o perfil do perfil do pedagogo que se deseja formar, sendo um educador crítico, transformador da

realidade por meio da ação-reflexão-ação, facilitador do processo ensino-aprendizagem. As políticas de ensino e de extensão estão voltadas para a satisfação deste perfil: educador crítico e transformador da realidade.

Estas políticas pressupõem a aplicação de práticas pedagógicas, tais como: metodologias ativas, projetos integradores, utilização de recursos tecnológicos que as tornam, a nosso juízo, exitosas e inovadoras, proporcionando uma ampla possibilidade de revisão da política em que são aferidos e analisados os resultados do processo de ensino-aprendizagem.

### *A política de ensino no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia*

No componente político relacionado com o ensino, a Faculdade Logos tem como finalidades: oferecer ensino de qualidade, promover a participação de seus professores e discentes no processo educativo profissional, trabalhar com a sociedade oferecendo cursos e programas de treinamento e informação acerca de problemas socioeducativos, assim como procurar disseminar conhecimentos para o atendimento da demanda social por educação.

Neste sentido, todos os cenários de ensino-aprendizagem se constituirão em espaços de construção e socialização de conhecimentos, do contínuo exercício da reflexão, do amplo debate e da crítica, considerando também sua necessária inclusão na vida social e política da comunidade na qual está inserida, de modo a promover não apenas o crescimento intelectual de seus discentes, mas o desenvolvimento social e econômico do Novo Gama e do Estado de Goiás.

Vale lembrar que esta ideologia política parte dos objetivos institucionais, os quais fundamentam a política de cursos em nível superior da Faculdade Logos, perante os quais se acredita que a educação superior não é apenas uma das alavancas do desenvolvimento econômico, mas um dos elementos da educação que serve para toda a vida.

Ao nascer em ambiente de experiência de 13 anos no ensino de cursos técnicos na área de saúde (COLÉGIO LOGOS), numa sociedade do conhecimento, a Faculdade Logos capta a importância do desenvolvimento dos

recursos cognitivos e da disseminação de conhecimentos para formar profissionais com competências, habilidades e atitudes que os capacite para uma atuação com eficiência e eficácia e para uma efetiva participação como cidadãos na vida pessoal e social, para tanto adotando valores e princípios que devem marcar a educação numa sociedade competitiva, quais sejam: solidariedade, ética, justiça, capacidade de viver e trabalhar em equipe, sensibilidade, estética, reflexão crítica para não apenas desenvolver e executar projetos e tarefas, mas, principalmente, para formar um cidadão capaz de pensar e criar novos meios de compreensão e solução de problemas com os quais se defronta ao longo da vida, nas esferas pessoal, profissional e social.

Atualmente, os sistemas de ensino têm sido pressionados a promover a supramencionada educação ao longo de toda a vida, no sentido de permitir o pleno desenvolvimento de todas as potencialidades humanas de seus discentes, sujeitos em desenvolvimento.

Neste sentido, tem-se acompanhado em Goiás e em seu entorno o desenvolvimento de Instituições educacionais que nascem com a oferta de cursos voltados para a Educação Básica e entendem que seus princípios educativos, de criação de escolas de educação básica, levam sua existência até a criação de uma faculdade, garantindo desta forma uma educação contínua a seus discentes, podendo inclusive prepará-los para os estudos de nível superior e posteriormente para o acesso aos cursos de pós-graduação.

Essa ideia permeia a política de graduação e dos cursos superiores de tecnologia da Faculdade Logos, cujos princípios educativos consolidam ideais presentes desde a educação profissional.

A Faculdade Logos pretende, então, aprimorar-se na formação em nível superior, ampliando assim a oferta de cursos na educação superior no Novo Gama e Região, atendendo quantitativamente e qualitativamente a comunidade com educação permanente e inovação.

Outros pontos acompanharão e permearão as propostas e princípios da Faculdade Logos com as seguintes orientações educacionais:

## INTEGRIDADE

A integridade emergirá com senso de justiça, responsabilidade, coerência em suas atitudes, capaz de respeitar a si mesmo e ao próximo, elementos fundamentais numa sociedade democrática e na atuação em busca de um mundo mais justo e melhor.

A Faculdade Logos acredita que estará contribuindo com a formação de cidadãos íntegros quando oferecem condições para que os discentes exercitem a iniciativa e a responsabilidade, esta última decorrente da tomada de decisões e quando incentiva o trabalho em grupo, tipo de trabalho que favorece o cooperar, o partilhar e o respeito mútuo.

## AUTONOMIA

Indivíduos autônomos são aqueles capazes de se autogovernar, que pensam por si mesmos e que têm liberdade e independência moral e intelectual. São sujeitos que desenvolvem os próprios conceitos sobre o tipo de indivíduo que querem ser e sobre como gostariam que fosse o mundo.

A Faculdade Logos pretende contribuir na formação de profissionais autônomos quando oferecem às suas discentes condições que possibilitam a liberdade de expressão, o pensar por si mesmo, o construir e reconstruir conhecimentos.

## CRITICIDADE

Ao desenvolver uma formação crítica e reflexiva, a Faculdade Logos acredita que estará formando agentes sociais, capazes de contribuir na transformação de uma sociedade mais humana quando supre seus discentes com instrumentos apropriados e com a capacidade de analisar e ler o mundo com criticidade.

Na proposta de ensino da Faculdade Logos os discentes são solicitados a questionar, a avaliar, a fundamentar suas respostas, a formular seus próprios juízos, enfim, são considerados sujeitos ativos nas relações interpessoais e

problematizadores do conhecimento.

## INOVAÇÃO

A sociedade atual solicita cada vez mais indivíduos inovadores, que saibam usar sua capacidade no sentido mais amplo da palavra, na formulação de ideias e na resolução de problemas.

Deste modo, acredita-se na possibilidade de formação de cidadãos inovadores quando se oferece um ensino que permite a liberdade de expressão, que estimula o pensar e o buscar soluções nas mais diversas situações, aplicando-as na construção de novos saberes.

Fundamentada nestes princípios a política de ensino proposta pretende buscar uma formação alicerçada em sólida base teórica resultante de estudos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, incentivar a produção científica com vistas à busca de solução para os problemas que poderão ser encontrados ao longo da atividade profissional, superando a questão do “treinamento” (antes um princípio comum na perspectiva da qualificação), por meio da relação daí decorrente entre ensino e formação, o primeiro entendido como atividade problematizadora de construção/reconstrução de conhecimentos e desenvolvimento de competências que consolidam o processo formativo e, conseqüentemente, da educação permanente.

Com isto pretendem possibilitar o desenvolvimento cognitivo constante das gerações que optarem por desenvolver seu processo intelectual na Faculdade Logos com a oferta de cursos superiores de formação de tecnólogos. Desta maneira a política de ensino da Faculdade Logos consolida a sua proposta de contribuição com o ensino plural e emancipador.

Especificamente no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a Faculdade Logos pretende formar profissionais críticos propiciando ainda, uma reflexão teórico-científica sobre a educação, o que se alinha perfeitamente ao perfil do egresso: formar um profissional, educador crítico e transformador da realidade.

Neste sentido, as políticas de ensino do Curso de Licenciatura em Pedagogia, além de recepcionar a Política de ensino Institucional,

fundamentam-se na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; na Resolução CNE/CP nº 01 de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, como também na Resolução CNE/CP nº 02 de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, observada ainda as teorias pedagógicas contemporâneas.

Com base nesses fundamentos é que foi definido o PPC, o perfil do egresso, a seleção de conteúdos, os princípios metodológicos, o processo de avaliação, as políticas de prática profissional e as atividades complementares.

O PPC de Pedagogia será implementado de modo a atender plenamente os critérios e padrões de qualidade exigidos pelo MEC para o corpo docente, para a infraestrutura geral e específica, bem como para a organização didático-pedagógica. O empenho será para oferecer qualidade e inovação na formação profissional de sua clientela, buscando sempre:

- a) Discente diferenciado pela atitude positiva em relação ao seu processo de formação acadêmica;
- b) Discente com autonomia de aprendizagem, empreendedor de sua própria carreira e consciente de sua responsabilidade social;
- c) Professores engajados e comprometidos com o projeto pedagógico da Faculdade e do Curso, empenhados no alcance de autonomia da aprendizagem de seus discentes.

Haverá todo o empenho da Faculdade Logos, da Coordenação do Curso, do NDE e de seu Colegiado, na adoção de práticas institucionais que estimulem a melhoria do ensino.

Nesta perspectiva o PPC se orientará em torno de diretrizes como:

- a) A qualificação formal e social do discente de graduação e pós-graduação, oferecendo a educação de qualidade, realçando estratégias e formas de estágios e de práticas profissionais;
- b) A atualização curricular do Curso, por meio da efetiva realização

de um projeto pedagógico pertinente; a democratização do acesso ao ensino superior, diversificando e ampliando as formas de ingresso.

### *Políticas de pesquisa no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia*

A Instituição se organiza na forma de Faculdade e, como tal, não tem compromisso legal com a produção de conhecimentos por meio da pesquisa institucionalizada. Portanto, para este momento de implantação do Curso, não haverá política de pesquisa institucionalizada. Haverá sim, a pesquisa enquanto metodologia ou técnica de ensino-aprendizagem, vinculada ao desenvolvimento das disciplinas constantes da matriz curricular, sob orientação do professor da disciplina.

### *Políticas de extensão no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia*

A extensão será trabalhada em seu contexto através da Faculdade Logos que buscará incentivar a criação cultural, desenvolver o espírito científico, crítico e reflexivo e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo do indivíduo e da sociedade, por meio de atividades que envolva a educação superior com a comunidade.

Nesta perspectiva, a totalidade da formação não se esgota, como se sabe, nos Cursos de Graduação ou Superiores, ao contrário, a inferência no contexto social onde está inserida exigirá da Faculdade Logos ações capazes de consolidar a formação do profissional-cidadão, comprometida com a melhoria da qualidade de vida de todos e a efetividade da extensão como um espaço que propicie o avanço da consciência crítica/instrumental da comunidade.

Esse compromisso, quando voltado para e valorização de interação da Faculdade Logos com a sociedade, passa a exigir o desenvolvimento de uma efetiva política com vistas à construção de uma Instituição de Ensino Superior cada vez mais competente para interferir no processo social da região.

Desta forma, este item tem por objetivo delinear as Diretrizes Gerais da



Extensão a serem implantadas pela Faculdade Logos de modo a consolidar sua integração junto à comunidade para a qual se destina.

É importante salientar que a Extensão é parte indispensável do pensar e fazer acadêmico e assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política da instituição.

Ao reafirmar o compromisso social da Faculdade Logos, como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a Extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a IES, em suas atividades de ensino, com as demandas da sociedade o que termina sendo um anseio da comunidade estudantil e uma necessidade da sociedade para o qual esta IES está se propondo no Estado de Goiás e, principalmente, para a comunidade do Novo Gama que não diferente de outras cidades brasileiras necessitam de uma intervenção social mais consolidada e assistida.

São objetivos da Política de Extensão da Faculdade Logos:

- a) Afirmar a atividade de extensão como processo acadêmico definido e efetivado através do ensino em função das exigências da realidade, indispensável na formação do discente, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- b) Assegurar a relação bidirecional entre a IES e a sociedade, de tal modo que os problemas urgentes da sociedade recebam atenção produtiva por parte da IES;
- c) Priorizar práticas voltadas ao atendimento às necessidades sociais emergentes como as relacionadas à área de Educação, Saúde, Habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- d) Estimular atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da IES e da sociedade;
- e) Enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a

oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da Educação incluindo a Educação Continuada e à Distância;

f) Considerar a atividade voltada para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevante para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;

g) Inserir a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentado como componentes da atividade Extensionista;

h) Valorizar os Programas de Extensão Interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;

i) Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da Própria IES;

j) Oportunizar a participação da IES na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;

k) Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País.

No Âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a política de extensão terá fulcro no oferecimento de cursos de curta, média e longa duração, na forma dos artigos 43 e 44 da LDB, oferecidos sob demanda, sazonais ou espontâneas, na área da Pedagogia e da Educação de forma geral. A oferta destes cursos está focada na formação e no perfil do egresso que se deseja formar: educador crítico e transformador da realidade. Para tanto, potencializa-se sua formação também conteudista.

Inicialmente, tem-se à estimativa para os cursos a seguir com uma carga horária unitária de 20 horas:

- a) Técnicas Inovadoras de ensino (2019);
- b) Ensino Fundamental de 9 anos (2019);
- c) Novo Acordo Ortográfico (2019);

- d) Leitura e Produção Textual (2019);
- e) Práticas de no Ensino da Matemática (2019);
- f) História e Cultura Afro-Brasileira (2019);
- g) Técnicas para Contar Histórias e Dinamizar a Leitura em Sala de Aula (2020);
- h) Metodologia de Projetos (2020);
- i) Métodos Avaliativos da Aprendizagem (2020);
- j) Motivação no Processo de Ensino-Aprendizagem (2020);
- k) Jogos e Dinâmicas na Sala de Aula (2021);
- l) Educação Inclusiva (2021);
- m) Educação Sexual na Escola (2021);
- n) Articulação Curricular (2021);
- o) Projeto Político Pedagógico da Escola (2021).
- p) Para cursos de médio e longo prazo têm-se a seguinte estimativa:
- q) Educação e Sociedade (2022);
- r) Didática, Planejamento e Teorias da Educação (2022);
- s) Gestão, Avaliação e Psicologia da Aprendizagem (2022);
- t) Fundamentos, Novas Tecnologias, Gestão e Ética na Educação (2022);
- u) Educação em Diferentes Ambientes de Aprendizagem (2022);
- v) Meio Ambiente, Gênero e Diversidade, Ludicidade (2022).

A produção acadêmica será estimulada para a elaboração de atividades práticas e publicações em periódicos diversos.

### Regulamentação dos cursos ou atividade de extensão

FACULDADE LOGOS CONSELHO ACADÊMICO, Dispõe Sobre a Regulamentação dos Cursos de Extensão.

#### *O Entendimento de Extensão Acadêmica*

A extensão acadêmica é entendida como a realização da ação da instituição junto à comunidade, disseminando o conhecimento adquirido com o

ensino e a pesquisa desenvolvidos. Trata-se de um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade. É compreendida como um processo de aprendizagem, que contribui para a formação pessoal, capacitação profissional e transformação social. Objetiva uma aprendizagem significativa, uma formação cidadã e uma qualificação profissional.

Com efeito, este entendimento vai ao encontro do que estabelece a Portaria MEC nº 40/2007, que em seu anexo, traz o quadro de conceitos de referência para as bases de dados do Ministério da Educação sobre educação superior. No item 4, traz os tipos de cursos e graus, in verbis:

Tipos de cursos e graus

(...)

Extensão - programa de formação da educação superior, voltado a estreitar a relação entre universidade e sociedade, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, que confere certificado aos estudantes concluintes. Compreende programas, projetos e cursos voltados a disseminar ao público externo o conhecimento desenvolvido e sistematizado nos âmbitos do ensino e da pesquisa e, reciprocamente, compreender as demandas da comunidade relacionadas às competências acadêmicas da instituição de educação superior. [Sem grifos no original].

De igual valia, o entendimento que ora se apresenta da extensão acadêmica ou universitária, também se alinha fidedignamente ao que preceitua o Art. 43, inciso VII, da Lei 9.394/96:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

(...)

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. [Sem grifos no original].

Decorre que os programas de extensão ofertados são de abrangência da educação superior e abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos nas normas interna da Faculdade Logos conforme preceitua o Art. 44, inciso IV, Lei 9.394/96, in verbis:

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

(...)

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos

estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. [Sem grifos no original].

Como se denota, por meio dos Art. 43 e 44, o Poder Público remete a modalidade de extensão à autonomia da IES, uma vez que o atendimento aos requisitos se refere a um conjunto de regras próprias produzidas pela IES.

Sendo esta Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Poder Público, verifica-se que o disposto nestes artigos lhe isenta de autorização prévia deste Poder para oferecer programas e atividades de extensão em todo Território Nacional.

Isto fica muito claro ao se deparar com a expressão “aberta à participação da população e “(...) que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições (...)”.

De outro viés o próprio MEC/Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), afirma:

(...) Tais cursos podem ser ofertados em qualquer região do país, não apenas no local da sede da instituição, uma vez que para a oferta de cursos de aproveitamento não há delimitação de espaço geográfico na legislação educacional. Para efeitos legais os cursos em comento são considerados cursos livres, ou seja, não passíveis de regulamentação por esta pasta ministerial. [Sem grifos no original]. (INFORMAÇÃO Nº 05/2013/NRSCGL/DPR/SERES/MEC).

Deste contexto em que se insere a extensão, filtra-se que esta se insere na educação superior, não se limita a barreiras ou fronteiras geográficas, pode ser ofertada a candidatos que atendam aos requisitos da Faculdade Logos e objetiva a formação tanto intelectual como profissional do cidadão, podendo ser ofertada somente por IES credenciada pelo MEC.

### *Diretrizes*

Art. 1º. O Curso de Extensão é um conjunto articulado de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejado para atender demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimento de jovens e adultos, independentemente do nível de escolaridade e formação.

Art. 2º. O Curso de Extensão deve ser ministrado por profissionais com formação superior. Em casos especiais, os cursos poderão ser ministrados por profissionais não titulados, de notório conhecimento comprovado por meio do curriculum vitae.

Art. 3º. Os Cursos de Extensão oferecidos pela FACULDADE LOGOS estão sujeitos à ordenação geral estabelecida no presente regulamento.

Art. 4º. Os Cursos de Extensão caracterizam-se como de curta, média e longa duração.

Art. 5º. Para os efeitos deste regulamento, entende-se como:

I – CURSO DE CURTA DURAÇÃO – aquele que objetiva principalmente oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento. Possui carga horária de 40 horas.

II – CURSO DE MÉDIA DURAÇÃO – objetiva principalmente aprimorar ou aprofundar habilidades técnicas em uma área do conhecimento e se destina a profissionais graduados e a discentes com ensino médio completo. Possui carga horária máxima de 120 horas.

III – CURSO DE LONGA DURAÇÃO – objetiva principalmente atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento. É destinado à comunidade em geral. Possui carga horária em torno de 400 horas.

### *Objetivo*

Art. 6º. A FACULDADE LOGOS, em sua política de extensão, visa tornar acessível à sociedade o conhecimento que acumula, sistematicamente, pela articulação entre ensino e pesquisa, suprindo as demandas culturais e sociais da comunidade, numa dimensão ética, solidária e transformadora.

Art. 7º. A FACULDADE LOGOS tem por objetivo elaborar projetos de Cursos de Extensão para ampliar as oportunidades educacionais de interessados na aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, observada a demanda de mercado.

### *Proponente*

Art. 8º. Poderão ser proponentes docentes e técnicos administrativos da FACULDADE LOGOS, outras IES em parceria, e comunidade.

### *Da Inscrição Para o Processo Seletivo*

Art. 9º. A inscrição para o processo seletivo do Curso de Extensão deverá ser feita na Coordenação de Extensão, na forma do edital do curso.

Parágrafo Único. Neste ato o candidato receberá o edital do processo seletivo bem como a documentação comprobatória de sua inscrição.

### *Da Realização do Processo Seletivo*

Art. 10º. O processo seletivo do Curso de Extensão deverá ser realizado em data, local e horário definidos no edital. A realização deste processo se dará por meio de provas ou outros meios de avaliação definidos no edital. 7 – Da Aprovação no Processo Seletivo

Art. 11. Os candidatos aprovados ou reprovados no processo seletivo deverão ser comunicados, formalmente, de acordo com o disposto no edital.

### *Da Matrícula no Curso de Extensão*

Art. 12. A matrícula dos candidatos aprovados deverá ser feita na Secretaria-Geral em período fixado no edital.

Parágrafo Único. Os documentos necessários ao ato da matrícula deverão constar do edital.

### *Do Acompanhamento e da Avaliação*

Art. 13. Cabe à Coordenação de Extensão acompanhar e avaliar a execução das atividades de todos os Cursos de Extensão.

### *Da Certificação*

Art. 14. A Coordenação de Extensão expedirá certificados aos

ministrantes e aos participantes dos cursos de Extensão.

§ 10. A certificação dos cursos de Extensão será expedida de acordo com os seguintes critérios:

- I - Inscritos que comprovem frequência mínima de 75% das atividades programadas e aproveitamento conforme avaliação estabelecida no plano de curso;
- II - Ministrante de disciplina que tiver seu relatório final aprovado pela Coordenação de Extensão.

§ 20. Todos os certificados deverão estar registrados em documento próprio, informatizado, numerado e arquivado

### *Fluxograma da Extensão*

Art. 15. As normas de operacionalização da extensão, sinteticamente, estão representadas na forma do fluxograma.



## **Os objetivos do Curso de Licenciatura em Pedagogia**

Os objetivos do Curso estão voltados ao perfil do egresso, à estrutura curricular e ao contexto educacional, na forma do Art.2º da Res. CNE/CP 01 de 15 de maio de 2006.

### *O objetivo geral*

O Objetivo geral é formar professores, inicialmente, para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

### *Os objetivos específicos*

Os objetivos específicos são:

- a) Formar o profissional desenvolvendo habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação acadêmica e profissional pertinentes à Pedagogia;
- b) Proporcionar aprendizado interdisciplinar, necessário para que o licenciado possa superar os desafios das condições do exercício profissional e de produção do conhecimento;
- c) Contemplar as diferentes abordagens teóricas-metodológicas que norteiam o processo de ensino e aprendizagem;
- d) Favorecer a flexibilização curricular de forma a atender as diferentes demandas educacionais;
- e) Desenvolver a disciplina e a autonomia do processo de aquisição dos conhecimentos;
- f) Desenvolver atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento por meio da pesquisa e da extensão;
- g) Identificar e analisar as práticas pedagógicas que envolvem o cotidiano escolar;

- h) Formar professores capazes de conhecer e adequar os conteúdos da língua portuguesa, da matemática, de outras linguagens e códigos, do mundo físico e natural e da realidade social e política, de modo a assegurar a aprendizagem dos discentes;
- i) Investir em sólida formação teórica dos campos que constituem os saberes da docência para a educação infantil, para os anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
- j) Propiciar a capacitação para o atendimento pedagógico de qualidade para crianças em seus aspectos físicos, psicológicos, culturais e cognitivos;
- k) Propiciar condições para que o futuro professor perceba a realidade escolar como ímpar, com dinâmica interna própria e que se situa num contexto sociocultural concreto;
- l) Proporcionar ao formando a vivência das diferentes linguagens no espaço de educação formal e não-formal, por meio de um diálogo expressivo da cultura, que venha contribuir para a construção de novos saberes;
- m) Trabalhar as diferentes capacidades do futuro professor: cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal, que o habilite a uma atuação profissional de forma crítica e reflexiva.

### *O Perfil do Profissional Egresso*

O perfil que se pretende para os profissionais de Licenciatura em Pedagogia, relaciona os objetivos de formação para atuação na docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos., tendo como campo de atuação a educação formal e não-formal, assim como, em espaço público e/ou privado,

estando os mesmos aptos a conhecer, analisar, avaliar e atuar de forma consciente e crítica na prática escolar, levando em consideração os contextos sociais, culturais, históricos, econômicos, da realidade na qual encontra-se inserido, bem como os fins e os valores da educação. Este perfil tem foco no Art. 4º da na Resolução CNE/CP 01 de 15 de maio de 2006, DCN de Pedagogia e no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

### Competências a serem desenvolvidas pelo discente

Esta competência tem foco no Art. 5º da na Resolução CNE/CP 01 de 15 de maio de 2006, DCN de Pedagogia. O curso propiciará a formação, delineando as seguintes competências e habilidades:

- a) Ter capacidade crítica sobre o papel de homem, sociedade, escola e educação;
- b) Ter ética na sociedade e no trabalho;
- c) Ter capacidade de analisar o contexto e as necessidades da Educação Básica;
- d) Competência e habilidade para educar crianças de zero a cinco anos, contribuindo para seu desenvolvimento nas dimensões física, afetiva, cognitiva, intelectual e social;
- e) Competência e habilidade de fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens dos discentes nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- f) Capacidade de trabalhar, em espaços escolares e não- escolares, na promoção de aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano e em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- g) Capacidade de diagnosticar e avaliar os processos de ensino-aprendizagem, bem como dos espaços institucionais;
- h) Ter capacidade de atuar com a diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas etárias, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- i) Ter capacidade para gerir princípios e estratégias de gestão do

trabalho educativo.

- j) Capacidade e domínio dos princípios de gestão das instituições escolares tendo como base a coordenação, o acompanhamento e a avaliação do projeto pedagógico;
- k) Capacidade de planejamento, execução, e avaliação de projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não- escolares.
- l) Ter capacidade para utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- m) Ter competência para aplicar criticamente as diretrizes curriculares, o Plano Nacional de Educação e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;

Todos os aspectos mencionados apontam para a exigência imperativa de ter um cidadão cada vez mais bem formado e informado, preparado para viver suas responsabilidades e direitos enquanto cidadão, membro de uma comunidade local, nacional e internacional.

### As articulações com as necessidades locais e regionais

O perfil do egresso que se deseja formar no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Logos vai ao encontro das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, relativas à educação básica, que se referem tanto ao contexto local, como ao contexto regional e nacional, que contém a Faculdade Logos e seu Curso de Licenciatura em Pedagogia, a saber:

#### Educação Infantil

Até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola. A meta estabelece, também, a oferta de Educação Infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

#### Ensino Fundamental

Até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos discentes devem concluir essa etapa na idade recomendada.

#### Ensino Médio

Até 2016, o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos. A meta é também elevar, até o final

da vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

#### Educação Especial/Inclusiva

Toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### Alfabetização

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, segundo dados de 2012, a porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura é de 44,5%. Em escrita, 30,1% delas estão aptas, e apenas 33,3% têm aprendizagem adequada em matemática.

#### Educação integral

Até o fim da vigência do PNE, oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) discentes(as) da Educação Básica.

Aprendizado adequado na idade certa estimular a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

Alfabetização e alfabetismo de jovens e adultos. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

EJA integrada à Educação Profissional Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Os dados de 2012 apontam que apenas 0,7% dos discentes do EJA de Ensino Fundamental têm esta integração. No Ensino Médio, a porcentagem sobe para 2,7%.

#### Educação Profissional

Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Em 2012, houve 1.362.200 matrículas nesta modalidade de ensino. A meta é atingir o número de 4.086.600 de discentes matriculados.

Formação de professores Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

De fato, ao que se verifica, o perfil do egresso está alinhado com todas estas metas constantes do Pano Nacional de Educação vigente, uma vez que tais metas trazem em seu bojo necessidades de satisfação de contexto educacional como se apresenta a seguir.

## O Contexto Educacional no Âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia

O contexto educacional no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Logos, contempla as demandas econômica e social. A Faculdade Logos foi criada para oferecer cursos superiores visando contribuir para a educação e o desenvolvimento sociocultural da sua microrregião.

A Faculdade Logos tem raízes profundas em Novo Gama - GO, empenhada no desenvolvimento de um projeto de educação superior de qualidade, com a finalidade de qualificar profissionais graduados e pós-graduados, com o interesse da promoção do desenvolvimento educacional, cultural, social, econômico e político do homem e da região onde ele está inserido e com a qual deve estar comprometido.

Espera contribuir significativamente para que os concludentes do ensino médio da microrregião possam dar continuidade a seus estudos, chegando ao nível superior, promovendo um elevado nível cultural na população local e regional.

### Contexto educacional: aspectos geográficos

A Faculdade Logos atua, geograficamente, em Novo Gama, Estado de Goiás, como também em seu entorno, com ensino superior presencial. Novo Gama é uma cidade localizada no leste do estado de Goiás, distante 177 Km da capital, constituindo-se no município de destaque da microrregião. Divisa com os municípios de Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Luziânia.

## Contexto educacional: aspectos demográficos

O comportamento da população de Novo Gama é apresentado por meio da série histórica temporal. Verifica-se que esta população está crescendo uma taxa média anual de 2,16% ao ano

Quadro 1. Comportamento da População de Novo Gama, período 2010- 2017.

Ano	Quantidade de Habitantes
2010	95.018
2011**	96.603
2012**	98.135
2013**	103.085
2014**	104.889
2015**	106.077
2016**	108.410
2017**	110.096

Fonte: IBGE Cidades (Censo 2018).

Nota explicativa: \*\*IBGE Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho

Há a necessidade de avanços com os compromissos educacionais para poder, intrinsecamente, dar provimento às necessidades de conhecimento da população e para a formação do cidadão. O Gráfico 01 ilustra o comportamento crescente desta população no período referenciado.

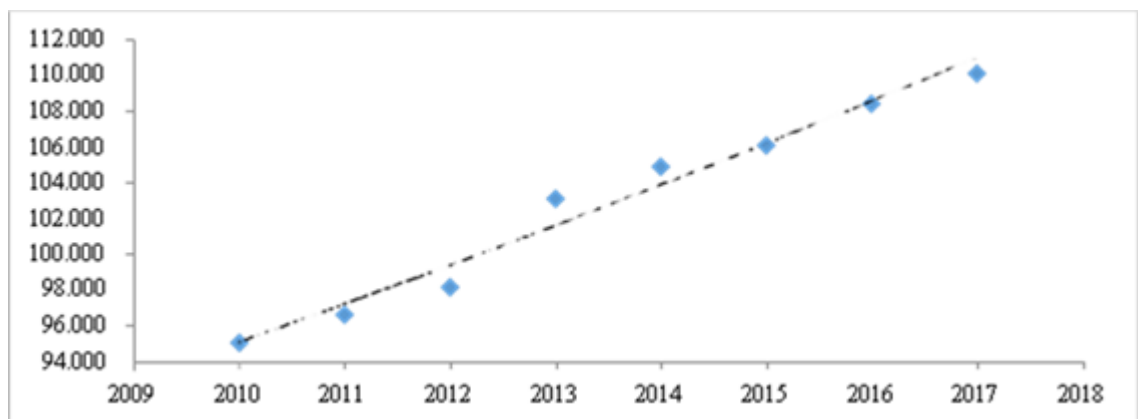


Figura 1. Comportamento da População de Novo Gama, período 2010- 2017.

O comportamento da população da Região do Novo Gama é

apresentado por meio da série histórica temporal. Verifica-se que esta população está crescendo uma taxa média de 2,12% ao ano.

Quadro 2. Comportamento da População de Novo Gama e Região Limítrofe no Período 2010-2017

Ano	Novo Gama	Santo Antônio do Descoberto	Valparaíso de Goiás	Luziânia	Total
2010	95.018	63.248	132.982	174.531	465.779
2011	96.603	64.120	135.909	177.099	473.731
2012	98.135	64.693	138.740	179.582	481.150
2013	103.085	67.993	146.694	188.181	505.953
2014	104.889	69.000	150.005	191.139	515.033
2015	106.677	69.988	153.255	194.039	523.959
2016	108.410	70.950	156.419	196.864	532.643
2017	110.096	71.887	159.500	199.615	541.098

\*Fonte: IBGE Cidades (Censo 2010).

Nota explicativa: \*\*IBGE Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho.

Ao que se verifica o crescimento populacional do município de Novo Gama (2,12% ao ano) como de sua região (2,16% ao ano), supera o crescimento médio populacional do Brasil no mesmo período o que equivale a 1,9% ao ano.

## Cenário do Comportamento da População para o Período 2018 – 2022

Com base no crescimento populacional do município de Novo Gama elaborou-se o cenário, por meio de modelo matemático exponencial, desta população para o período 2018 – 2022. O modelo matemático encontra-se no Gráfico 02 e o cenário descrito no Quadro 3.

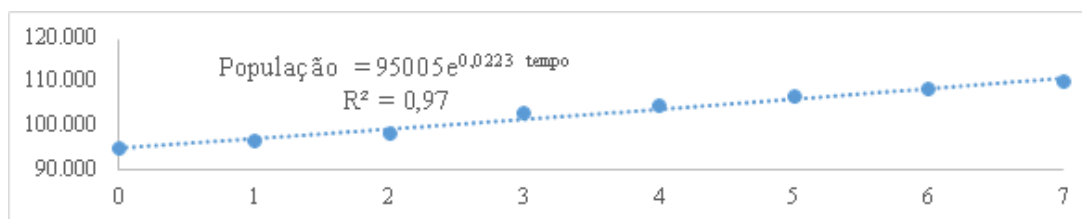


Figura 2. Modelo Matemático representativo do Comportamento Populacional – Novo Gama – Período 2018 – 2022

Com a aplicação do modelo matemático elaborou-se a projeção descrita no Quadro 03.



Quadro 3. Cenário do Comportamento da População de Novo Gama e Região Limítrofe no período 2018-2022

Ano	Novo Gama	Região
2018	113.558	558.390
2019	116.118	571.210
2020	118.736	584.323
2021	121.414	597.737
2022	124.151	611.460

De igual teor elaborou-se o cenário, por meio de modelo matemático exponencial, da população da Região do Novo Gama para o período 2018 – 2022. O modelo matemático encontra-se no Gráfico 03 e o cenário descrito no Quadro 03.

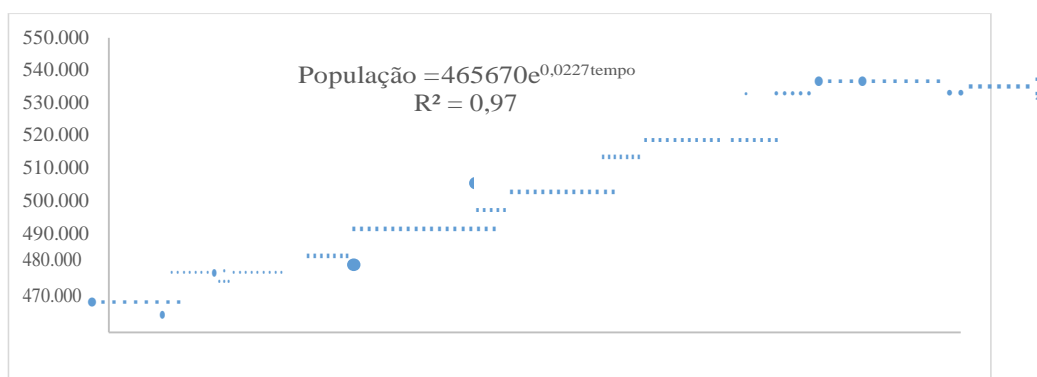


Figura 3. Modelo Matemático representativo do Comportamento Populacional – Novo

Com efeito, como se observa, a projeção deste crescimento populacional, tanto de Novo Gama como de sua Região, que se refere ao macro ambiente populacional, também favorece à implantação de cursos superiores, em particular de formação de professores para a educação básica, no qual se insere o Curso de Licenciatura em Pedagogia.

### A demanda de mercado que advém do ensino médio: natureza social

Esta demanda pode ser entendida de dois vieses. Primeiramente a demanda de mercado que advém do ensino médio, como também a demanda

potencial que já se insere no estudo da pedagogia nas IES que atuam neste município e na região.

### *A demanda de mercado local*

Relativo ao município, segundo o INEP em Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2018), Novo Gama – Go, no período 2013-2017, apresentou média anual de 2.933 discentes no ensino médio. A perspectiva é que esta demanda tenha um comportamento crescente em torno de 2% ao ano em sintonia com o crescimento populacional verificado. Neste caso, se elabora a projeção para esta demanda, que está descrita no Quadro 04.

Quadro 4. Projeção de Demanda – Ensino Médio – Novo Gama – 2018- 2022

Ano	Projeção de Demanda com Origem no Ensino Médio
2018	2.939
2019	2.945
2020	2.951
2021	2.957
2022	2.962

Uma parte desta demanda, naturalmente, será recepcionada pelos Cursos de Pedagogia oferecidos na Região, a saber: a) Curso de Pedagogia da Faculdade Católica Paulista, na modalidade EaD e Curso de Pedagogia da Faculdade Superior de Ensino Programa na Modalidade Ead.

Contudo, no município de Novo Gama Não há IES com Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, o que potencializa uma demanda específica para a modalidade presencial neste Curso.

Há que se esclarecer que a demanda por ensino à distância não é proveniente, especificamente, dos discentes que estão terminando o ensino médio, mas, sim de uma demanda bastante reprimida, como também por uma demanda de pessoas que já tem outra formação superior.

Entende-se que a oferta na modalidade EaD, por obvio, também recepciona os discentes em término do ensino médio, porém em menor escala que a oferta na modalidade presencial para este tipo de discente.

Então, considerada, apenas a modalidade presencial o Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Logos não tem, neste momento, concorrentes diretos.

### *A demanda de mercado da Região*

Relativo à Região de Novo Gama, segundo o INEP em Sinopses Estatísticas da Educação Básica (2018), Novo Gama e região, no período 2013-2017, apresentaram média anual de 18.646 discentes no ensino médio. A perspectiva é que esta demanda tenha um comportamento crescente em torno de 2% ao ano em sintonia com o crescimento populacional verificado. Neste caso, se elabora a projeção para esta demanda, que está descrita no Quadro 05

Quadro 5. Projeção de Demanda – Ensino Médio – Novo Gama e Região – 2018- 2022

Ano	Projeção de Demanda com Origem no Ensino Médio
2018	19.019
2019	19.399
2020	19.787
2021	20.183
2022	20.587

Esta Região tem a oferta de vários Cursos de Pedagogia, na modalidade EaD, mas apenas um Curso na modalidade presencial. (e- Mec, 2018). Esta quantidade na oferta destes cursos, principalmente na modalidade PRESENCIAL, já se apresenta como significativa para despertar o interesse na competição regional, pois além do mercado presencial que já se apresenta como significativa, o mercado EaD apresenta-se como palco de competição também significativa para se recepcionar deste mercado discente que queiram estudar na modalidade presencial. Destarte é possível tornar parte deste mercado na modalidade presencial. Sem dúvida este mercado é de interesse da Faculdade Logos.

Do exposto, as demandas de natureza social apresentadas: de mercado e potencial, são suficientes para assegurar mercado para novas IES (entrantes)

que vislumbram oportunidades para ampliar seu escopo de atuação com a implantação ou, até mesmo, a expansão da oferta de vagas em Cursos de Licenciatura em Pedagogia.

#### *A demanda de mercado: natureza econômica: realizada*

A economia de Novo Gama é representada pelo seu Produto Interno Bruto (PIB). Verificado o período 2011-2015, segundo o IBGE (2018), esta economia cresceu a uma taxa média anual de 9,4% no geral e a uma taxa média anual de 8,1%, especificamente para as atividades de serviços que é a principal atividade econômica do município.

Deste fato, entende-se que a cidade de Novo Gama apresenta um bom crescimento econômico que, por sua vez, sugere o crescimento das IES para atender a demanda de mercado que é gerada por tal comportamento expansionista.

A construção de uma instituição que possa proporcionar uma boa formação acadêmica, técnica e científica para profissionais licenciados, bacharéis e tecnólogos, é de grande importância para a confirmação e realização destas tendências de crescimento e desenvolvimento econômico e produtivo para o local e a região.

O objetivo é oferecer cursos em diversas áreas do conhecimento, que atendam às exigências de uma sociedade em expansão, contribuindo para o aprimoramento profissional da sociedade e, em particular, da comunidade em seu entorno.

Neste contexto, a Faculdade Logos há de se desenvolver a partir das demandas locais e regionais, sem deixar de olhar para as nacionais, latino-americanas e globais, politicamente comprometida com a promoção do desenvolvimento social e econômico. Para tanto, se faz necessário o estudo deste macro ambiente econômico. O Quadro 06 descreve o comportamento da economia de Novo Gama, local, no período 2011 – 2015.

Quadro 6. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Novo Gama – Período 2011 - 2015

Ano	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
-----	------	-----------	----------	----------	-----

2011	2.596,00	48.090,00	458.362,00	39.444,00	509.048,00
2012	3.560,00	51.853,00	506.456,00	39.097,00	600.397,00
2013	3.080,00	60.069,00	577.060,00	45.167,00	685.376,00
2014	2.252,98	70.020,48	633.586,18	46.003,79	752.163,43
2015	2.378,76	63.371,58	679.370,15	54.086,28	799.206,78
Variação	-1,7%	5,7%	8,1%	6,5%	9,4%

O comportamento da economia dos municípios que compõem esta região está descrito nos quadros que seguem.

Quadro 7.. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Santo Antônio do Descoberto– Período 2011 - 2015

Ano	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
2011	14.540,00	33.039,00	303.608,00	23.640,00	374.826,00
2012	20.627,00	35.934,00	348.941,00	25.235,00	430.737,00
2013	18.845,00	55.426,00	390.550,00	28.247,00	493.067,00
2014	12.992,46	46.565,07	452.859,80	33.031,89	545.449,22
2015	11.614,50	38.671,06	484.512,42	37.302,63	572.100,60
Variação	-4,4%	3,2%	9,8%	9,5%	8,8%

Quadro 8. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Valparaíso – Período 2011 - 2015

Ano	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
2011	367,00	150.692,00	1.080.379,00	154.677,00	1.386.116,00
2012	444,00	158.616,00	1.232.165,00	155.954,00	1.547.179,00
2013	673,00	188.110,00	1.292.662,00	156.463,00	1.637.957,00
2014	555,65	235.412,72	1.567.730,86	177.970,94	1.981.670,16
2015	445,94	268.690,66	1.686.903,77	199.048,60	2.155.088,97
Variação	4%	12,2%	9,3%	5,5%	8,8%

Quadro 9. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes de Luziânia – Período 2011 - 2015

Ano	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
2011	194.185,00	623.285,00	1.337.092,00	234.021,00	2.388.584,00
2012	248.819,00	729.738,00	1.509.273,00	242.176,00	2.730.007,00

2013	252.205,00	939.767,00	1.641.117,00	271.790,00	3.104.880,00
2014	266.350,11	827.166,32	1.737.295,22	263.743,15	3.094.564,80
2015	293.930,14	891.837,51	1.875.874,41	291.904,60	3.353.566,66
Varição	8,6%	7,42%	7,0%	4,5%	7%

Pode-se, portanto, a partir destes comportamentos se demonstrar o total do comportamento da economia de Novo Gama e Região. O Quadro 10 descreve este comportamento totalizado.

Quadro 10. Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes Novo Gama e Região – Período 2011 - 2015

Ano	Agro	Indústria	Serviços	Impostos	PIB
2011	211.688,00	855.106,00	3.179.441,00	520.749,77	4.658.574,00
2012	273.450,00	976.141,00	3.596.835,00	462.462,00	5.308.320,00
2013	274.803,00	1.243.372,00	3.901.389,00	263.743,15	5.921.280,00
2014	309.731,23	1.243.835,78	4.530.051,25	548.911,22	6.373.847,61
2015	266.871,26	1.262.570,81	4.726.660,75	582.342,11	6.879.963,01
Varição	7,80%	8,10%	8,20%	5,20%	8,10%

Este comportamento dará sustentação à predição do comportamento desta economia para o período 2018 – 2022.

### *A demanda de mercado: natureza econômica: projetada*

Diante do comportamento da economia de Novo Gama, realizado no período de 2011 – 2015, projeta-se o comportamento desta economia para o período 2018 – 2022. O fundamento da projeção tem fulcro no modelo exponencial descrito no Gráfico 03.

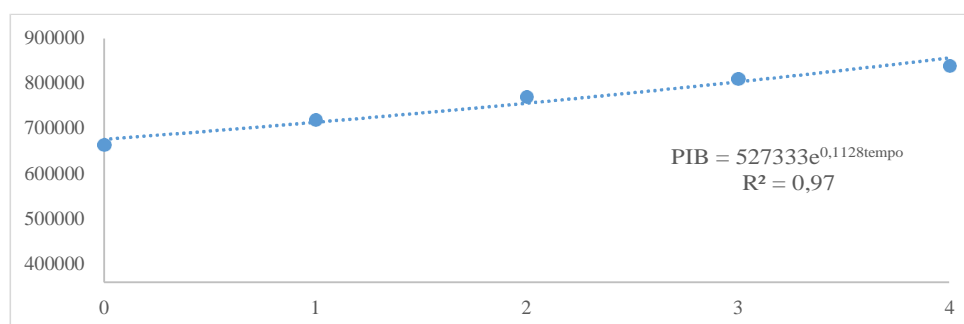


Figura 4. Modelo Exponencial Representativo do Comportamento da Economia de Novo Gama – Período 2011 – 2015

Fonte: Quadro 06.

De posse deste modelo matemático projeta-se o comportamento desta economia para o Período 2018 – 2022.

Quadro 11. Projeção do Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes - Novo Gama – Período 2018 - 2022

Ano	Tempo	Projeção
2018	7	1161364
2019	8	1300025
2020	9	1455241
2021	10	1628990
2022	11	1823483

Fonte: Gráfico 04.

Da mesma forma estuda-se o comportamento da economia de novo Gama e Região.

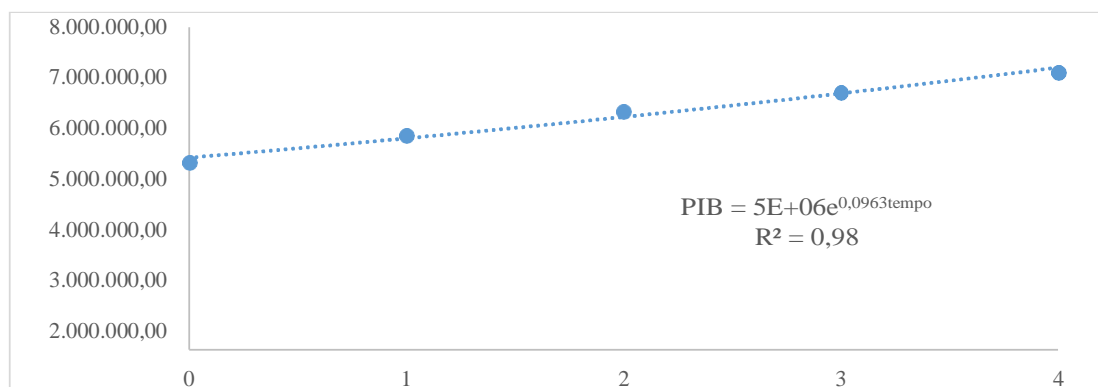


Figura 5. Modelo Exponencial Representativo do Comportamento da Economia de Novo Gama e Região – Período 2011 – 2015.

Fonte: Quadro 11.

Decorre deste modelo matemático a elaboração da projeção desta economia.

Quadro 12. Projeção do Comportamento da Economia em Termos de PIB (em mil reais) a Preços Correntes - Novo Gama e Região – Período 2018 - 2022

Ano	Tempo	PIB
2018	7	9810645
2019	8	10802289
2020	9	11894166
2021	10	13096409
2022	11	14420172

Fonte: Gráfico 04.

De imediato, se comparada ao comportamento da economia do Brasil, já se verifica que a Economia desta Região tende a crescer a uma taxa média anual de 10% enquanto a Economia Brasileira tende a crescer média anual projetada de 5% (LESSENKO, 2018).

### *Planejamento para sua ampliação das competências em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho*

Mesmo estando com foco centralizado nas DCN do Curso e nas metas do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as competências a serem desenvolvidas pelo discente se apresentam potencialmente eficientes para a formação de um profissional crítico e com potencial para o enfrentamento de novas demandas na relação ensino-aprendizagem que certamente se darão, principalmente em função de novas necessidades que surgirão, por conta de novas profissões e novas tendências comportamentais decorrentes de avanços tecnológicos necessários e inevitáveis, as quais, certamente, exigirão inovações recorrentes tanto na conduta docente como na gestão da educação.

Este crescimento projetado na economia irá requerer, o comportamento social, populacional, conforme demonstrado irão requerer profissionais com capacidade de articulação entre suas competências e as novas necessidades que surgirão, como também eficiência para las e enfrentá-las planejar.

Portanto, é com este perfil a ser desenvolvido pelo discente, que a Faculdade Logos pretende formar seus egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia

## **Estrutura Curricular**

O Curso de Licenciatura em Pedagogia se estrutura curricularmente em face do perfil do egresso tendo em vista os objetivos do curso, princípios curriculares que delimitam os conteúdos, a organização e a abordagem metodológica.

O Curso está dividido em 44 disciplinas curriculares e 03 atividades de estágio curricular supervisionado e 200 horas de atividades complementares



que visualizam a globalidade do Currículo Pleno do Curso, nos diferentes tipos de estudos e atividades, totalizando 3.228 horas. Está estruturado em 03 Núcleos:

O Núcleo de Estudos Básicos: Contemplará a formação docente nas dimensões do Ensino Fundamental, da Educação Infantil balizados por diferentes áreas do conhecimento, de maneira interdisciplinar, que propicie aos formandos uma consistente formação teórica e prática, dividido em dois eixos, a saber:

- a) Educação e Sociedade: Conhecimentos das diversas áreas que norteiam as disciplinas pedagógicas das ciências da educação. Este eixo, considera a educação e a sociedade, basilares para entender a escola e o contexto na qual se encontra inserida, assim como os condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais que a determinam.
- b) Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico: Neste núcleo, a elaboração e sistematização do conhecimento nortearão as disciplinas, que servirão de direção para a produção do conhecimento nas diversas áreas contempladas pela Ciência da Educação. Será abordada a aquisição de conhecimento nas dimensões cognitiva, afetiva e social, contemplando a realidade na qual o sujeito encontra-se inserido, isto significa entender a construção e o processo de aprendizagem na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos como singulares e dotadas de especificidades.

Sem perder de vista a diversidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, de reflexão e ações críticas, o Núcleo de Estudos Básicos articulará:

- a) Aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) Utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações e aprendizagem;

- c) Realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino-aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- d) Estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- e) Atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- f) Estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional.

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos: trata dos processos de gestão do trabalho educativo, assim, os estudos que nortearão este núcleo têm como base o entendimento dos ambientes escolares e não-escolares em sua estrutura, organização e legislação. O discente aprofundará a compreensão das áreas de conhecimentos específicas, diversificando a formação dos docentes.

Voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelos projetos pedagógicos das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos oportunizará, entre outras possibilidades:

- a. Investigações sobre processos educativos e de gestão, em diferentes situações institucionais-escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais, outras.
- b. Avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.
- c. Estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras.

- d. Aplicação de princípios da gestão democrática em espaços educativos.
- e. Aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões: física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial.
- f. Observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não escolares.
- g. Planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviços e apoio escolar.

Estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente, de teorias relativas à construção de aprendizagens, socialização e elaboração de conhecimentos, de tecnologias da informação e comunicação e de diversas linguagens.

Decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdo, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes e Educação Física.

Este núcleo compreenderá três eixos:

- a) Fundamentos Curriculares: Os conhecimentos a serem abordados neste eixo têm como base os fundamentos teóricos que norteiam a educação, possibilitando aos discentes uma visão abrangente dos elementos constitutivo do processo ensino-aprendizagem nos diferentes níveis de ensino, que se constitui na educação formal e não formal, bem como nas diversidades que configuram a realidade educacional.
- b) Prática Docente: As disciplinas elencadas neste núcleo objetivam o domínio das práticas, nas diversas áreas do conhecimento que

norteiam os saberes da Educação infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Este núcleo constituiu-se a diretriz que norteia a formação discente, uma vez que as bases metodológicas propiciarão a prática docente o contato com o fazer cotidiano da escola.

c) **Gestão Pedagógica:** Os conhecimentos norteadores deste núcleo permitirão aos discentes aprofundamentos acerca das atividades relacionadas aos aspectos de planejamento e elaboração de planos e projetos para as áreas administrativas, de supervisão e orientação do trabalho pedagógico, aliado a conhecimentos das políticas educacionais que norteia a escola, sua organização e seus fundamentos.

O Núcleo de Estudos Integradores: Aponta a inserção dos formandos em seminários, projetos de iniciação científica e de extensão e estágio, orientados pelo corpo docente da instituição. Consideramos também a participação dos discentes em atividades práticas, nos diversos campos de atuação da educação, possibilitando maior interação, ampliação e diversificação de estudos, ao mesmo tempo em que o discente incursiona por diferentes metodologias de ensino, aliando comunicação e expressão cultural.

O Núcleo de Estudos Integradores proporcionará enriquecimento curricular e compreenderá:

- a) Participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de Educação Superior;
- b) Participação em atividades práticas, de modo a propiciar às estudantes vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) Atividades de comunicação e expressão cultural.
- d) Serão desenvolvidas atividades que contemplem as especificidades deste núcleo como grupos de discussões, seminários, estágios, palestras, cursos de extensão, no sentido de contribuir com maior ampliação dos conhecimentos dos/as formandos/as sobre

assuntos relevantes na sociedade de maneira geral e em específico procurando contemplar a realidade regional e local.

Para tal, a Faculdade Logos contemplará tais atividades no calendário acadêmico, buscando a participação da comunidade acadêmica, produzindo espaços de discussões, produção de conhecimento e aprendizado efetivo.

O Curso prevê ainda o aprofundamento nas áreas tratadas em cada núcleo, através de disciplinas optativas. Estas, na Faculdade Logos, são realmente elegíveis e cursadas a partir da demanda dos discentes, frente ao aprofundamento de interesses e novas áreas e conhecimentos na Pedagogia e na realidade local e regional.

Quadro 13. Matriz Curricular

Semestre	DISCIPLINA	C.H. Total	C.H.T	C.H.P
1 <sup>o</sup>	1 - História da Educação	72	72	0
	2 - Formação Docente para a Diversidade	72	72	0
	3 - Cultura e Literatura Africana e Indígena	72	72	0
	4 - Didática: Organização do Trabalho Pedagógico	72	60	12
	5 - Português	36	36	0
	Atividades Complementares	40	20	20
	Sub Total	364	332	32
2 <sup>o</sup>	6 - Tópicos de Filosofia da Educação	36	36	0
	7 - Psicologia e Educação	36	36	0
	8 - Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico	72	72	0
	9 - Sociologia da Educação	36	36	0
	10 - Estrutura e Funcionamento do Ensino	72	72	0
	11 - Eletiva I	72	72	0
	Atividades Complementares	40	20	20
	Sub Total	364	344	20
3 <sup>o</sup>	12 - Psicologia do Desenvolvimento	36	36	0
	13 - Educação Ambiental e Cidadania	36	24	12
	14 - Gestão de Sistemas Educacionais	36	24	12
	15 - Avaliação da Educação e da Aprendizagem	72	60	12
	16 - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil	72	72	0
	Atividades Complementares	40	20	20
	17 - Eletiva II	72	72	0
	Sub Total	364	308	56
4	18 - Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	36	24	12
	19 - Educação, Corpo e Movimento	36	18	18
	20 - Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização	72	72	0
	21 - Linguagens e Códigos	36	20	16
	22 - Literatura Infantil	72	72	0
	Atividades Complementares	40	20	20
	23 - Eletiva III	72	72	0

	Sub Total	364	298	66
5 o	24 - Área do Conhecimento: Língua Portuguesa	72	60	12
	25 - Alfabetização e Letramento	72	60	12
	26 - Novas Linguagens em Educação	72	72	0
	27 - Sociologia	72	72	0
	28 - Arte e Formação de Professores	36	36	0
	Atividades Complementares	40	20	20
	Sub Total	364	320	44
6 o	29 - Escola e Sociedade	36	36	0
	30 - Fundamentos da Educação Matemática	72	72	0
	31 - Área do Conhecimento: Matemática	72	60	12
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	130		-
	32 - Educação Inclusiva	72	72	0
	33 - Letramento em Libras	72	60	12
	Sub Total	454	300	24
7 o	34 - Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva	72	72	0
	35 - Artes no Contexto Escolar	36	24	12
	36 - Educação de Jovens e Adultos	72	60	12
	37 - Dimensões da Não aprendizagem	36	36	0
	38 - Gestão Educacional: Direção, Coordenação e Supervisão	72	60	12
	39 - História, Política e Sociedade	36	36	0
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	130	-	-
	Sub Total	454	288	36
8 o	40 - Atenção à Saúde Infantil	72	54	18
	41 - Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino das Ciências	72	36	36
	42 - Antropologia Cultural	72	72	0
	43 - Fundamentos Teóricos e Práticos de Ensino de Geografia	72	36	36
	44 - Fundamentos Teóricos e Práticos de Ensino de História	72	36	36
	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	140	-	-
	Sub Total	500	234	126
	Total de Horas Curso	3.228	2424	404

Quadro 14. Disciplinas Eletivas

	DISCIPLINA	C.H. Total
Disciplinas Eletivas	Ética e Educação	72
	História Indígena	72
	História da África	72
	Gênero e Diversidade na Escola	72
	Teoria do Currículo	72
	Inglês Instrumental	72
	Espanhol Instrumental	72
	Educação das Relações Étnico Raciais	72
	Psicologia Social	72

Quadro 15. Disciplinas Eletivas

Distribuição da Carga Horária	Atividades Formativas Estruturadas Teóricas	2.224
	Atividades Formativas Estruturadas Práticas	404
	Prática como componente Curricular	
	Total das Atividades Formativas Estruturadas	2.628
	Estágio Supervisionado	400
	Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento	200
	de Interesse do Estudante (Complementares)	
	Total de Horas Curso	3.228

Quadro 16. Análise Global

ANÁLISE GERAL DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	C.H. Total	%
Núcleo de Estudos Básicos	2.052	64%
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	976	30%
Núcleo de Estudos Integradores	200	6%
Carga Horária do Curso	3.228	100%
Carga Horária Mínima segundo a DCN	3.200	-



Quadro 17 Disciplinas e Cargas Horárias

DISCIPLINA	C.H. Total
História da Educação	72
Formação Docente para a Diversidade	72
Cultura e Literatura Africana e Indígena	72
Didática: Organização do Trabalho Pedagógico	72
Português	36
Tópicos de Filosofia da Educação	36
Psicologia e Educação	36
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico	72
Sociologia da Educação	36
Estrutura e Funcionamento do Ensino	72
Psicologia do Desenvolvimento	36
Educação Ambiental e Cidadania	36
Avaliação da Educação e da Aprendizagem	72
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil	72
Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	36
Educação, Corpo e Movimento	36
Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização	72
Literatura Infantil	72
Área do Conhecimento: Língua Portuguesa	72
Alfabetização e Letramento	72
Sociologia	72
Arte e Formação de Professores	36
Escola e Sociedade	36
Fundamentos da Educação Matemática	72
Área do Conhecimento: Matemática	72
Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva	72
Artes no Contexto Escolar	36
Educação de Jovens e Adultos	72
Dimensões da Não aprendizagem	36
Atenção à Saúde Infantil	72

Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino das Ciências	72
Antropologia Cultural	72
Fundamentos Teóricos e Práticos de Ensino de Geografia	72
Fundamentos Teóricos e Práticos de Ensino de História	72
História, Política e Sociedade	36
<b>Total</b>	<b>2.052</b>

### *Composição do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudo*

Quadro 18. Disciplinas e Especificação das Cargas Horárias

DISCIPLINA	C.H. Total
Gestão Educacional: Direção, Coordenação e Supervisão	72
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III	140
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II	130
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I	130
Educação Inclusiva	72
Letramento em Libras	72
Gestão de sistemas educacionais	36
Novas Linguagens em Educação	72
Linguagens e Códigos	36
Disciplinas eletivas	216
<b>Total</b>	<b>976</b>

Quadro 19. Especificação da Cargas Horária

ATIVIDADES	C.H. Total
Atividades Complementares	200
<b>Total</b>	<b>200</b>

## *Totalização da carga horária prática nas unidades curriculares*

O total da carga horária de prática nas unidades curriculares, distribuídas nos núcleos, é de 404 horas.

### *A flexibilidade*

A flexibilidade de organização do currículo pleno, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e/ou outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, atividades complementares como forma de favorecer a dinamicidade do currículo.

Esta flexibilidade será um dos principais focos a ser perseguido pelo NDE do Curso, acompanhando as tendências pedagógicas concernentes à área da educação e da pedagogia, como também as tendências de mercado.

A flexibilidade exige um pensar constante na gestão acadêmica e pedagógica do curso, sempre com foco no futuro para promover a dinamicidade adequada ao Curso. Tal dinamicidade está assentada na agilidade, na maleabilidade, na elasticidade, na versatilidade e na destreza.

A agilidade neste curso é verificada por sua quantidade de carga horária e seu período mínimo de integração. Sua carga horária em muito se aproxima da carga horária mínima prevista nas DCN, com período de integralização mínimo de 4 anos. Além disto a faculdade Logos possibilita o cumprimento do art.47 da LDB, que se refere à aceleração de estudos.

A maleabilidade se verifica é verificada pela não exigência de pré-requisitos na estrutura curricular. A elasticidade se verifica na oferta de disciplinas optativas. A versatilidade se verifica na possibilidade de convalidação de disciplinas, caso de transferências, como também na validação de disciplinas por força de aproveitamento de estudos, na forma do art.47 da LDB, como também a possibilidade de cursar disciplinas em outros Cursos Superiores. A destreza pode ser verificada pelo cumprimento das atividades complementares e estágios obrigatórios supervisionados.

### *A interdisciplinaridade*

O caráter interdisciplinar está presente nas várias dimensões do projeto de formação profissional, promovendo a interdisciplinaridade por meio de trabalhos, oficinas, seminários, projetos integradores que associem diversos conteúdos disciplinares.

### *A compatibilidade de carga horária*

A carga horária total do curso é de 3.228 horas, portanto compatível com o que estabelece o parágrafo 1º do Artigo 13º da Resolução nº 02 de 1º de julho de 2015, 3.200 horas. As disciplinas estão dispostas em harmonia para atender na melhor forma o disposto pela DCN e demais Resoluções do órgão regulador.

### *A articulação da teoria com a prática*

A articulação entre a teoria e a prática será realizada como segue:

a) Será dado um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade educacional e do Licenciado em Pedagogia, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social e educacional;

b) Adoção de uma teoria educacional crítica que possibilite a apreensão da totalidade educacional em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

c) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;

d) Estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;

e) Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção educacional da formação profissional, que compõem produção das ciências;

f) Ética, como princípio formativo perpassando a formação

curricular;

g) Indissociabilidade entre as dimensões teóricas, as atividades complementares, demais atividades práticas proposta no cotidiano das disciplinas e o estágio supervisionado. Neste sentido, as disciplinas de formação fundamental propiciam o conhecimento do contexto social e educacional brasileiro, da ordem institucional da sociedade e um conhecimento da realidade do campo de trabalho.

As disciplinas de formação interdisciplinar expõem o objeto de estudo, os objetivos do Pedagogo. As disciplinas de formação prática contemplam a interação e integração com o ambiente de trabalho, na forma de seminários, estágios, trabalho de conclusão de curso, dentre outras atividades. As atividades complementares terão foco em palestras, seminários, colóquios, congressos, encontros, visitas monitoradas às instituições, dentre outras, o que vai contribuir com a formação teórico-prática.

## **Conteúdos Curriculares, ementas e bibliografia**

Em primeiro deve se garantir que a educação étnica racial, bem como o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, como também a história da cultura indígena, terão conteúdos que serão trabalhados de forma transversal e multidisciplinar na Forma da Resolução CNE/CP 01 de 2004 e da Lei 11.645 de 10 de março de 2008, praticamente em todas as disciplinas.

A política de educação ambiental será contemplada de forma transversal disciplinar e multidisciplinar na forma do Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002. A Educação em Direitos Humanos será contemplada de forma transversal e multidisciplinar na forma da Resolução CNE de 30 de maio de 2012.

Os conteúdos curriculares se apresentam distribuídos em 8 semestres, por meio das disciplinas a saber

1	-H	ISTÓRIA	DA	EDUCAÇÃO
Carga horária			72 horas	
<b>EMENTA</b>				
Estudo da evolução histórica da educação: da antiguidade ao mundo contemporâneo de forma a localizar, numa linha de tempo, os acontecimentos educacionais importantes.				
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>				
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução à História da Educação</li> <li>2. A Educação na Antiguidade Clássica</li> <li>3. Roma</li> <li>4. Sob as Asas dos Ensinamentos Cristãos: a Educação na Idade Média</li> <li>5. A Modernidade educativa: o humanismo</li> <li>6. Os inícios da Pedagogia Moderna</li> <li>7. A Educação da Contrarreforma aporta no Brasil</li> <li>8. Revolucionários da Ciência: a Educação do Século XVII</li> <li>9. No Brasil, a Revolução Pedagógica Deitava Arcas</li> <li>10. As luzes na Educação e o homem novo</li> <li>11. A quem cabia educar no Brasil setecentista?</li> <li>12. O século da Pedagogia e os vínculos com a sociedade: a Educação oitocentista</li> <li>13. Os anos oitocentos no Brasil: cabe derramar a instrução para todas as classes</li> <li>14. A República sustenta o direito à Educação?</li> <li>15. A educação higienizada</li> <li>16. Nos tempos da Escola Nova</li> <li>17. Sob a Ditadura Militar</li> <li>18. As universidades brasileiras: ainda a educação de poucos</li> </ol>				
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>				
<p>FRANCISCO FILHO, Geraldo. A Educação Brasileira: no contexto histórico. 3. ed. Campinas: Alínea, 2014.</p> <p>ORSO, Paulino José; SILVA, João Carlos da; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Alínea, 2013.</p> <p>RODRIGUES, José Roberto Gomes. Pedagogia e Ensino de História da Educação. Brasília: Liber Livro, 2012.</p>				
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>				
<p>LAUAND, Luiz Jean (Org.). Cultura e Educação na Idade Média. 2. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2014.</p> <p>ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo: Moderna, 2006.</p> <p>Duarte, Newton. Saviani, Demerval. Pedagogia Histórico-crítica e Luta de Classes na Educação Escolar. Editores associados, 2012</p>				
<b>2 - METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO</b>				
Carga horária			72 horas	
<b>EMENTA</b>				
Esta disciplina foi pensada e estruturada visando a criação de um material prático e único que poderá ser utilizado em qualquer área de atuação, servindo de apoio tanto para os discentes na elaboração de seus trabalhos como também para que docentes possam orientar seus				
próprios discentes. A abordagem prática desta disciplina foi adotada para que os discentes tenham acesso a um material atualizado e útil em sua formação, enfatizando a importância da construção e apresentação do conhecimento científico, de forma ética e de qualidade.				
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>				

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ética e Metodologia Científica</li> <li>2. Projeto de Pesquisa</li> <li>3. Fundamentação teórica</li> <li>4. Estrutura Básica e Formatação de Trabalhos Científicos</li> <li>5. Elemento de Apoio ao Texto: Citações</li> <li>6. Outros Elementos de Apoio ao Texto</li> <li>7. Conclusão, Considerações finais e Resumo</li> <li>8. Referências</li> <li>9. Modelos e Estrutura de Documentos</li> <li>10. Artigos científicos e Publicações</li> <li>11. Preparação para a defesa e apresentação da pesquisa</li> <li>12. Elaboração de Currículo e Memorial</li> </ol>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de Pesquisa: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Sistema de Bibliotecas. Normas para Apresentação de Documentos Científicos. Coleção. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.</p> <p>ANDRADE. Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>		
<p>SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Guia de Orientação para iniciação Científica. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard; e LOWE, Andy. Pesquisa Gerencial em Administração: Um Guia para Monografias, Dissertações, Pesquisas Internas e Trabalhos em Consultoria. São Paulo: Pioneira, 1999</p>		
<b>3 - FORMAÇÃO DOCENTE</b>	<b>PARA A</b>	<b>DIVERSIDADE</b>
Carga horária	72 horas	
<b>EMENTA</b>		
<p>Conceito de educação e a diversidade curricular. A formação docente e perspectivas de atuação. Histórico, legislação e as políticas públicas de avaliação nos níveis de ensino. Modalidades de ensino, finalidades, objetivos e características curriculares. Variadas modalidades de ensino e especificidades. O panorama brasileiro da diversidade da educação e as ações para a universalização de acesso à educação.</p>		
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A prática docente na diversidade</li> <li>2. Níveis de Ensino</li> <li>3. Modalidades de Ensino</li> <li>4. Educação profissionalizante</li> <li>5. Educação em tempo integral</li> <li>6. Educação de jovens e adultos</li> <li>7. Educação especial e a inclusão</li> <li>8. Educação na modalidade presencial</li> <li>9. Educação do campo e educação indígena</li> <li>10. Panorama da diversidade da educação no Brasil</li> </ol>		
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>		
<p>FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, Romualdo Portela de Oliveira; ADRIÃO, Thereza (Org.). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2007.</p> <p>VALENTE, José Armando; MORAN José Manuel. Educação na modalidade presencial: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2011.</p>		

<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>MARTINS, Aracy Alves; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Territórios educativos na educação do campo – escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.</p> <p>PACHECO, Eliezer. Perspectivas da educação profissional e técnica de nível médio – propostas de diretrizes curriculares nacionais. São Paulo: MODERNA, 2012.</p> <p>DURANTE, Marta. A Diversidade Textual na Educação de Adultos: Um Estudo de Caso com Operários da Construção Civil. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica/SP, 1996.</p>	
<b>4 - CULTURA E LITERATURA AFRICANA E INDÍGENA</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
Literaturas e culturas portuguesa e africana de língua portuguesa, objetivando reconhecer a negritude e a presença indígena na construção da identidade brasileira.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A África lusófona: um pouco de história</li> <li>2. Cultura e literatura nos arquipélagos africanos lusófonos e na Guiné-Bissau</li> <li>3. Cultura e literatura em Angola</li> <li>4. Cultura e literatura em Moçambique</li> <li>5. África lusófona e Brasil: laços e letras</li> <li>6. História e historiografia indígena</li> <li>7. Situação contemporânea dos povos indígenas</li> <li>8. Demandas, conquistas e projetos do movimento indígena.</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2014.</p> <p>SÁ, Lúcia. Literaturas da Floresta: Textos Amazônicos e Cultura Latino-americana. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>LEÃO, Angela Vaz. Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2003.</p> <p>LEITE, Ana Mafalda. Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.</p> <p>EMIRI, Loretta &amp; MONSERRAT, Ruth (Org.) - A Conquista da Escrita - Encontros de Educação Indígena, São Paulo: OPAN/Iluminuras, 1989.</p>	
<b>5 - PORTUGUÊS</b>	
Carga horária	36 horas
<b>EMENTA</b>	
Teoria da comunicação; Fonética e fonologia; Ortoepia; Prosódia; Ortografia; Analogia vocábulas; Concordância; Regência verbal e nominal; Colocação pronominal; Leitura crítica; Redação funcional.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O processo comunicativo e seus elementos</li> <li>2. Variação linguística e os níveis de linguagem</li> <li>3. Como a linguística estuda os sons da fala?</li> <li>4. Prosódia</li> <li>5. Estudo dos Sons com Função Comunicativa: Fonologia</li> <li>6. Fonemas do português brasileiro: consoantes</li> <li>7. Fonemas do português brasileiro: vogais</li> </ol>	



<p>8. Coesão 9. Coerência 10. Parágrafo-padrão 11. Concordância verbal 12. Concordância nominal 13. Emprego da crase e dos pronomes demonstrativos 14. Resenha crítica 15. Correspondências oficiais.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p>	
<p>SILVA, Maria Cecília P. de Sousa e; KOCH, Ingedore Villaça. Linguística Aplicada ao Português: Morfologia. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2012. CEREJA, William Roberto; COCHAR, Thereza. Gramática Reflexiva – texto, semântica e interação. 4. ed. São Paulo: Atual, 2013. ANTUNES, Irandê. Lutar com palavras: Coesão e coerência. 6. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>	
<p>TEYSSIER, Paul. História da Língua Portuguesa. Trad. Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. MAROTE, João Teodoro D'Olim e Gláucia D'OlimMarote. Didática da Língua Portuguesa. Ática: s/l, 2000. OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A Reconstrução da Didática: Elementos Teórico-metodológicos. Campinas: Papyrus, 1992.</p>	
<p><b>6 - SOCIOLOGIA</b></p>	
<p>Carga horária</p>	<p>72 horas</p>
<p><b>EMENTA</b></p>	
<p>Precusores da reflexão sociológica – abordagem sobre os principais conceitos dos clássicos da sociologia. Paradigmas das principais escolas sociológicas e correntes de pensamento contemporâneos, especialmente autores da segunda metade do século XX.</p>	
<p><b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b></p>	
<p>O surgimento da Sociologia como ciência 2. Os teóricos clássicos da Sociologia 3. Os teóricos clássicos da Sociologia II 4. Os teóricos clássicos da Sociologia III 5. O funcionalismo de Talcott Parsons 6. O culturalismo 7. Estrutura e fatos sociais 8. Estruturalismo 9. Pós-Marx 10. História e relações de classe 11. Concepções acerca da sociedade pós-moderna 12. Chaves analíticas fundamentais hoje.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p>	
<p>GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre, Penso, 2012. SCOTT, John. Sociologia: conceitos-chave. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010.</p>	
<p>MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 2002.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>	
<p>SANTOS, Pedro Antonio. Fundamentos de Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 2013. CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994. CHINOY, Eli. Sociedade: uma introdução à sociologia. São Paulo: Cultrix, 1975. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.</p>	

7 - TÓPICOS DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	
Carga horária	36 horas
EMENTA	
Importância e atualidade da reflexão filosófica. Tipos de conhecimento. Os temas básicos da Filosofia. Os paradigmas contemporâneos. Escolas do pensamento filosófico.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Convite à Filosofia</li> <li>2. O Contexto de Sócrates e o nascimento da moral ocidental</li> <li>3. Platão e o nascimento da razão ocidental</li> <li>4. Aristóteles e a Filosofia como Totalidade do saber</li> <li>5. De Aristóteles à Renascença</li> <li>6. O pensamento de Baruch Espinosa</li> <li>7. O Iluminismo e o Século das Luzes</li> <li>8. Immanuel Kant e o idealismo alemão</li> <li>9. A dialética idealista e materialista de Hegel e Marx</li> <li>10. Schopenhauer: o mundo como representação</li> <li>11. O positivismo e o desenvolvimento da ciência</li> <li>12. Nietzsche e o fortalecimento do sujeito (1844 -1900)</li> <li>13. A Escola de Frankfurt</li> <li>14. Duas correntes filosóficas: o pragmatismo e o existencialismo</li> <li>15. Filosofia e Educação</li> <li>16. Ética e Educação</li> <li>17. Filosofia e a formação humana na escola</li> <li>18. O processo do filosofar na Educação Infantil.</li> </ol>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>GUIRALDELLI JR., Paulo; CASTRO, Susana de. A Nova Filosofia da Educação. Barueri: Manole, 2014.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da Educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>REBOUL, Oliver. Filosofia da educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>GUIRALDELLI JR., Paulo. As lições de Paulo Freire: filosofia, educação e política. Barueri: Manole, 2012.</p> <p>ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000. ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1993.</p>	
8 - PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO	
Carga horária	36 horas
EMENTA	
Relação entre Psicologia e Educação; Teorias da Psicologia; Processos de desenvolvimento e aprendizagem.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. História da Psicologia</li> <li>2. O encontro entre a Psicologia e a Educação</li> <li>3. Processos psicológicos básicos do comportamento</li> <li>4. Psicologia do desenvolvimento infantil</li> <li>5. Psicologia do desenvolvimento da adolescência</li> <li>6. Problemas dos pais: crescendo com o outro</li> <li>7. Psicanálise: Sigmund Freud</li> <li>8. O campo transferencial</li> <li>9. O desafio da diferença</li> <li>10. A psicogenética de Henri Wallon</li> <li>11. A teoria sociocultural de Lev Vygotsky</li> </ol>	

<p>12. A teoria psicogenética de Jean Piaget 13. Aprendizagem escolar e habilidades de estudo 14. Disciplina: uma retrospectiva histórica 15. Educação Sexual nas escolas 16. Dificuldades de aprendizagem 17. Ação preventiva e a aprendizagem 18. O fracasso escolar nos dias de hoje 19. Valores humanos e cotidiano escolar 20. Relações interpessoais e o grupo na escola.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>GUZZO, Raquel de Souza Lobo (ORG.). Psicologia Escolar: desafios e bastidores na educação pública. Alínea, 2014. VERCELLI, Ligia; MORAL, Elaine (organizadoras). Psicologia da Educação: Múltiplas Abordagens. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. PIAGET J. Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>FILHO, Irineu A. Tuim Viotto; PONCE, Rosiane de Fátima (organizadores). Psicologia e Educação: perspectivas críticas para a ação psicopedagógica. Birigui: Boreal, 2010. PIAGET J. Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. VIGOTSKY, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984. WALLON, H. Psicologia e educação da infância. Lisboa: Estampa, 1986. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação.</p>	
14. Antropocentrismo e uso dos recursos naturais	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>KINDEL, Eunice Aita Isaia; LISBOA, Cassiano Pamplona. Educação Ambiental: da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação Ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios. Editora Papyrus, 2011. REIGOTA, Marcos. O que é Educação Ambiental. Col. Primeiros Passos. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>PHILIPPI JR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Col. Ambiental. 2. ed. Barueri: Manole, 2010. HERKENHOFF, João Baptista. Ética, Educação e Cidadania. São Paulo: Livraria do Advogado, 2001. OLIVEIRA, M.A. (org.). Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000.</p>	
<b>10 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO</b>	
Carga horária	36 horas
<b>EMENTA</b>	
Sociologia e educação; Sociologia da educação no Brasil; Educação e família; infância e juventude; Escola; Estratificação social; Movimentos sociais; Estado; Profissão docente.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<p>1. A sociologia e a educação 2. A sociologia da educação 3. A sociologia da educação no Brasil 4. Educação e família 5. Concepções de infância e juventude</p>	

6. A escola como instituição social
7. A escola e o controle social
8. A escola e o desvio social
9. A mudança social
10. A estratificação social
11. A mobilidade social
12. Educação e movimentos sociais
13. A educação e o Estado
14. Educação e desenvolvimento
15. Educação e cotidiano no Brasil
16. Problemas da educação no Brasil
17. A profissão de professor
18. Perspectivas da educação no Brasil.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RAMAL, Andrea (org.); MARQUES, Sílvia. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: LTC, 2011.  
DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2011. FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, Pedro. Política Social, Educação E Cidadania. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2014.  
KRUPPA, Sônia Maria Portella. Sociologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1974.  
MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 2002.

#### 11 - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO

Carga horária

72 horas

#### EMENTA

Estrutura econômica, estado, governo e políticas públicas: conceito e dimensões; educação brasileira e legislação: LDBEN e Constituição Federal; Direito à Educação; Projetos e programas na área educacional.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ciência Política e Políticas Públicas de Educação: Aspectos Históricos
2. Condicionantes Sociais e Políticos da Educação
3. Perspectivas atuais das políticas públicas
4. Enfoque das Políticas públicas recentes em educação
5. Concepção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96
6. Modificações introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96
7. Organização e Funcionamento da Educação Básica.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira. Gestão Escolar e Políticas Públicas Educacionais. Editora Appris, 2013.  
ROSÁRIO, Maria José Aviz do (Org.); ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Políticas Públicas Educacionais. 2. ed. Campinas: Alínea, 2011.  
MONTAAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2010.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Ramon de (org). Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate. Campinas: Papyrus, 2012.  
AZANHA, José M. P. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: Vários autores. Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo, Pioneira, 1998.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 1997.	
12 - PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	
Carga horária	36 horas
EMENTA	
Os conceitos de desenvolvimento e aprendizagem a partir das teorias de Freud, Vygotsky, Piaget e Wallon; o desenvolvimento infantil; o papel do professor; a importância das atividades lúdicas, do jogo e do brinquedo.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A psicologia do desenvolvimento e a educação infantil</li> <li>2. Vygotsky e a abordagem sócio-histórica</li> <li>3. Bases epistemológicas de Vygotsky</li> <li>4. O processo de humanização</li> <li>5. A função do instrumento e do símbolo</li> <li>6. Formação de conceitos elementares</li> <li>7. A formação de conceitos científicos</li> <li>8. O desenvolvimento mental segundo Piaget</li> <li>9. Estágios do desenvolvimento</li> <li>10. O desenvolvimento da inteligência</li> <li>11. Wallon e a psicologia genética</li> <li>12. Wallon e a consciência</li> <li>13. Sigmund Freud</li> <li>14. A construção do aparelho psíquico e o estágio do espelho</li> <li>15. Mecanismos de defesa</li> <li>16. O desenvolvimento psicossocial</li> <li>17.</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>17. Processamento da informação</li> <li>18. Múltiplas inteligências de Howard Gardner</li> <li>19. A Inteligência triárquica de Robert Sternberg</li> <li>20. Teorias psicológicas no desenvolvimento humano.</li> </ol>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>LURIA, Alexandre Romanovich. Desenvolvimento Cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais. Tradução: ANDRADE; Miriam M. M. DE; BARRETO, Luiz Mena; OLIVEIRA, Marta Kohl. 6. ed. São Paulo: Icone, 2010.</p> <p>MOUTINHO, Karina; VILLACHAN-LYRA, Pompéia; SANTA-CLARA, Angela. Novas Tendências em Psicologia do Desenvolvimento: teoria, pesquisa e intervenção. Pernambuco: UFPE, 2014.</p> <p>TELFORD, Charles W. O Indivíduo Excepcional. Rio de Janeiro, Zahar.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>REY, Fernando Luiz González. O Pensamento de Vigotsky: contradições, desdobramentos e desenvolvimento. Hucitec, 2013.</p> <p>_____. Psicologia do Desenvolvimento: teorias do desenvolvimento. Volume I. São Paulo: EPU, 1981.</p> <p>_____. Psicologia do Desenvolvimento. A infância inicial: o bebê e sua mãe. Volume II. São Paulo: EPU, 1981.</p>	
13 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Carga horária	72 horas
EMENTA	
Condições físicas para implantação de proposta. Recursos humanos necessários. Família, escola, comunidade e cidadania. Educação Infantil comparada. A modificação da prática pedagógica.	

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Condições para a Qualidade
2. Indicadores da Qualidade
3. A Ideia de Infância e a sua Escola
4. A História das Creches
5. A Organização do Espaço na Educação Infantil
6. A Rotina na Educação Infantil
7. Elaboração da Proposta Pedagógica: Diretrizes Curriculares Nacionais
8. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
9. O Planejamento das Atividades na Educação Infantil
10. O Trabalho com Projetos
11. A Inserção da Criança na Creche
12. Jogos e Brincadeiras
13. A Disciplina na Educação Infantil
14. As Políticas de Formação de Professores para a Educação Infantil
15. A Formação do Professor
16. A Participação da Família
17. A Gestão Social
18. Educação de Crianças com Necessidades Especiais
19. Transformação da Prática Pedagógica.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

TOMÉ, Marta Fresneda. A educação infantil foi para a escola, e agora? Jundiaí: Paco Editorial, 2014.  
 FÜLLGRAF, Jodete; Wiggers, Verena. Educação Infantil: projetos e práticas pedagógicas. Brasília: Liber Livro, 2014.  
 OLIVEIRA, Zilda Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

AYRES, Sonia Nunes. Educação Infantil: teorias e práticas para uma proposta pedagógica. Editora Vozes, 2012.  
 ANTUNES, A. M. de C. et al. Estado e educação. Coletânea CBE. Campinas: Papyrus, 1992.  
 AZANHA, José M. P. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: Vários autores. Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo, Pioneira, 1998.

**14 - JOGO, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS**

Carga horária	36 Horas
---------------	----------

**EMENTA**

Definição e trajetória histórica dos jogos, brincadeiras e brinquedos na Educação Infantil; papel do jogo no desenvolvimento da criança; diferentes teorias sobre os jogos infantis; o jogo e o brincar inserido no currículo da Educação Infantil; aspectos dos jogos, brincadeiras e brinquedos no processo de aprendizagem e a construção do conhecimento.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Definição conceitual dos termos
2. Jogo, brinquedo e brincadeira: diferentes tipos
3. Jogo e educação
4. O brincar e a criança de 0 a 12 anos
5. Os profissionais da Educação Básica e o jogo
6. O brinquedo
7. Classificação dos jogos e brincadeiras
8. O brincar na atualidade

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a educação. 13. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.  
TEIXEIRA, Sirlândia. Jogos, Brinquedos, Brincadeiras e Brinquedoteca. Rio de Janeiro, 2010.  
ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica: brincadeiras e jogos populares. Vol. 2. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Denis Mendes. Jogos Transversais: educação, ética, cidadania. São Paulo: Editora Loyola, 2014.  
CORREIA, M. Isabel T. D. Nutrição, esporte e saúde. Belo Horizonte: Health, 1996.  
MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e humanização. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 1983.

#### 15- EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO

Carga horária	36 horas
---------------	----------

#### EMENTA

Compreensão do desenvolvimento motor infantil e do modo como ele contribui no desenvolvimento integral da criança, do nascimento aos seis anos. Desenvolvimento infantil. A psicomotricidade e os objetivos da Educação Infantil. Atividades rítmicas.

Educação física.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atividade física, educação física: conceitos e história
2. Bebês e humanidade: uma história paralela
3. Fundamentos do desenvolvimento motor
4. O corpo e o movimento na educação infantil
5. Psicomotricidade
6. Fatores das atividades motoras infantis
7. A Dança e a Música na Educação Infantil
8. Recreação e Lazer
9. Criatividade e sua importância para a educação
10. A avaliação na educação infantil
11. A função da escola e da educação física
12. Características dos discentes da escolarização inicial e as aulas de educação física
13. O discentes do ensino fundamental e as aulas de educação física
14. As aulas de educação física e o processo de integração e inclusão
15. A educação física e a interdisciplinaridade
16. Avaliação: definição, importância, interfaces e outras considerações.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Carlos Alberto de Mattos; RAMOS, Maria Inês Barbosa. Psicomotricidade: educação especial e inclusão social. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2012.  
BUENO, Jocian Machado. Psicomotricidade Teoria e Prática: da escola à aquática. São Paulo: Editora Cortez, 2013.  
UVINHA, Ricardo Ricci. Juventude, lazer e esportes radicais. São Paulo, Manole, 2001

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADELSIN. Cuidar Bem das Crianças: brinquedos e brincadeiras com o corpo em movimento. São Paulo: Peiropolis, 2014.  
MORENO, G. Recreação: 1000 jogos com acessórios. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.  
PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. LAZER: fundamentos, estratégias e atuação profissional. Jundiaí/SP: Fontoura, 2003.

#### 16 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO

Carga horária	72 horas
---------------	----------

#### EMENTA

Apresenta a concepção de alfabetização na perspectiva histórica e seus fundamentos teórico-metodológicos propondo encaminhamentos das práticas pedagógicas nessa área. Discute a avaliação do processo de ensino da língua escrita.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Desenvolvimento histórico do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita
2. Concepção de letramento
3. A língua escrita na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental
4. Aprendizado da língua escrita e desenvolvimento do pensamento da criança
5. Textualidade, código e meios de produção da escrita
6. As quatro práticas da alfabetização
7. Leitura e interpretação
8. A prática da produção de textos
9. Produção do texto escrito
10. Prática da análise linguística
11. Prática de reescrita do texto
12. Sistematização para o domínio do código
13. Procedimentos pedagógicos para sistematização do domínio do código
14. Reescrita do texto com o objetivo de sistematização do domínio do código
15. Avaliação no ensino da língua escrita.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização: quem tem medo de ensinar ? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.  
 LEMLE, Miriam. Guia teórico do alfabetizador. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.  
 GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Alfabetização - A Criança e a Linguagem Escrita. São Paulo: Autores Associados, 2003.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VIDAL, Elaine. Projetos Didáticos em Salas de Alfabetização. Appris, 2014.  
 MELLO, Maria Cristina de. Letramento - Significados e Tendências. São Paulo: WAK, 2004.  
 CAPOVILLA, Fernando. Os Novos Caminhos da Alfabetização Infantil. São Paulo: MEMNON, 2005.

#### 17 - LITERATURA INFANTIL

Carga horária	72 Horas
---------------	----------

#### EMENTA

Funções da leitura. O papel do leitor. Relações entre leitura e literatura. A importância da literatura na infância. O prazer da leitura.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Literatura, leitura e aprendizagem
2. A concepção escolar da leitura
3. O professor-leitor
4. A formação do leitor
5. A Construção do Sentido do Texto
6. A leitura como responsabilidade social
7. A contação de histórias
8. Tipologia textual
9. O jornal em sala de aula
10. História da Literatura Infantil
11. História da Literatura Infantil no Brasil
12. Tipologia dos textos literários: poesia infantil
13. Tipologia dos Textos Literários: As Narrativas de Tradição - parte I
14. Tipologia dos Textos Literários: As Narrativas de Tradição - parte II
15. Outras Formas Narrativas



16. Projetos de Leitura na Escola	
17. A Biblioteca Escolar	
18. A Avaliação dos Projetos de Formação de Leitores	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
GREGORIN FILHO, José Nicolau. Literatura Infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Melhoramentos, 2010.	
LAURITI, Thiago; CHRISTAL, Wendel Cássio (Org.). A Literatura Infantil e Juvenil e suas Múltiplas Abordagens. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.	
GREGORIN FILHO, José Nicolau (Org.). Literatura Infantil em Gêneros. São Paulo: Mundo Mirim, 2011.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
SANTOS, Fabio Cardoso; MORAES, Fabiano. Alfabetizar Letrando com a Literatura infantil. Editora Cortez, 2013.	
CADEMARTORI, Ligia. O que é Literatura Infantil. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.	
DIOGO, Américo Antônio Lindeza. Literatura infantil: história, teoria, interpretações. Porto: Porto Editora, Mundo de saberes, 1994.	
<b>18 - ÁREA DO CONHECIMENTO: LÍNGUA PORTUGUESA</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
Concepções de linguagem; Funções da linguagem; Variedades linguísticas; Oralidade e escrita; Texto; Tipos textuais; Ensino da língua portuguesa; Metodologia do ensino; atividades em sala de aula; Avaliação.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Concepção de linguagem</li> <li>2. Linguagem e pensamento</li> <li>3. Linguagem e ideologia</li> <li>4. Esclarecendo Conceitos Fundamentais</li> <li>5. Funções de Linguagem</li> <li>6. Texto: elemento articulador da prática pedagógica</li> <li>7. Texto como objeto social</li> <li>8. Tipos de textos</li> <li>9. Relação entre oralidade e escrita</li> <li>10. Recursos para a produção do sentido</li> <li>11. Recursos para a produção do sentido: coerência e argumentação</li> <li>12. Norma padrão e demais variedades linguísticas: questão de erro ou de inadequação?</li> <li>13. Recursos semânticos e fonológicos para a produção do sentido</li> <li>14. Intertextualidade</li> <li>15. Uma palavra sobre metodologia e avaliação no ensino da Língua Portuguesa</li> <li>16. As quatro práticas do ensino da língua portuguesa</li> <li>17. Leitura e interpretação</li> <li>18. A prática de produção de textos</li> <li>19. Compreendendo as relações oralidade/escrita: trabalhando com representação</li> <li>20. Trabalhando com as relações letra/fonema</li> <li>21. Compreendendo as relações oralidade/escrita: trabalhando com o nome</li> <li>22. Compreendendo as relações oralidade/escrita: trabalhando com discriminação de palavras</li> <li>23. Trabalhando com ditado e cópia</li> <li>24. Primeiros contatos com o texto escrito e primeiras tentativas de escrita</li> <li>25. Procedimentos a partir de um domínio mínimo da escrita pelos discentes</li> <li>26. Trabalhando com a direção da escrita, segmentação e outros recursos gráficos</li> <li>27. Trabalhando com estrutura textual e unidade temática</li> <li>28. Trabalhando com os elementos textuais: coesão e coerência</li> <li>29. Trabalhando com os elementos textuais: concordância e regência</li> </ol>	

<p>30. Trabalhando com os tipos de texto: textos literários  31. Trabalhando com os tipos de texto: textos informativos e epistolares  32. Trabalhando com os tipos de texto: textos publicitários  33. Trabalhando com narração, descrição e dissertação  34. Trabalhando com o erro do discente: reescrita do texto  35. Unidade pedagógica.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e Interação – Uma Proposta para o Ensino de Gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.  SOUSA, Luís Marques de; CARVALHO, Sérgio Waldeck de. Compreensão e produção de textos. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.  GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. 27. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>SILVA, Maria Cecília P. de Sousa e; KOCH, Ingedore Villaça. Linguística Aplicada ao Português: Morfologia. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2012.  ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática metódica da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1998.</p>	
<p>ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUES, Antônio. Língua Portuguesa: Noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 1996.</p>	
<b>19 - ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
<p>Alfabetização e letramento; Concepções sobre alfabetização; Métodos de alfabetização e cartilhas; produção de texto e reescrita; Diagnóstico e avaliação na alfabetização.</p>	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Processo comunicativo e seus elementos</li> <li>2. Variação linguística e os níveis de linguagem</li> <li>3. Coesão</li> <li>4. Coerência</li> <li>5. Transcrição e retextualização</li> <li>6. Paráfrase</li> <li>7. Parágrafo-Padrão</li> <li>8. Resumo</li> <li>9. Resenha Crítica</li> <li>10. Correspondências Oficiais</li> <li>11. Concordância Verbal</li> <li>12. Concordância Nominal</li> <li>13. Emprego da vírgula e dos porquês</li> <li>14. O significado das palavras no contexto</li> <li>15. Emprego da crase e dos pronomes demonstrativos.</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>SANTOS, Fabio Cardoso; MORAES, Fabiano. Alfabetizar Letrando com a Literatura infantil. Editora Cortez, 2013.  KLEIN, Lígia Regina. Alfabetização: quem tem medo de ensinar ? 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.  VAL, Maria da Graça Costa. Livros de Alfabetização e de Português. São Paulo: Autêntica, 2004.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral (org.) Formação para o Letramento: contextos,</p>	

práticas e atores. Wak, 2014. KRAMER, Sônia. Alfabetização - Leitura e Escrita. São Paulo: Ática, 2001. SOARES, Magda Becker. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2003.	
<b>20 - ARTE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES</b>	
Carga horária	36 horas
<b>EMENTA</b>	
O universo das artes; Relações entre as artes e as diversas formas de educação; A apreciação da arte em suas variadas manifestações; Arte clássica; Dança; Cinema; Teatro.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A arte reflete a vida</li> <li>2. Arte: o espelho da vida</li> <li>3. Explosão criativa na Grécia antiga</li> <li>4. A arte depois da Grécia antiga</li> <li>5. O renascimento do ser humano na arte</li> <li>6. Da arte barroca até os dias de hoje</li> <li>7. Lendo um quadro</li> <li>8. Música, a arte sempre presente</li> <li>9. A dança do homem e da natureza</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>10. Cinema, a mais nova das artes</li> <li>11. Cinema, a arte das imagens</li> <li>12. Teatro, a arte da vida</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>SANTOS, Regina Márcia Simão (org.). Música, Cultura e Educação: múltiplas espaços de educação musical. Editora Sulina, 2012.</p> <p>MORBIN, Dulce Gonçalves; HADDAD, Denise Akel. A Arte de Fazer Arte – Corpo – 7º ano. 4.ed. São Paulo, Saraiva, 2013.</p> <p>RPRESENCIAL, Herbert. A Educação pela Arte. 2ed. Editora Wmf Martins Fontes, 2013.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>FARTHING, Stephen; CORK, Richard. Tudo sobre arte. Tradução: MEDINA, Beatriz, ET AL. Rio de Janeiro, Sextante, 2011.</p> <p>BARBOSA, Ana Mae (org.). Arte – Educação – Leitura no Subsolo. 9.ed. Editora Cortez, 2013.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; Perez, Gil. Formação de professores, Tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1996.</p>	
<b>21 - ESCOLA E SOCIEDADE</b>	
Carga horária	36 horas
<b>EMENTA</b>	
Conceituação de sociedade e de comunidade; homem e vida coletiva; a escola como espaço de viver junto e aprender junto; comunidade, escola e papel do entorno; a violência contra a escola e no seu interior.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução ao conceito de sociedade e de vida coletiva</li> <li>2. Escola e pensamento social</li> <li>3. Teorias educacionais, sociedade e escola</li> <li>4. O conhecimento e suas relações sociais</li> <li>5. Educação e temas sociais contemporâneos</li> <li>6. A escola e seu entorno</li> <li>7. Violência e educação</li> </ol>	

8. Indisciplina e educação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>KILPATRICK, William Heard. Educação para uma Sociedade em Transformação. Tradução: NASCIMENTO, Renata Gaspar. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>MARTINS, Marcos Francisco; GROppo, Luiz Antônio. Sociedade Civil e Educação: fundamentos e tramas. Campinas: Autores Associados, 2010.</p> <p>CAMPBELL, Linda. Ensino de aprendizagem por meio das Inteligências Múltiplas. Artmed, Porto Alegre, 2000.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>TAVARES, Wolmer Ricardo. Gestão do conhecimento, Educação e Sociedade do Conhecimento. Editora Ícone, 2010.</p> <p>ASSAKI, R. K. S. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: W. V. A, 1997.</p> <p>BAUMEL, Roseli C. R. de C. &amp; SEMEGHINI, Idméa. Integrar/incluir: desafio para a escola atual. São Paulo: FEUSP, 1998.</p>	
22 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	
Carga horária	72 horas
EMENTA	
<p>A matemática no contexto de um projeto interdisciplinar. Sistema de numeração decimal; A construção do conceito de número; Operações com números naturais: calculo mental;</p> <p>O uso da calculadora; Cálculos aproximados e estimativas; Números decimais;</p> <p>aplicações; Sistemas de medidas; Sua ligação com o SND; Resolução de problemas: como e por que.</p>	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Resolução de Problemas</li> <li>2. A Construção do conceito de número</li> <li>3. Conhecimento lógico-matemático</li> <li>4. O desenvolvimento histórico do sistema de numeração decimal</li> <li>5. Discussão de processos e desenvolvimento histórico de algoritmos de algumas operações fundamentais</li> <li>6. Ideias das quatro operações fundamentais</li> <li>7. Compreensão dos números racionais: frações</li> <li>8. Os decimais</li> <li>9. A Construção do pensamento geométrico</li> <li>10. Sentido das medidas</li> <li>11. Área e perímetro</li> <li>12. O pensamento algébrico</li> <li>13. Conceitos fundamentais da proporcionalidade</li> <li>14. Introdução à Estatística</li> <li>15. Avaliação em Matemática.</li> </ol>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ARANTES, Valéria Amorim (org.) Ensino de matemática: pontos e contrapontos. Summus, 2014.</p> <p>CAMPOS, Ana Maria Antunes de. Matemática – uma nova maneira de aprender e ensinar. Ciência Moderna, 2014.</p> <p>CARVALHO, Dione. Metodologia do Ensino da Matemática. São Paulo: Cortez, 1994.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

<p>SILVESTRE, Magali Aparecida; VALENTE, Wagner Rodrigues. Professores em Residência Pedagógica: estágio para ensinar matemática. Editora Vozes, 2014.          PARRA, Cecília &amp; SAIZ, Irmã (org.) Didática da Matemática – Reflexões Psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.          ROSA NETO, Ernesto. Didática da Matemática. São Paulo: Ática, 2000.</p>	
<p>23 - ÁREA DO CONHECIMENTO: MATEMÁTICA</p>	
<p>Carga horária</p>	<p>72 horas</p>
<p>EMENTA</p>	
<p>Geoplano, tangran, sistema decimal, material dourado, medidas convencionais, novas tecnologias, sólidos geométricos, produto cartesiano, raciocínio combinatório, jogos, artes, ensino da matemática.</p>	
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Geoplano</li> <li>2. O uso do Tangram nas aulas de matemática</li> <li>3. A compreensão do sistema de numeração decimal</li> <li>4. Material dourado: números naturais</li> <li>5. Material dourado: números decimais</li> <li>6. Algumas medidas convencionais</li> <li>7. Volume e Capacidade</li> <li>8. As novas tecnologias e o ensino de matemática</li> <li>9. O uso da calculadora nas aulas de matemática</li> <li>10. Desenvolvendo o conceito de chance</li> <li>11. Desafios matemáticos</li> <li>12. Sólidos e Geométricos</li> <li>13. Produto Cartesiano: localização em mapas</li> <li>14. Raciocínio combinatório</li> <li>15. Modelagem matemática</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>16. O uso de jogos no ensino de matemática</li> <li>17. Simetria</li> <li>18. Ângulos</li> <li>19. Investigação matemática</li> <li>20. Matemática e Arte</li> </ol>	
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	
<p>ARANTES, Valéria Amorim (org.) Ensino de matemática: pontos e contrapontos. Summus, 2014.          CAMPOS, Ana Maria Antunes de. Matemática – uma nova maneira de aprender e ensinar. Ciência Moderna, 2014.          PARRA, Cecília &amp; SAIZ, Irmã (org.) Didática da Matemática Reflexões Psicopedagógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.</p>	
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	
<p>TREMAINE, Jon. Tangram. Tradução: LIMA, Adriana de Souza. São Paulo, Ciranda Cultural, 2012.          ROSA NETO, Ernesto. Didática da Matemática. São Paulo: Ática, 2000.          BONGIOVANNI, Vissoto Laureano. Matemática Vida. Vols. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Ática.</p>	
<p>24 - LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA</p>	
<p>Carga horária</p>	<p>72 horas</p>
<p>EMENTA</p>	
<p>Histórico da Educação Inclusiva no Brasil. Direitos e deveres da pessoa portadora de necessidades especiais nas Constituições Federal, Estadual e Municipal. Avanços e retrocessos da LDB. A tendência inclusivista da LDB. Projetos de adaptação arquitetônica (acessibilidade). Pensões e possibilidades de trabalho. Atendimento preferencial.</p>	

Programas de prevenção às deficiências. Políticas de inclusão no mercado de trabalho. A reserva de vagas nas universidades (política afirmativa – reserva de vagas no Ensino Superior). O papel da sociedade civil e das ONGs.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Rumo a uma política para a educação inclusiva
2. Legislação internacional
3. Legislação nacional e o paradigma inclusionista
4. Categorização das necessidades especiais na legislação brasileira
5. Direito das pessoas com necessidades especiais
6. Integração e inclusão
7. Instituições e modelos de atendimento em educação especial
8. Projeto político-pedagógico na perspectiva inclusionista
9. Atendimento às pessoas com necessidades especiais
10. A formação de recursos humanos na educação inclusiva.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca; MARTA, Tais Nader. Direito à Educação Inclusiva: um direito de todos. Editora Verbatim, 2013.  
 ANSELMO, José Roberto; SIQUEIRA, Dirceu Pereira (Org.). Estudos sobre os Direitos Fundamentais e Inclusão Social. Boreal Editora, 2010.  
 BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do discente diferente. São Paulo: Educ, 1994.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.  
 AINSCOW, M. et al. Caminhos para as escolas inclusivas. Lisboa: TIE, 1997.  
 BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. (Org.) Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 1998.

**25 - ARTE NO CONTEXTO ESCOLAR**

Carga horária

36 Horas

**EMENTA**

Saber ver: quais são as chaves? A técnica na arte: os fazeres artísticos. Os gêneros: o que vemos e o que se esconde na imagem? Alfabetização visual e códigos da linguagem. Estilo: diferentes modos de ver e de representar. A arte de ouvir. O som. Muitos tipos de música. Improvisação e grafia musical: duas maneiras de trabalhar a composição musical.  
 As coisas que fazem sons.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. Saber ver: quais são as chaves?
2. A técnica na arte: os fazeres artísticos
3. Os gêneros: o que vemos e o que se esconde na imagem?
4. Alfabetização visual e códigos da linguagem
5. Estilo: diferentes modos de ver e de representar
6. A arte de ouvir
7. O Som
8. Muitos tipos de música
9. Improvisação e grafia musical: duas maneiras de trabalhar a composição musical
10. As coisas que fazem sons.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MODINGER, Carlos Roberto; VALLE, Flavia Pilla do; HUMMES, Júlia Maria; KEHRWALD, Maria Isabel Petry; RHODEN, Sandra. Artes Visuais, Dança, Música e Teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes. Erechim: Edelbra, 2011.  
 SANTOS, Regina Márcia Simão (Org.). Música, Cultura e Educação: múltiplas espaços

de educação musical. Editora Sulina, 2012. BRANDÃO, Z. (Org.) Paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez, 1994.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
MENDES, Rodrigo Hübner; CAVALHERO, José; GITAHY, Ana Maria Caira. Artes Visuais na Educação Inclusiva: metodologias e práticas do Instituto Rodrigo Mendes. São Paulo: Peiropolis, 2010. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 1995. BRUNER, JEROME. Cultura da educação. Lisboa: Edições 70, 1996. CHARBONNEAU, Paul-Eugène. Educar: problemas da juventude. São Paulo: EPU, 1974.	
<b>26 - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
Representações sobre avaliação: mitos e epistemologia do professor. Concepções teóricas sobre avaliação. Avaliação e aprendizagem. Avaliação e gestão. Funções e modalidades da avaliação. Instrumentos e critérios de avaliação. Sistema de notação. Autoavaliação. Currículo organizado em ciclos e a avaliação da aprendizagem. Estado avaliador.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ética e avaliação: uma discussão necessária para a construção da escola democrática</li> <li>2. A avaliação como estratégia de gestão educacional: da regulação à emancipação</li> <li>3. Trajetória da avaliação educacional e da aprendizagem no Brasil: fundamentos e práticas</li> <li>4. As políticas públicas de avaliação: uma reflexão crítica sobre o SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica</li> <li>5. A avaliação, o currículo e a escola: enfrentamentos e desafios coletivos na construção da avaliação emancipadora</li> <li>6. A avaliação da aprendizagem numa perspectiva formativa e emancipadora I:</li> <li>7.</li> </ol>	
fundamentos teóricos e metodológicos	
<ol style="list-style-type: none"> <li>7. A avaliação da aprendizagem numa perspectiva Formativa e emancipadora II: metodologias, técnicas e instrumentos</li> <li>8. Introdução ao estudo de técnicas e instrumentos de avaliação da aprendizagem - a questão da observação</li> <li>9. Os testes de aproveitamento escolar: reflexão crítica e orientações metodológicas para a elaboração, aplicação e avaliação (parte I)</li> <li>10. Os testes de aproveitamento escolar: reflexão crítica e orientações metodológicas para a elaboração, aplicação e avaliação (parte II)</li> <li>11. Problematisando as notas escolares e os pareceres avaliativos: é preciso mudar o rumo da história</li> <li>12. A voz e a vez dos (as) professores (as): um diálogo sobre a avaliação no cotidiano escolar.</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. Avaliação Formativa: práticas inovadoras. Campinas, Papirus, 2014. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem na Escola como Componente do Ato Pedagógico. São Paulo: Cortez, 2010. GRANVILLE, Maria Antonia (org.). Currículos, sistemas de avaliação e práticas educativas: da escola à universidade. Campinas, Papirus, 2011.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
DEPRESBITERIS, Léa; TAVARES, Marialva Rossi. Diversificar é preciso. : instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem. São Paulo: Senac, 2009. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições	

16. ed. São Paulo, Cortez, 2005. GADOTTI, M. Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1992	
27 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Carga horária	72 horas
EMENTA	
A Educação de Jovens e Adultos em números. Breve histórico da educação de Jovens e Adultos no Brasil. Processo de ensino-aprendizagem em EJA. Políticas Públicas em EJA. Formação de Professores.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> <li>História da alfabetização de adultos no Brasil</li> <li>Quem é o discente da EJA?</li> <li>A atualidade de Paulo Freire</li> <li>Alfabetização e letramento na EJA</li> <li>Discussão sobre projeto de aula de alfabetização em EJA</li> <li>Educação de jovens e adultos - o ensino da leitura em discussão</li> <li>Educação de jovens e adultos - a produção de texto</li> <li>Cartas: uma estratégia metodológica de atuação na EJA</li> <li>Experiência no Rio Grande do Norte e a formação de alfabetizadores de EJA</li> <li>Sistematizando a prática: experiências alternativas de trabalho na EJA</li> <li>O uso do jornal para a EJA: importância e possibilidades</li> <li>Proposta de escrita para a EJA: resgatando escritas populares</li> <li>Histórias e mais histórias para a EJA</li> <li>Cartas como resgate da cidadania</li> <li>Planejamento e avaliação: Instrumentos da prática pedagógica.</li> </ol>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BARCELOS, Valdo. Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.	
LEITE, Sergio Antonio da Silva (org.). Afetividade e Letramento na Educação de Jovens e Adultos –EJA. São Paulo, Cortez, 2013.	
DURANTE, Marta. Alfabetização de Adultos - Leitura e Produção de Textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
OLIVEIRA, Edna Castro de; PINTO, Antonio Henrique; FERREIRA, Maria José de Resende. Eja e Educação Profissional. Desafios da pesquisa e da formação no Proeja. Brasília: Liber Livro, 2012.	
RIBEIRO, Vera et al. Metodologia da Alfabetização: Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Papyrus, 1992.	
CARVALHO, Célia et al. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores em Debate. São Paulo: CEDI, 1989.	
28 - DIMENSÕES DA NÃO APRENDIZAGEM	
Carga horária	36 horas
EMENTA	
Discutir as questões da não aprendizagem escolar em suas várias dimensões; conhecer as definições do que é aprendizagem escolar; e do papel e a responsabilidade do professor/educador diante de tais questões.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> <li>Aprendizagem e dificuldades</li> <li>Fracasso escolar: a dimensão do ensino</li> <li>Dimensão psiconeurológica da aprendizagem e suas dificuldades</li> <li>Distúrbios da linguagem: leitura e escrita</li> </ol>	



5. Bases psicomotoras da aprendizagem e seus distúrbios	
6. Fatores comportamentais e dificuldades escolares.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
OLIVEIRA, Gislene de Campos. <i>Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico</i> . 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.	
SCOZ, Beatriz Judith Lima. <i>Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem</i> , 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.	
FACULDADE KURIOS. Título: <i>Dificuldades de aprendizagem dos discentes – 2008</i> .	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
FARRELL, Michael. <i>Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2008.	
MARCHESI, Álvaro. <i>Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural</i> . Porto Alegre: ArtMed, 2004.	
VIANIN, Pierre. <i>Estratégias de ajuda a discentes com dificuldades de aprendizagem</i> . Porto Alegre: Penso, 2013.	
<b>29 - ATENÇÃO À SAÚDE INFANTIL</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
O desenvolvimento nos primeiros anos de vida. Controle de esfíncter. Alimentação da criança. Anemia ferropriva. A influência da relação materno-infantil. A importância da higiene. O sono da criança.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
1. O desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida.	
2. Alimentação da criança	
3. A influência da relação materno-infantil sobre a alimentação	
4. Anemia ferropriva	
5. Controle do esfíncter	
6. O sono e a criança	
7. A importância da higiene.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
BEE, Helen. <i>A Criança em Desenvolvimento</i> . 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.	
BRÉTAS, José Roberto da Silva. <i>Cuidados com o Desenvolvimento Psicomotor e Emocional da Criança: do nascimento a três anos de idade</i> . São Paulo: Iátria, 2006.	
MARTORELL, Gabriela. <i>O Desenvolvimento da Criança: do nascimento à adolescência</i> . Amgh Editora, 2014.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
APALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. <i>Desenvolvimento Humano</i> . 13. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill - Artmed, 2013.	
CORREIA, M. Isabel T. D. <i>Nutrição, esporte e saúde</i> . Belo Horizonte: Health, 1996.	
MARCELLINO, Nelson Carvalho. <i>Lazer e humanização</i> . 7. ed. São Paulo: Papirus, 1983	
<b>30 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE CIÊNCIAS</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
Caracterização das Ciências Naturais: especificidades do conhecimento científico e do conhecimento cotidiano (senso comum); Concepções de ciências; Pressupostos epistemológicos do ensino de Ciências Naturais; O processo de ensino-aprendizagem das Ciências da Natureza: atualização e construção de alternativas metodológicas.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O Conhecimento</li> <li>2. Ciência: Características, Classificação e Métodos</li> <li>3. O Currículo</li> <li>4. Princípios Orientadores da Metodologia do Ensino de Ciências I</li> <li>5. Princípios Orientadores da Metodologia do Ensino de Ciências II</li> <li>6. As Concepções Epistemológicas do Professor como um dos Determinantes do Processo Ensino-Aprendizagem</li> <li>7. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução</li> <li>8. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais</li> <li>9. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais</li> <li>10. Recursos para as Aulas de Ciências</li> <li>11. Estratégias para o Ensino de Ciências Naturais</li> <li>12. Livro Didático</li> <li>13. Avaliação da Aprendizagem</li> <li>14. Recursos Alternativos de Avaliação</li> <li>15. O Ensino de Ciências: uma breve visão histórica</li> <li>16. Aprendendo a Questionar o Discente</li> <li>17. Investigação no Ensino de Ciências</li> <li>18. Desenvolvimento de Habilidades Científicas</li> <li>19. Ensino por Ciclos</li> <li>20. Explorando o Pátio da Escola</li> <li>21. Visita Dirigida</li> <li>22. Aula de Laboratório</li> <li>23. Ensinando Assuntos Controversos</li> <li>24. Atividades Lúdicas no Ensino de Ciências</li> <li>25. Educação Ambiental e Cidadania</li> <li>26. Estudando Ecologia</li> <li>27. O Planeta em que Vivemos</li> <li>28. Terra: Planeta Água</li> <li>29. Conhecendo Melhor as Plantas</li> <li>30. Estudando os Animais</li> <li>31. Conhecendo Melhor o Corpo Humano</li> <li>32. Estudando o Clima e o Tempo</li> <li>33. Estudando Astronomia</li> </ol>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>34. Eletricidade: um Mundo de Recursos Tecnológicos</li> <li>35. Ciência no Cotidiano</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>VIEIRA, Rodrigo Drumond; NASCIMENTO, Silvana Sousa do. Argumentação no ensino de ciências - tendências, práticas e metodologia de análise. Appris, 2014.</p> <p>BOZZATO, Carla Vargas. A qualificação do ensino de ciências através da pedagogia de projetos. Appris, 2014.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; Perez, Gil. Formação de professores de Ciências, Tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1996.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>LIRA, Mirtes Ribeiro de. A explicação na prática discursivo-pedagógica no ensino de Ciências naturais. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.</p> <p>KRASILCHIK, Myriam. O professor e o currículo das ciências. São Paulo: EPU, 2003.</p> <p>LAGO, Antônio. O que é Ecologia? São Paulo: Brasiliense, 2004.</p>	
<b>31 - ANTROPOLOGIA CULTURAL</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
<p>Conceitos antropológicos; Matrizes étnicas; O processo de colonização; O povo brasileiro; Pluralidade cultural.</p>	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	

<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução aos Estudos Antropológicos</li> <li>2. Principais Acepções do Termo Cultura</li> <li>3. Mito: Elemento da Cultura</li> <li>4. A Questão do Outro</li> <li>5. A Conquista da América e as Formas de Dominação Espanhola</li> <li>6. Conquista do Brasil: Historiografia e Educação</li> <li>7. O Enfrentamento dos Mundos</li> <li>8. Composição Étnica do Brasil</li> <li>9. Os Neobrasileiros</li> <li>10. Cultura Nacional e Identidade</li> <li>11. A Intolerância Gerada pelo Etnocentrismo</li> <li>12. Subculturas.</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>BORGES, Antonádia (org.) Antropologia – razão e poder na pesquisa etnográfica contemporânea. Theasaurus, 2014.          CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 8 ed., São Paulo: Cortez, 2000.          LARAIA, Roque Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: J. Z.E.1996.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>HERZFELD, Michael. Antropologia: prática teórica na cultura e na sociedade. Vozes, 2014.          MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 2000.          PEIRANO, Mariza G. S. Uma antropologia no Plural: três experiências contemporâneas. Brasília: UnB, 1997.</p>	
<b>32 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Parâmetros Curriculares Nacionais. Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Paisagem. Espaço Geográfico. Relação Sociedade-Natureza. Rural e urbano.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Geografia: a ciência da Terra</li> <li>2. A sistematização do saber geográfico</li> <li>3. Ser humano: o construtor do espaço</li> <li>4. O espaço vivido e o espaço percebido</li> <li>5. O espaço representado</li> <li>6. O ensino de Geografia e os Parâmetros Curriculares</li> <li>7. O ensino de Geografia e os Temas Transversais</li> <li>8. O eu e o outro</li> <li>9. Explorando o espaço da escola</li> <li>10. Conhecendo os lugares</li> <li>11. O trabalho e a organização do espaço</li> <li>12. A natureza e suas dinâmicas</li> <li>13. O campo e a cidade</li> <li>14. As atividades produtivas</li> <li>15. A cultura e os grupos sociais</li> <li>16. O espaço geográfico brasileiro</li> <li>17. O espaço geográfico mundial.</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
FILIZOLA, Roberto. Didática da Geografia: proposições metodológicas e conteúdos entrelaçados com a avaliação. Curitiba: Base Editorial, 2009.	

<p>GRATÃO, L. H. B.; CALVENTE, M. C.. H.; ARCHELA, R. S. Múltiplas Geografias: ensino- pesquisa-reflexão. Vol. V. Londrina: Ed. Humanidades, 2008.        TONINI, Ivaine Maria; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; ET AL (organizadores). O ensino de Geografia e suas composições curriculares. Mediação, 2013.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>	
<p>ANTUNES, Celso. A sala de aula de geografia e história – inteligência múltipla, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2011.        BRANDÃO, Zaia. &amp; BONAMINO, Alicia Catalano de. (org.) A crise dos paradigmas da educação. 6. ed., São Paulo: Cortez, 2000.        MOREIRA, Ruy. O que é Geografia. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.</p>	
<p><b>33 - FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DO ENSINO DE HISTÓRIA</b></p>	
<p>Carga horária</p>	<p>72 horas</p>
<p><b>EMENTA</b></p>	
<p>Os conteúdos de História segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais; História das organizações populacionais; deslocamentos populacionais; Organizações e lutas de grupos sociais e étnicos; Organizações políticas e administrações urbanas; Organização histórica e temporal; O ensino da História do Brasil a partir de temas; Identidade nacional; Relações de poder; Movimentos sociais; Mitos; Cidadania; Linguagens e ensino; Conhecimento de mundo: possibilidades; Livros didáticos, Por que visitar museus; O jornal na sala de aula; A história "cantada"; A televisão na sala de aula; A História através do cinema: Quadrinhos; danças e Brincadeiras.</p>	
<p><b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b></p>	
<p>1. O estudo das Ciências Humanas: História e Geografia        2. História para a Educação Infantil: parte 1        3. História para a Educação Infantil: parte 2        4. O estudo da História no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental - Conceitos fundamentais: o fator histórico        5. O estudo da História no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental - Conceitos fundamentais: o sujeito histórico        6. O estudo da História no 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental – Conceitos        7.</p>	
<p>fundamentais: o tempo histórico        7. A História e as propostas dos Temas Transversais: História e cidadania, eixo de trabalho        8. A seleção de conteúdos e fontes e a importância dos conhecimentos históricos        9. A compreensão do fenômeno "tempo"        10. Observando a Lua        11. Meu pai e minha mãe já forma crianças?        12. A criança tem história        13. A história da criança no contexto social        14. A diversidade cultural        15. Memória e identidade        16. O nascimento da humanidade        17. Os calendários        18. Discutindo os fatos históricos.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b></p>	
<p>GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (organizadores). Patrimônio Cultural e ensino de história. Edelbra, 2014.        SILVA, Marcos. História: que ensino é esse? Campinas: Papyrus, 2013.        POMER, Leon. O surgimento das nações: o poder político, a natureza histórica do estado, os estados nacionais. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atual Campinas: Editora da Unicamp, 1994.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b></p>	

<p>ANTUNES, Celso. A sala de aula de geografia e história – inteligência múltipla, aprendizagem significativa e competência no dia-a-dia. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2011. BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004. ALMEIDA, Rosângela D. &amp; PASSINI, Elza Y. O Espaço Geográfico: Ensino e Representação. São Paulo: Contexto, 1989.</p>	
<b>34 - HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE</b>	
Carga horária	36 horas
<b>EMENTA</b>	
Estado, capitalismo e luta de classes; Estado, liberalismo e bem comum; formas de governo e regimes políticos – democracia, ditadura, presidencialismo, parlamentarismo, república e monarquia; ideologia: trabalho e dominação; burocracia – controle, poder e alienação; globalização, neoliberalismo e imperialismo.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. História e sociedade</li> <li>2. Estado, sociedade e luta de classes</li> <li>3. A expansão dos Estados nacionais</li> <li>4. Governar na Era Moderna</li> <li>5. Governo e formas políticas</li> <li>6. O Iluminismo e a era das revoluções</li> <li>7. Movimentos sociais nos séculos XVIII e XIX</li> <li>8. Formas políticas do século XX</li> <li>9. Sociedade e trabalho no mundo contemporâneo</li> <li>10. Globalização, neoliberalismo e o indivíduo</li> <li>11. Arte e sociedade I</li> <li>12. Arte e sociedade II.</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>LUKAMBA, Paulino; BARRACHO, Carlos. História das Ideias Políticas. Escolar Editora/Zamboni, 2012. BRAGA, Roberto Saturino. Curso Das Idéias: roteiro para um curso sobre a história das idéias políticas no mundo e no Brasil. São Paulo: Publisher, 2009. MASCARO, Alysso Leandro. Estado e Forma Política. Boitempo Editorial, 2012.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 21. ed. Malheiros, 2014. FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento sim e não. 1. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1993.</p>	
<b>35 - GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS</b>	
Carga horária	36 horas
<b>EMENTA</b>	
A gestão do espaço educacional. Participação da comunidade na gestão escolar. Gestão contemporânea: sistemas, escolas e projetos. A gestão enquanto uma ação integrada e democrática. Uma nova perspectiva da gestão de sistemas educacionais. A gestão futura da escola e de projetos desenvolvidos em espaços não formais.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A gestão do espaço educacional</li> <li>2. Participação da comunidade na gestão escolar</li> <li>3. Gestão contemporânea: sistemas, escolas e projetos</li> <li>4. A gestão enquanto uma ação integrada e democrática</li> </ol>	

5. Uma nova perspectiva da gestão de sistemas educacionais	
6. A gestão futura da escola e de projetos desenvolvidos em espaços não formais.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
CALDERÓN, Adolfo Ignacio; SILVA, Elza Maria Tavares; BATISTA, Maria Angélica; GRITTI, Neusa Haruka Sezaki. Gestão Educacional: amigos da escola em ação. Campinas: Alínea, 2013.	
HORA, Dinair Leal da. Gestão Educacional Democrática. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.	
SANTOS, Clovis Roberto dos. A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade. São Paulo: Cengage-Learning, 2008.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
BRAVO, Ismail. Gestão Escolar no Contexto Municipal. Campinas: Alínea, 2011.	
ANDRADE Dalila Oliveira. Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.	
CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil. São Paulo: Vozes, 1998.	
<b>36 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
A disciplina proporciona o contato com possibilidades de fazer acontecer o processo de inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. Permite que o docente se prepare para melhor entender seu discente, bem como ser capaz de realizar relatórios claros que facilitarão o diagnóstico do discente em sala de aula. Aborda: Fundamentos éticos e filosóficos da Inclusão; a Educação Especial na perspectiva histórica e cultural; Políticas Públicas e Legislação da Inclusão Social e Escolar no Brasil; Necessidades Educacionais Especiais, Ensino e Currículo Escolar.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
1. A Educação Especial e a Educação Inclusiva no cenário brasileiro: contextualização do problema	
2. Inclusão escolar: dissonâncias entre teoria e prática	
3. Necessidades educativas especiais: ainda um dilema para o professor?	
4. Altas habilidades/superdotação: mitos e desafios I	
5. Altas habilidades/superdotação: mitos e desafios II	
6.	
6. A avaliação de discentes portadores de paralisia cerebral	
7. Trabalhando com o discente portador de deficiência mental	
8. Distúrbios de conduta	
9. Deficiência visual: conceitos e orientações	
10. A inclusão do deficiente visual na escola regular: um espaço a ser conquistado	
11. Uma forma diferente de se ler e escrever	
12. Libras: língua materna do surdo brasileiro	
13. Letramento e surdez	
14. A interferência da Língua de Sinais na produção de textos escritos	
15. Adaptações curriculares na Educação Inclusiva	
16. Atitudes e técnicas facilitadoras da inclusão	
17. O trabalho pedagógico em turmas multisseriadas I	
18. O trabalho pedagógico em turmas multisseriadas II	
19. A prática educativa: um dos caminhos para a inclusão	
20. Escola inclusiva: as crianças agradecem.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
ACIEM, Tânia Medeiros SALA, Eliana (Org.). Educação Inclusiva. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.	
ORRÚ; Sílvia Ester (Org.). Para Além da Educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: Wak, 2014.	
SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca; MARTA, Tais Nader. Direito à Educação	

Inclusiva: um direito de todos. Editora Verbatim: 2013.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
CUNHA, Nilton Pereira da. O Ensino Superior e a Educação Inclusiva: o direito à igualdade e à diferença. Pernambuco: CEPE, 2013. AMARAL, L. A. Conhecendo a deficiência. São Paulo: Robe, 1995. AQUINO, J. G. (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.	
<b>37 - GESTÃO EDUCACIONAL: DIREÇÃO, COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
Teorias administrativas e evolução do pensamento. Organizações e ambiente. Inovação e criatividade. Modelos de gestão: embasamentos filosóficos, variáveis de contexto, planejamento estratégico, projeto pedagógico, processos e instrumentos de gestão, recursos humanos, tecnologias de informação. O processo de mudança nas organizações e a Gestão Contemporânea. Qualidade e critérios de avaliação. O gestor escolar.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
Teorias da Administração Aplicadas à Gestão Escolar I Teorias da Administração Aplicadas à Gestão Escolar II A Escola como Instituição Aprendente: a Busca da Qualidade da Educação Mudança Institucional Teorias Psicológicas Aplicadas à Gestão Escolar Liderança, Recursos Humanos e Gestão Escolar Motivação na Instituição Escolar Autoridade e Poder do Gestor Escolar Gestão Escolar: Consenso e Conflito Gestão e Autonomia da Escola. Gestão Escolar e Políticas de Educação A Complexidade da Gestão de Sala de Aula Formação do Educador e Formação do Gestor I Formação do Educador e Formação do Gestor II Ação Gestora na Educação Infantil e Ensino Fundamental Gestão e Ação Gestora no Ensino Médio	
Efeitos Negativos da Ação Gestora: Estresse e Burnout A Gestão Colegiada e seus Efeitos na Escola Formação e Atuação da Equipe Técnico-pedagógica da Escola A coordenação da Avaliação institucional.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
HORA, Dinair Leal da. Gestão Educacional Democrática. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010. PEREIRA, Maurício Fernandes; CALEGARI, Diego. Planejamento e Estratégia das Escolas: o que leva as escolas a ter alto desempenho. São Paulo: Atlas, 2013. FARIA, José Henrique de. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
SANTOS, Clovis Roberto dos. A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade. São Paulo: Cengage-Learning, 2008. DEMO, Pedro. A Nova LDB: Ranços e avanços. Campinas: Unicamp, 1997. GADOTTI, M. Escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1992.	
<b>38 - LETRAMENTO EM LIBRAS</b>	
Carga horária	72 horas

<b>EMENTA</b>	
Aprender (ensinar) a Língua Brasileira de Sinais (Libras), na escola, significa vivenciar (e proporcionar) experiências linguísticas mediadas por uma língua acessível, de modalidade visual-espacial, pela qual será possível ampliar as possibilidades de inclusão social e exercer o direito de acesso ao conhecimento.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comunicação visual</li> <li>2. O alfabeto manual</li> <li>3. Os numerais</li> <li>4. A família</li> <li>5. Sinalizando a casa</li> <li>6. Brinquedos e brincadeiras infantis</li> <li>7. Alimentos</li> <li>8. A cidade e o campo</li> <li>9. A escola e os meses do ano</li> <li>10. Conhecendo o Brasil</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez – sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; ET AL. LIBRAS: conhecimento além os sinais. São Paulo, Prentice-Hall, 2010.</p> <p>ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de. DUARTE, Patrícia Moreira. Atividades Ilustradas em Sinais das Libras. São Paulo: Revinter, 2004.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>SACHS, Oliver. Vendo vozes – uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.</p> <p>KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Linguagem de Sinais. Estudos Linguísticos. São Paulo: ARTMED, 2003.</p> <p>SCHNEIDER, Roseleia. Educação de Surdos - Inclusão no Ensino Regular. São Paulo: UPF Editora, 2006.</p>	
<b>39 - NOVAS LINGUAGENS EM EDUCAÇÃO</b>	
Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
Estudo da importância dos meios de comunicação e suas implicações no ambiente escolar; as transformações ocorridas na educação a partir da implementação das novas tecnologias.	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tecnologias</li> <li>2. Tempos de mudanças</li> <li>3. Espaços diferenciados de aprendizagem</li> <li>4. Mídias na Educação: impressos e rádio</li> <li>5. Mídias na Educação: audiovisuais</li> <li>6. Informática na Educação</li> <li>7. Softwares educacionais: aprendizagem envolvente</li> <li>8. Softwares educacionais: interatividade</li> <li>9. Edição de texto</li> <li>10. Apresentação multimídia</li> <li>11. Internet: revolução digital</li> <li>12. Internet: pesquisa</li> <li>13. Internet: comunicação</li> <li>14. Inclusão digital</li> </ol>	



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

SETTON, Maria da Graça. Mídia e Educação. São Paulo: Contexto, 2010.  
 RIBEIRO, Ana Elisa; ET AL. Linguagem, Tecnologia e Educação. São Paulo: Peiropolis, 2010.  
 BRASIL. PCN. Secretaria de educação básica e tecnológica - Brasília: MEC/SEMTEC, 2002

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

NOGUEIRA, Nilbo. Pedagogia dos Projetos: novos ambientes e novas linguagens. São Paulo, Atlas, 2011.  
 CASILHAS, Valeriano Martin. DST/AIDS: conviver sem riscos. Belo Horizonte, Ed. Lê S/A- 1997.  
 CARVALHO, Marco Antônio Martins de. O afeto nosso de cada dia. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2001

**40 - LINGUAGENS E CÓDIGOS**

Carga horária	36 horas
---------------	----------

**EMENTA**

O papel das tecnologias de informação e comunicação no novo cenário educacional do mundo globalizado. Teletrabalho e tecnologias de trabalho acadêmico em equipe via internet. O papel da informática e do computador na gestão da educação, no ensino e na administração de escolas. Custos e benefícios, privacidade e questões éticas no uso da informática na educação e na sociedade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

1. O homem, a sociedade e a comunicação
2. O domínio do saber
3. O espaço virtual
4. O ensino virtual
5. Gestão do conhecimento e capital intelectual
6. A aprendizagem organizacional
7. www e internet
8. A internet e a educação
9. Trabalhos em equipe na internet
10. Utilizando a internet
- 11.
11. O computador e a escola
12. A multimídia na sala de aula
13. A TI no ambiente organizacional
14. A informática e o ambiente de negócios
15. A gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação na sociedade

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo. Gestão Estratégica da Informação, do Conhecimento e das Competências no Ambiente Educacional. Curitiba: Juruá, 2008.  
 SANTOS, Vanessa Matos dos; FERREIRA, Jonatas; MICELI, Maria Teresa. Desafios da Inclusão Digital: teoria, educação e políticas públicas. São Paulo: Hucitec, 2012.  
 MORENO, Montserrat et al. Falemos de um tema transversal. São Paulo: Moderna, 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.). Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas e reflexões. Editora Interciência, 2014.  
 ZAMBALDE, André Luiz et al. Informática, Internet e Educação. UFLA/FAEPE - S/D.  
 VARGAS, Milton. Prefácio. In: GRINSPUN, M. Z. (org.) Educação tecnológica, desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.

**41 - DIDÁTICA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

Carga horária	72 horas
<b>EMENTA</b>	
<p>O trabalho coletivo como princípio do processo educativo; projeto político pedagógico; compreender as concepções que fundamentam as teorias das organizações e de administração escolar; compreensão das concepções que fundamentam a organização do trabalho administrativo-pedagógico; relações de poder no cotidiano da escola e suas implicações para o trabalho pedagógico.</p>	
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gestão da Educação: origens, fundamentos e compromissos na sociedade; Mudanças no mundo do trabalho, a gestão democrática da Educação e a função social da escola; A gestão da educação como realidade política: formação para a cidadania;</li> <li>2. Gestão escolar democrática: Participação e gestão democrática escolar: conceitos, potencialidades e possibilidades; Gestão democrática da educação: modalidades de participação da comunidade escolar; Os professores e a construção coletiva do ambiente de trabalho;</li> <li>3. Organização da escola e a integração da comunidade: Organização formal da escola; Organização da escola e a autonomia do educando;</li> <li>4. Os documentos pedagógicos: A elaboração do Projeto Político-Pedagógico; O Regimento Escolar na escola pública;</li> <li>5. Educação como exercício de poder: Relações de poder no cotidiano escolar.</li> <li>6.</li> </ol>	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	
<p>LIBÂNEO, José C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2009. LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, João F.; TOSCHI, Mirza S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, Dalila A.; ROSAR, Maria F. F. Política e gestão da educação. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.</p>	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	
<p>BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João F. Gestão e políticas da educação. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2006. DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 20. ed. Campinas: Papyrus, 2008. FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>	
<p>Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório I – II – III Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar: Regulamento do Estágio.</p>	

Disciplina	C.H. Total
<p><b>Ética e Educação Ementa</b> A existência da ética e da filosofia moral. A questão da cidadania e dos costumes os princípios normativos das relações sociais. A questão da democracia e sua importância. O direito e a moral no Brasil contemporâneo. A educação e a cidadania, o respeito a diferença, a questão de raça e etnia. A educação, a intolerância, o racismo e a xenofobia. Ética, direitos humanos e violência</p> <p><b>Bibliografia Básica</b> CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2000. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil, o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. ARENDDT, Hanna. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense</p>	72
<p>Universitária e Salamandra; São Paulo: EDUSP, 1981.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A cidadania ativa. referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1991. DAGNINO, Evelina (org.) Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.</p>	
<p><b>História Indígena Ementa</b> Estudo das populações indígenas no Brasil e das políticas indigenistas, bem como sobre as diferentes abordagens historiográficas relativas à representação dessas populações entre os séculos XVI e XXI e suas perspectivas teóricas e de ensino.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b> ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. BANIWA, Gerssem. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. BRIGHENTI, Clovis Antonio. Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais. Chapeco: ARGOS: Ed. da UFSC, 2010.</p> <p><b>Bibliografia Complementar</b> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. ALMEIDA, Rita. O diretório dos Índios – um projeto de “civilização”</p>	72
<p>no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora UNB, 1997. ARAÚJO, Ana Valéria [et al.] Povos indígenas e a Lei dos “Brancos”: o direito à diferença. Brasília (DF): UNESCO, 2006.</p>	
<p><b>Gênero e Diversidade na Escola Ementa</b> O curso Gênero e Diversidade na Escola aborda as questões de gênero, raça/etnia e sexualidade, com foco na reflexão sobre o currículo e a prática pedagógica, no reconhecimento das diferenças e na valorização da diversidade. Destaca o respeito à diversidade étnico-racial, sexual e de gênero, o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência relacionada ao racismo, ao sexismo e à homofobia. O curso fornece elementos para auxiliar na transformação das práticas de ensino, no que diz respeito à desconstrução do preconceito e da discriminação e na superação do ciclo de sua reprodução pela/na escola.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b> ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; DA SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. AUAD, D. Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006. BEHRENS, M. A. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis:</p>	

Vozes,	2005.	
<p>Bibliografia Complementar ARAÚJO, U. F. Temas transversais e a estratégia de projetos. São Paulo: Moderna, 2003. FIGUEIREDO, Wagner dos Santos. Violência dói e não é direito: a violência contra as mulheres, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005</p>		72
<p>Teoria do Currículo Ementa Promover o estudo das diferentes concepções de currículo articulado- as á aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos que contribuem para caracterização desse campo do saber. Bibliografia BÁSICA  GIROUX, Henri. O Currículo como política cultural. In: Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001 LOURO, Guacira .Cultura, Gênero e sexualidade In: Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.Petrópolis, Ed: Vozes, 2008. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Currículo e Identidade Social: territórios contestados Alienígenas na Sala de Aula: uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995. Bibliografia COMPLEMENTAR  SILVA, Tomas Tadeu. (org.). Alienígenas na sala de aula. Uma Introdução aos Estudos Culturais em Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. MOREIRA, A. F. B. (org.). Currículo: questões atuais. Campinas, SP: Papyrus, 1997. MOREIRA, Antônio F. &amp; SILVA, Tomás T. da. (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 8 ed. Cortez, São Paulo, 2005.</p>		72
<p>Educação das Relações Étnico Raciais Ementa Tratar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e póscolonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Currículo e política curriculares. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Cultura e hibridismo culturais. As etnociências na sala de aula. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais. Bibliografia Básica  HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2005. PEREIRA, Edmilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescentes em educação. São Paulo: Paulinas, 2007. SANTOS, Renato Emerson dos. (org.) Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Gutemberg, 2009. Bibliografia Complementar  BHABHA, Homi K. O local da cultura. Minas Gerais: Ed. da UFMG, 2001. CANCLINI, Nestor. Consumidores e cidadãos. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. HALL, Stuart. Da diáspora, identidades e mediações culturais. Trad. Adelaine La Guardia. Belo Horizonte: UFMG, 2008</p>		72
<p>Psicologia Social Ementa Processo histórico-epistemológico da Psicologia Social. Enfoques teóricos e metodológicos da Psicologia Social. Construção social de realidades e subjetividades humanas. Bibliografia Básica FARR, R. M. As Raízes da Psicologia Social Moderna. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes,</p>		72

2002. GOFFMAN, E. A Representação do Eu na Vida Cotidiana. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. LANE, S. T. M. O que é Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção primeiros passos). Complementar LEYENS, J.P., YZERBYT, V. Psicologia Social. Edições 70, 1999. PEREIRA, S., RIZZON, L. A., BRAGHIROLI, E.M. Temas de Psicologia Social. 9ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011. RODRIGUES, A. Psicologia Social para Principiantes. 7ª edição. Revista ampliada. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.	
---	--

### *Aplicação das Legislações de Educação Étnica Racial, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Política de Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos*

Estas questões temáticas estarão inclusas, também, diretamente no conteúdo das disciplinas especificadas. O tratamento dado a estas questões temáticas recepcionará a mesma metodologia de aprendizagem normalmente destinada aos conteúdos entendidos como específicos, com aulas expositivas dialogadas, aprendizagem baseadas em evidências e outras.

O que se espera da abordagem a estas questões temáticas é contribuir para consciência política e histórica da diversidade; o fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e discriminações, postulados presentes nos termos abordados e em suas legislações específicas. As demais disciplinas do curso, abordarão o conteúdo de forma transversal.

#### Conteúdos referente as relações étnicos-raciais e cultura afro e indígena

- a) Contextos e conceitos históricos sobre as relações raciais no Brasil para o ensino de História da África, Cultura Africana e Afro-brasileira;
- b) Os desafios nas relações raciais no Brasil;
- c) Educação para as relações étnico-raciais, conforme definido a partir da Lei 10.639 de 09.01.2003;
- d) Educação e cultura. Discussão de processos formais de educação em contexto sócio-culturais diversos;
- e) Desigualdade racial no Brasil;
- f) A importância da valorização da diversidade étnico-racial na

educação das relações étnico-raciais;

- g) As ações afirmativas na educação;
- h) Características das relações raciais.

Conteúdos abordados referente a política de educação ambiental

Estes conteúdos curriculares se apresentam distribuídos de forma transversal em todas as disciplinas:

- a) Diferentes abordagens do pensamento ecológico;
- b) Decreto 4281 de 25 de junho de 2002 – Lei 9.795 de 27 de abril de 1999;
- c) Principais métodos e índices de avaliação de impactos ambientais;
- d) Política nacional do meio ambiente;
- e) Legislação ambiental no Brasil;
- f) Perspectivas epistemológicas do século XXI: múltiplos caminhos a conhecer;
- g) Diferentes abordagens do pensamento ecológico;
- h) Decreto 4281 de 25 de junho de 2002 – Lei 9.795 de 27 de abril de 1999;
- i) Principais métodos e índices de avaliação de impactos ambientais;
- j) A política nacional do meio ambiente;
- k) Legislação ambiental no Brasil.

2.5.1.3 Conteúdos abordados referente a política de direitos humanos

Estes conteúdos curriculares se apresentam distribuídos de forma transversal em todas as disciplinas:

- a) Os divórcios da modernidade entre natureza e cultura, razão e emoção;
- b) A crise paradigmática e a demanda de novos modos de pensar e sentir a vida;
- c) Perspectivas epistemológicas do século XXI: múltiplos caminhos

- a) conhecer;
- d) Fome, Pobreza, Exclusão e Desigualdade a Direitos Humanos;
- e) Linha de pobreza;
- f) Índice de Desenvolvimento Humano.

*Conteúdos Voltados à Educação das Relações Ético – Raciais e Para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Resolução 01 de 17 de julho de 2004*

São exemplos de alguns destes conteúdos:

- a) Contextos e conceitos históricos sobre as relações raciais no Brasil para o ensino de História da África, Cultura Africana e Afro-brasileira;
- b) Os desafios nas relações raciais no Brasil;
- c) Educação para as relações étnico-raciais, conforme definido a partir da Lei 10.639 de 09.01.2003;
- d) Educação e cultura. Discussão de processos formais de educação em contexto sócio-culturais diversos;
- e) Aspectos Teóricos e metodológica relativa profissionalização de professores nos conteúdos de Ciências Sociais para o Ensino Médio;
- f) Registro e documentação de experiências pedagógicas no ensino de Ciências Sociais;
- g) Desigualdade racial no Brasil;
- h) A importância da valorização da diversidade étnico-racial na educação das relações étnico-raciais;
- i) As ações afirmativas na educação;
- j) Características das relações raciais.

## **Metodologia**

A metodologia de ensino constituir-se-á de práticas pedagógicas a serem desenvolvidas que possibilitam a apresentação dos conteúdos que serão ministrados, com o fim de serem atingidos os objetivos a que o curso se propõe.

Serão exploradas diferentes formas de apresentação dos conteúdos, utilizando as mais variadas técnicas de apresentação, como aulas expositivas, trabalhos práticos e escritos em grupo e individuais, visitas técnicas, seminários, estudos dirigidos, debates, vivências, entre outras, sendo todas elas instrumentalizadas por mídias modernas como quadro para pincel, projetores, acesso à informatização, bibliografias básica, complementar e periódicos especializados.

As inovações pedagógicas significativas serão incorporadas à medida que forem surgindo, muito provavelmente, a partir dos procedimentos de informatização cuja velocidade, atualmente, é incomensurável. Haverá a utilização de suportes tecnológicos no processo ensino aprendizagem, com base nas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Esta oportunizará o rompimento com a ideia tradicional de ensino, levando o docente a pensar novas formas de ensino-aprendizagem, nas quais se ultrapassa a simples transmissão de conteúdo, para uma construção do conhecimento realizada de forma compartilhada e coletiva, num processo de cooperação.

Haverá também procedimentos de inovações pedagógicas por parte no avanço da área de educação decorrente de nova metodologia de ensino/aprendizagem que serão recepcionadas a medida que forem sendo disseminadas e incorporadas na prática docente.

No entanto, quando se trata de flexibilidade, invariavelmente este assunto será abordado constantemente pelo NDE e, sem dúvida, a partir do reconhecimento dos cursos superiores de graduação, tudo que foi observado e que podem impactar os componentes curriculares e, em especial, a matriz curricular, passará por processo de alteração para atualização e dinamização do curso.



O mesmo acontecerá com a oportunidade diferenciada de integralização do Curso. Este período compreendido entre o mínimo e o máximo e, até mesmo, inferior ao mínimo, pode decorrer em integralização diferenciada, haja vista a aceleração de estudos preconizada pela LDB em seu artigo 47.

Esta é uma oportunidade ímpar de se avançar na integralização do curso validando conhecimentos, tido como de extraordinário aproveitamento, pelos discentes. Existirão outras formas também de avanço nesta integralização curricular, como, por exemplo a não existência de disciplinas com pré-requisitos.

O Projeto Integrador visa orientar o educando para a elaboração de um projeto no qual o discente deverá utilizar as ferramentas adquiridas nos componentes curriculares previsto no PPC a fim de possa exercitar ou se realizar a interdisciplinaridade. Para tanto, haverá apoio técnico dos docentes e estrutural.

A aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas, fará parte do componente metodológico de ensino e aprendizagem com base em evidências empíricas, do dia-a-dia, especialmente da realidade do meio profissional que vem a ratificar e consolidar a absorção de conteúdos atuais e vivenciais.

Estarão inclusas nos diversos trabalhos das disciplinas do Curso, nas atividades complementares, nos estágios supervisionados e em outras diversas atividades de pesquisa e extensão que poderão ser proporcionadas pela Faculdade Logos.

A Instituição assegurará aos discentes a acessibilidade pedagógica e atitudinal não oferecendo qualquer tipo de barreira ao discente concernente à sua entrada e permanência na IES, bem como ao desenvolvimento da prática docente.

### *Metodologias Diferenciadas*

O projeto integrador, as metodologias ativas de aprendizagem e o aproveitamento de estudos e competências já desenvolvidos pelo discente. Tais abordagens são tratadas mais especificamente nas oportunidades diferenciadas de integralização curricular.

---

### *Acessibilidade Pedagógica*

Entende-se Acessibilidade Pedagógica conforme descrito no Glossário do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e na modalidade presencial de agosto/2015:

Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Neste sentido, a Instituição proporcionará processos metodológicos adequados a toda e qualquer geração de conhecimento, relação de ensino-aprendizagem e avaliações. Não haverá qualquer barreira metodológica que venha prejudicar o discente.

### *Acessibilidade Atitudinal*

Entende-se Acessibilidade Atitudinal conforme descrito no Glossário do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e na modalidade presencial de agosto/2015:

Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Neste sentido, a Instituição proporcionará amplos processos de relacionamento com a comunidade acadêmica e a comunidade em geral sem qualquer tipo de preconceito, estigma ou discriminação.

### **As Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular**

A dinâmica de integralização dos cursos está estabelecida em cada projeto pedagógico de cada curso da Faculdade Logos, na forma das diretrizes curriculares nacionais, no caso da graduação, e a legislação específica, no caso da pós-graduação.

Os parâmetros comuns a todos os cursos de graduação são: aprovação em todas as disciplinas curriculares, cumprimento da carga horária estabelecida

para as atividades complementares, aprovação no estágio curricular supervisionado.

As oportunidades diferenciadas, neste momento, focam o projeto integrador, as metodologias ativas de aprendizagem e o aproveitamento de estudos e competências já desenvolvidos pelo discente.

O Projeto Integrador visa orientar o educando para a elaboração de um projeto no qual o discente deverá utilizar as ferramentas adquiridas nos componentes curriculares previsto no PPC a fim de possa exercitar ou se realizar a interdisciplinaridade. Para tanto, haverá apoio técnico dos docentes e estrutural.

A aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas, fazem parte do componente metodológico de ensino e aprendizagem com base em evidências empíricas, do dia-a-dia, especialmente da realidade do meio profissional que vem a ratificar e consolidar a absorção de conteúdos atuais e vivenciais.

Estarão inclusas nos trabalhos das diversas disciplinas do Curso de Licenciatura em Pedagogia, nas atividades complementares, nos estágios supervisionados e em outras diversas atividades de pesquisa e extensão que podem ser proporcionadas pela Faculdade Logos.

## **Estágio Curricular Obrigatório Supervisionado**

O Estágio Supervisionado é o momento de aproximação com a realidade escolar, onde o discente, futuro professor, vai poder praticar as teorias aprendidas ao longo do Curso, buscando sempre uma relação entre a teoria e a prática. Esse momento, então, é o de conhecer o ambiente em que irá atuar.

O ambiente do estágio, escolas e demais instituições conveniadas, deve proporcionar um processo de aprendizagem para a concepção pedagógica favorecendo a formação do professor, para o futuro exercício de sua profissão, colocando-o em contato com a realidade.

Na estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, a disciplina de Estágio Supervisionado é obrigatória.

Composição: total de 400 horas (conforme Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015-art.13) distribuídas da seguinte forma:

- a) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I – Sexto semestre – 130 horas: Estágio na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, onde o discente desenvolve o estágio em 3 partes: observação (40 horas), planejamento (20 horas de planejamento) e prática (70 horas);
- b) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II – Sétimo Semestre – 130 horas: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, onde o discente desenvolve o estágio em 3 partes: observação (40 horas), planejamento (20 horas) e prática (70 horas);
- c) Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III – Oitavo semestre – 140 horas: Estágio na Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, onde o discente desenvolve o estágio observando e relatando itens como: Projeto Pedagógico, Legislações, reuniões, processos de gestão e integração com os públicos envolvidos.

### *Forma de apresentação*

Ao final da disciplina, o discente deverá elaborar relatório das atividades desenvolvidas para apreciação e avaliação do desempenho pelo professor da disciplina de Estágio.

### *Orientação*

A orientação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial é realizada pelo acompanhamento do professor da disciplina. Cabe a este professor:

- I. Acompanhar e orientar as atividades de estágio do discente;
- II. Acompanhar e orientar as atividades dos discentes na Unidade Concedente, durante o período de realização do estágio, através de relatórios e/ou formulários específicos;
- III. Assegurar a compatibilidade das atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com o PPC do curso;
- IV. Participar ativamente do processo ensino/aprendizagem do discente(a), corresponsabilizando-se pelas orientações e avaliações;
- V. Relacionar bibliografias de acordo com as necessidades

evidenciadas pelos estagiários;

VI. Contribuir para a integração da PRESENCIAL e Unidade Concedente.

VII. Executar o programa estabelecido no regulamento específico do curso.

### *Previsão para Convênios*

A Faculdade Logos prevê convênio com escolas, consultórios, empresas, hospitais, centros comunitários, igrejas e outros estabelecimentos que atue de alguma forma diretamente com a construção de conhecimento e aprendizagem.

### *O regulamento do estágio supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia*

Este regulamento está disponível no Anexo V.

## **Atividades Complementares**

As Atividades Complementares são práticas acadêmicas obrigatórias que enriquecem a formação do discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo o seu cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente, conforme a Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006 Diretrizes Curriculares Nacionais.

As Atividades Complementares estão fixadas em uma carga horária de 200 horas e seu cumprimento é considerado requisito indispensável à conclusão do Curso e colação de grau em Pedagogia.

Cabe ao discente a responsabilidade pela efetiva realização dessas atividades, conforme dispostas no Regulamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares abrangem o ensino, a pesquisa (quando for o caso) e a extensão, e podem ser realizadas dentro ou fora da instituição, desde que favoreça a promoção do aprimoramento pessoal e profissional,

necessários ao enriquecimento da formação integral do discente.

Diretamente orientadas por membro do corpo docente da Faculdade Logos, as atividades complementares envolvem o planejamento e o desenvolvimento progressivo do discente frente ao seu Curso.

Elas são decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais e estudos curriculares, além da participação em cursos de atualização e em disciplinas oferecidas por outros cursos da IES ou por outras instituições de ensino, agregando valor à sua formação e atendendo aos interesses mais específicos por determinada área da Graduação em Licenciatura em Pedagogia que seja do seu interesse.

Convém salientar que a computação das horas de atividades complementares para a integralização de carga horária só será possível se houver aprovação do Colegiado do Curso e da Coordenação do Curso. O não cumprimento das Atividades Complementares previstas para o período implicará em dependência que deverá ser realizada até o final do Curso. As atividades complementares estão descritas em regulamento próprio.

### *Relação Entre as Atividades Complementares e as Competências que os Estudantes do Curso Deverão Desenvolver*

A Instituição busca na formação do Licenciado em Pedagogia uma formação profissional que, além dos domínios dos conhecimentos necessários a sua atuação, seja capaz de desenvolver as seguintes competências:

- a) Compreensão ampla e consistente do processo educativo, formal e não formal;
- b) Capacidade de formular e encaminhar soluções de problemas educacionais;
- c) Capacidade de articular as diferentes áreas de conhecimentos no campo educacional;
- d) Capacidade de articular ensino e pesquisa com atividades de extensão;
- e) Capacidade de desenvolver metodologias adequadas às necessidades educativas atuais;
- f) Atitude ética na atuação profissional;

- g) Capacidade de atuar no planejamento das diferentes ações da prática educativa;
- h) Capacidade de gerir e coordenar ações técnicas e administrativas no campo da educação formal e não formal;
- i) Capacidade de compreender a avaliação como processo educativo tanto no âmbito do rendimento escolar, quanto institucional;
- j) Capacidade de atuar criativamente no âmbito educacional;
- k) Capacidade de desenvolver atitudes empreendedoras no campo profissional;
- l) Capacidade de atuar cientificamente sobre a realidade educativa;
- m) Capacidade de atuação docente com enfrentamento de problemas de aprendizagem;
- n) Capacidade de atuar interdisciplinarmente;
- o) Capacidade de elaborar e implementar projetos de natureza pedagógica;
- p) Capacidade de análise dos conteúdos curriculares da educação básica;
- q) Capacidade de intervir na organização da escola e do trabalho escolar.

A partir do entendimento e da definição destas competências que os estudantes deverão desenvolver, as atividades complementares constituem-se em práticas pedagógicas de cunho teórico e prático que promovem uma relação, em tempo real, das vivências das práticas educativas voltadas à pedagogia com foco no relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural.

Estimulam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-se as diversas peculiaridades regionais e culturais.

Isto posto, em síntese, se permeia uma relação de melhor direcionar e fixar com clareza a compreensão das capacidades intrínsecas à formação e ao

exercício profissional do pedagogo, do educador, constante, obrigatoriamente, em suas competências.

### *Regulamento das Atividades Complementares*

As atividades complementares estão descritas em regulamento próprio como seguem:

#### CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente regulamento normatiza as Atividades Complementares desenvolvidas no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial da Faculdade Logos.

#### CAPÍTULO II: DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

##### Seção I: Da Natureza

Art. 2º. As Atividades Complementares são práticas acadêmicas obrigatórias para a formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial e têm carga horária equivalente a 200 horas, sendo o seu cumprimento indispensável para a obtenção do grau correspondente, atendendo às Diretrizes Curriculares estabelecidas pela Resolução CNE nº 02, de 01 de julho de 2015, artigo 13, parágrafo 1º, inciso 4.

Parágrafo único. O discente é responsável pela efetiva realização das Atividades Complementares conforme dispostas no presente Regulamento.

Art 3º. As Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar. Incluem-se nessas atividades as práticas de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, especialmente aquelas que se relacionam com o mundo do trabalho e com as ações de pesquisa e extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares devem estar relacionadas a conteúdos que estejam em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade Presencial.



## Seção II: Da Finalidade

Art. 4º. As Atividades Complementares têm por finalidade proporcionar o aproveitamento acadêmico de conhecimentos adquiridos pelos discentes em atividades curriculares e extracurriculares, de interesse para sua formação profissional e pessoal.

Parágrafo único. As Atividades Complementares representam um importante instrumento de enriquecimento do perfil do egresso do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade Presencial.

## Seção III: Dos Objetivos

Art. 5º Os objetivos das Atividades Complementares são:

I - Enriquecer o currículo do formando, através do aprofundamento temático e interdisciplinar.

II – Potencializar a promoção do desenvolvimento das competências e das habilidades dos acadêmicos por meio de vivências e experiências em espaços escolares e não escolares, públicos e privados.

## CAPÍTULO II: DAS MODALIDADES

Art. 6º. As Atividades Complementares são integradas por diversos tipos de estudos e atividades que acompanham o desenvolvimento progressivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial e as atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão.

Parágrafo único. As Atividades Complementares são diretamente orientadas por membro do corpo docente da Faculdade Logos, decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais e estudos curriculares.

Art. 7º. As Atividades Complementares são organizadas em seis (05) modalidades:

I) Atividades Externas - são atividades e eventos ofertados por outras instituições, tais como: estágios extracurriculares, palestras, seminários, congressos, conferências, oficinas, minicursos.

II) Atividades Internas – são atividades ofertadas pela Faculdade Logos ao longo do ano letivo. Trata-se de uma série de eventos, a saber:

eventos, palestras, seminários, jornadas acadêmicas e científicas, dentre outros, organizadas pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial e ofertadas aos discentes.

III) Atividades de Extensão – são atividades acadêmicas ofertadas pelos Programas de Extensão de outras Instituições de Ensino Superior ou pela Faculdade Logos. Trata-se de atividades marcadas por um processo educativo, cultural e científico que viabilizam a relação transformadora entre a(s) IES e a Sociedade.

IV) Atividades de Monitoria - são atividades ofertadas pelo Programa de Monitoria da Instituição, que visam propiciar aos discentes a oportunidade de desenvolver, sob supervisão docente, suas habilidades para a carreira docente nas funções de ensino, pesquisa e extensão. Esta modalidade inclui projetos (envolvendo implementação prática), pesquisa teórica, oficinas, formação de grupos de estudo.

Serão validados projetos/atividades profissionais realizadas fora do ambiente acadêmico desde que avaliados por um professor do Curso, que atestará a pertinência do projeto/atividade com o curso, bem como o conteúdo da pesquisa elaborada.

V) Disciplinas não previstas no Currículo Pleno do Curso - disciplinas cursadas em outras IES poderão ser validadas, desde que os discentes comprovem a aprovação e afinidade com o perfil da formação docente do curso de Licenciatura em Pedagogia. Os Cursos de Nivelamento, oferecidos pela Faculdade Logos, serão validados nesta categoria.

§1º. Disciplinas curriculares, estágios obrigatórios e trabalhos curso - enquanto elementos componentes da matriz curricular (grade) do curso, de cumprimento obrigatório para os discentes - não podem ser considerados como Atividades Complementares.

§2º. A pontuação correspondente a cada Atividade Complementar encontra-se no Manual de Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial.

## CAPÍTULO III: DOS REQUISITOS DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

### Seção I: Dos Requisitos

Art. 8º. O discente deve escolher e realizar as atividades pertinentes que permitam um efetivo diferencial na qualidade de sua formação acadêmica e que, nos termos deste regulamento, possam ser consideradas como Atividades Complementares.

Parágrafo único. O discente, ao final do curso, deverá ter realizado, no mínimo, a carga horária de 200 horas, conforme estabelecido no Manual das Atividades Complementares. E a integralização das Atividades Complementares deve acontecer ao longo do curso, preferencialmente, ao final de cada semestre.

Art. 9º. O discente de posse da documentação comprobatória da(s) Atividade(s) Complementar(es) deverá requerer, junto à Secretaria Geral da Faculdade Logos, a validação das atividades realizadas.

§1º. O requerimento deverá ser acompanhado de documentação comprobatória, especificada em anexo no Manual das Atividades Complementares.

§2º. O encaminhamento do pedido de validação, juntamente com a documentação comprobatória da(s) Atividade(s) Complementar(es), será feito pela Secretaria Geral que encaminhará à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial.

§3º. Os discentes que se encontram afastados da IES por trancamento de matrícula ou abandono de curso, poderão ter contabilizadas as Atividades Complementares realizadas nesse intervalo, segundo avaliação do Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade Presencial, quando da reabertura de sua matrícula ou readmissão, respectivamente.

### Seção II: Da Validação

Art. 10º. A validação das Atividades Complementares será de competência do Coordenador Pedagógico, mediante a apresentação pelo discente, dos respectivos documentos comprobatórios de participação e no

prazo definido pelo calendário anual da IES.

§1º. A coordenação pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade Presencial, ao final de cada semestre, poderá solicitar à Direção Acadêmica da Instituição a indicação do nome de dois docentes, membros do Colegiado do Curso, para auxiliá-lo no processo de validação das Atividades Complementares.

§2º. O coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial e, se for o caso, os professores nomeados pela Direção Acadêmica de posse das normas deste regulamento e do Manual de Atividades Complementares, validarão a carga horária equivalente à cada atividade solicitada, em um prazo de uma semana, encaminhando a informação à Secretaria-Geral para registro até o final de cada semestre letivo.

§3º. Somente serão reconhecidas e validadas as atividades realizadas após o ingresso no curso. Atividades complementares realizadas em outra instituição, por discentes transferidos, poderão ser validadas desde que tenham sido cumpridas durante o período em que o discente estava realizando o curso do qual foi transferido.

§4º. As Atividades Complementares serão validadas e encaminhadas à Secretaria-Geral para registro, a cada semestre letivo, nos prazos definidos pelas Atividades Complementares.

#### CAPÍTULO IV: DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR E DO DISCENTE

Art. 11º. No tocante às Atividades Complementares as coordenações pedagógicas do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial têm as seguintes atribuições:

I - Assegurar ao discente todas as condições necessárias para a plena realização das Atividades Complementares, especialmente aquelas oferecidas pela Instituição;

II - Deferir ou indeferir os requerimentos encaminhados pelos discentes, validar os pontos correspondentes às atividades realizadas, e registrar esses resultados no sistema de acompanhamento e controle de Atividades Complementares;

III - Divulgar o cronograma das Atividades Complementares no mural ou site da Instituição, nas diferentes modalidades semestralmente;

IV - Controlar o processo de oferta e avaliação das Atividades Complementares;

V - Informar aos discentes que as Atividades Complementares devem ser realizadas ao longo do Curso;

VI - Prestar atendimento ao discente, auxiliando-o no processo de realização e validação das Atividades Complementares;

VII - Organizar pasta(s) para arquivo da documentação comprobatória das Atividades Complementares

VIII - Encaminhar à Secretaria Gerala validação das horas das Atividades Complementares, realizadas a cada semestre.

IX - Realizar, sempre que necessário, reuniões com a Direção da Faculdade. Parágrafo único. Ao final do curso (8º no período) o Coordenador do Curso de Licenciatura em pedagogia na modalidade presencial emitirá para a Secretaria Geralum relatório individual dos discentes que poderão colocar grau com a integralização de todas as atividades complementares.

Art. 12º. As atribuições do Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade Presencial, quanto à realização das Atividades Complementares, são as seguintes:

a) Informar-se das Atividades Complementares oferecidas dentro e fora da Instituição;

b) Inscrever-se nas Atividades Complementares e participar efetivamente delas;

c) Providenciar documentação que comprove a realização das Atividades Complementares.

d) Organizar a pasta individual para arquivo da documentação comprobatória das Atividades Complementares.

e) Apresentar à Secretaria Gerala pasta individual com cópia da documentação comprobatória das Atividades Complementares realizadas até a data-limite, fixada no calendário anual da IES.

f) Organizar a documentação comprobatória original das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitado.

g) Apresentar a pasta individual com o arquivo da documentação comprobatória, junto à Coordenação do Curso, para a integralização da carga horária.

h) Parágrafo único. As atividades deverão ser comprovadas mediante o preenchimento do formulário denominado, Relatório de Atividades Complementares – RAC, constante do Manual das Atividades Complementares.

## CAPÍTULO V: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13º. As Atividades Complementares serão gerenciadas pelo Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade Presencial, o qual terá a atribuição de avaliar e validar os documentos comprobatórios, conforme o modelo dos formulários presentes no Manual de Atividades Complementares.

Art. 14º. O discente deverá ser orientado a realizar as Atividades Complementares ao longo do curso, a partir do 1º semestre, de forma progressiva, de modo a evitar o acúmulo da carga horária total para o final do curso.

Art. 15º. Ao final do curso (8º período) o Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial emite à Secretaria Geralum relatório com o nome dos discentes que poderão colar grau com a respectiva integralização de todas as atividades complementares.

Art. 16º. Os casos omissos serão avaliados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 17º. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Geral da Faculdade.

Quadro 20. pontuação das atividades externas

Atividades	Carga Horária
Atividades de Estágios Extracurriculares	10 horas
Palestras	10 horas
Seminários	20 horas
Congressos	20 horas
Conferências	10 horas
Jornadas	20 horas

Quadro 21. Pontuação das atividades realizadas na instituição

Atividades	Carga Horária
Cursos	10 horas
Palestras	10 horas
Seminários	20 horas
Jornada	20 horas
Conferências	10 horas
Congressos	20 horas

Quadro 22. Pontuação das atividades de extensão e monitoria

Tabela 3: Pontuação das atividades de extensão

Atividades	Carga Horária
Cursos	20 horas
Projetos	20 horas
Oficinas	10 horas

Tabela 4: Pontuação das atividades de monitoria

Atividades	Carga Horária
Tarefas científicas	20 horas
Preparação de aulas	20 horas
Trabalhos didáticos	20 horas

Quadro 23. Pontuação das disciplinas não prevista no currículo pleno do Curso

Atividades	Carga Horária
Curso de Nivelamento (40 horas)	10 horas
Disciplina não prevista no currículo	10 horas

Figura 6. Relatório RAC

## Relatório de Atividades Complementares (RAC)

DISCENTE:

CURSO:

PERÍ

ODO

TUR

NO

TIPO DE

ATIVIDADE

LOCAL:

DATA:

TEMA

RELATE A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE NA SUA FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL

PROTOLOCADO EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A SSINATURA DO DISCENTE:

### **Apoio ao Discente**

As políticas de atendimento aos discentes serão operacionalizadas por meio de programas e ações de apoio a este segmento, com isto, a Faculdade Logos busca promover um leque de facilidades e oportunidades ao corpo discente. O objetivo é potencializar o acolhimento e permanência do discente na FACULDADE LOGOS.



Neste sentido a IES conta com as seguintes ações de apoio ao discente:

- a) apoio pedagógico;
- b) apoio psicopedagógico;
- c) apoio financeiro;
- d) apoio para realização de estágios não remunerados; e) apoio extraclasse: monitoria e nivelamento; apoio para participação em centro acadêmico; apoio para acessibilidade metodológica e instrumental.

### *Apoio pedagógico*

Por meio do trabalho das coordenações dos cursos e mesmos pelos professores, numa política posicionada de modo a colaborar com os discentes de forma pacífica no sentido de esclarecer suas dúvidas, orientá-los em relação ao plano curricular, ao sequenciamento das disciplinas, qualquer grau de dificuldade dos discentes, formas de recuperação, aulas extras, nivelamento, de modo que o discente tenha o máximo de aproveitamento escolar.

O apoio será também, quando necessário, por indicação do professor, pela equipe de psicopedagogia da Faculdade no sentido de esclarecer e ou resolver situações problemas. Não sendo de competência, apenas da psicopedagogia, em casos mais graves de estudo e avaliação o discente será encaminhado aos serviços médicos competentes, acompanhado o tratamento, de modo que o discente sinta o interesse da instituição, na sua recuperação.

Neste Programa, entre as ações de atenção aos discentes a serem desenvolvidas pela Faculdade Logos, destacam-se o atendimento extraclasse, o apoio psicopedagógico, o apoio na elaboração de atividades ou trabalhos acadêmicos, estímulo à permanência e apoio a intercâmbio.

### O atendimento extraclasse: nivelamento e monitoria

O atendimento extraclasse será prestado pelos professores e que ficarão à disposição dos discentes, em horários previamente fixados, para esclarecimento de dúvidas e orientação de trabalhos.

#### I - Apoio de Atividades de Nivelamento

As estratégias de nivelamento existem para auxiliar aqueles discentes

ingressantes que demonstrarem dificuldade de aprendizagem em conhecimentos básicos. O apoio para nivelamento de discentes está vinculado ao serviço de atenção pedagógica ao acadêmico, cujas atribuições englobam:

- a) realização de atividades de orientação acadêmica, no tocante a sua vida escolar e a sua aprendizagem;
- b) desenvolver mecanismos de nivelamento dos discentes, em conformidade com o projeto pedagógico do curso;
- c) promover eventos internos para os discentes;
- d) estimular a participação discente em eventos científicos, técnicos e culturais.

O apoio para nivelamento, inicialmente, se refere aos conhecimentos básicos em língua portuguesa e em matemática que, no entendimento do curso, devendo ser aprofundados para os discentes ingressantes.

## II - Apoio à Monitoria

Entre as ações voltadas para a recuperação de deficiências de formação está a monitoria, em que discentes mais adiantados terão horas disponibilizadas para orientação de trabalhos, plantão de dúvidas e exercícios de revisão, como também cursos complementares, ministrados pelos professores.

Será organizado um sistema de Monitoria que após escolhido dentre os discentes que tenham um bom aproveitamento no conjunto de seus estudos e apresentem mais de 1/3 (um terço) das disciplinas exigidas cursadas, no curso em que estão matriculados, e analisadas as condições e necessidades, os discentes serão convidados a desenvolverem este trabalho na própria instituição em contrapartida à sua matrícula no curso mantido pela instituição.

## O apoio psicopedagógico: sala de atendimento

A Faculdade Logos dispõe de um Serviço Apoio ao Estudante (SAE) para atender, inclusive todo seu corpo social. O apoio psicopedagógico será desenvolvido pelo Serviço de Apoio Psicopedagógico da Faculdade. Este Serviço deverá disponibilizar pedagogos e psicólogos para o atendimento de discentes, como também, professores e técnicos administrativos. O SAE

também será o responsável pelo desenvolvimento de ações de apoio a discentes carentes, bem como ações voltadas para a recuperação de deficiências de formação do discente ingressante.

Em síntese, o apoio psicopedagógico relativo ao discente, visa:

- a) contribuir para formação integral, considerando os aspectos sociais, emocionais, subjetivos e relacionais implicados no exercício de sua formação;
- b) orientar e acompanhar discentes que apresentam problemas que afetam a aprendizagem;
- c) promover espaço de permanente diálogo junto à administração e o corpo docente, visando parcerias para construção de estratégias preventivas na atenção aos discentes.
- d) promover medidas concernentes à adaptação do discente à vida acadêmica.

## O apoio financeiro

A Instituição prestará serviço de atenção financeira ao acadêmico, cujas atribuições englobarão:

- a) promover negociações com os acadêmicos em dificuldades financeiras, para adimplir suas mensalidades escolares.
- b) promover descontos financeiros que estimulem a adimplência às mensalidades escolares.
- c) destinar bolsas de estudo a discentes carentes. A política

institucional é de atender os discentes com dificuldades, mantendo-os como discentes regularmente matriculados e frequentando as aulas.

- d) destinar bolsas de trabalho a discentes que desenvolvam monitoria.

## Apoio para realização de estágios não remunerados

A Faculdade Logos incentiva e apoia a realização de estágios não obrigatórios e remunerados. De igual forma aos estágios obrigatórios coordena

e acompanha estes estágios proporcionando às discentes informações constantes de vagas e empresas que os disponibilizam.

O Estágio Não Obrigatório poderá ser realizado pelos discentes regularmente matriculados que estejam matriculados, no mínimo, no 2º período do Curso.

O discente que concluiu todas as atividades obrigatórias previstas no Curso, não poderá iniciar ou continuar realizando Estágio Não Obrigatório.

Não poderão realizar Estágio Não Obrigatório os portadores de diploma de curso de graduação.

Os Estágio Não Obrigatórios devem ser realizados nas áreas de formação do discente, em consonância com o perfil profissional descrito no projeto político pedagógico do curso.

Os horários em que serão desenvolvidas as atividades do Estágio Não Obrigatório não podem coincidir com os horários de aulas em que o discente esteja matriculado.

### Apoio para participação em centro acadêmico

De acordo com as normas regimentais, a Faculdade Logos irá proporcionar aos discentes espaços para organizarem-se em um Diretório Central de Estudantes ou Centros Acadêmicos representativos de seus interesses junto à Instituição.

### Apoio para acessibilidade metodológica e instrumental

Entende-se Acessibilidade Pedagógica ou metodológica conforme descrito no Glossário do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e na modalidade presencial de agosto/2015:

Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Neste sentido, a Instituição proporcionará processos metodológicos

adequados a toda e qualquer geração de conhecimento, relação de ensino-aprendizagem e avaliações. Não haverá qualquer barreira metodológica que venha prejudicar o discente.

Entende-se Acessibilidade Atitudinal conforme descrito no Glossário do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e na modalidade presencial de agosto/2015:

Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Neste sentido, a Instituição proporcionará amplos processos de relacionamento com a comunidade acadêmica e a comunidade em geral sem qualquer tipo de preconceito, estigma ou discriminação.

Relativo à acessibilidade instrumental o Curso disponibiliza as ferramentas de estudo, necessárias à superação de barreiras; priorizando, sobretudo, a qualidade do processo de inclusão plena. Promove a comunicação interpessoal, eliminando barreiras que interpõem o diálogo, com a disponibilização de meios comunicativos e tecnológicos, tais como equipamentos de multimídias, laboratórios de informática, com softwares específicos, teclados em Braille, e, quando necessário, há disponibilização, em seu quadro de pessoal, de colaboradores e docentes aptos a auxiliar e serem intérpretes em LIBRAS.

Há disponíveis também, as máscaras para teclado, que tem finalidade de auxiliar usuários com pouca coordenação motora e/ou mobilidade reduzida.

### Apoio de Intercâmbios

A FACULDADE LOGOS, na medida de suas possibilidades, incentivará o intercâmbio entre discentes e professores com instituições nacionais como também em outros países.

## Ações inovadoras

A Falog entende como ação inovadora a atenção que dá à humanização. Uma das principais prioridades da Falog é cuidar do ser humano por completo, entendemos que a saúde mental, física e emocional dos nossos alunos são de extrema importância para nós.

## **Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa**

As ações acadêmico-administrativas, resultantes da autoavaliação (CPA), avaliação interna, serão analisados pela direção da Faculdade Logos, pelo Colegiado do Curso e pelo NDE. Observado o mérito, nortearão ou retificarão o planejamento institucional, bem como as estratégias demandadas. O mesmo acontecerá com as avaliações externas caracterizadas pelo ENADE e as avaliações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Há que se enfatizar que esta avaliação interna tem periodicidade anual, com a consequente elaboração de seus relatórios que, também, são encaminhados à Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) anualmente.

A gestão do Curso de Pedagogia será planejada, organizada, coordenada, controlada e dirigida. De um modo geral o entendimento da Faculdade Logos é que as avaliações são peças necessárias para orientar permanentemente a elaboração de seu planejamento e de suas estratégias de forma a vir possibilitar o atendimento de sua missão, visão e demais expectativas e ansiedades. A apropriação dos resultados destas avaliações é que nortearão a retroalimentação do planejamento e, por conseguinte, da operacionalidade da gestão.

Entendemos a avaliação do curso de Pedagogia como um momento de articulação e de construção, envolvendo todos os sujeitos que compõem a estrutura humana do curso, objetivando o desenvolvimento e a retroalimentação das ações metas.

Assim, primará pelo seu caráter democrático, na qual a participação dos

sujeitos com suas reflexões e proposições serão vitais, para a qualificação do curso de Licenciatura em Pedagogia.

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como todos os processos pedagógicos inerentes à formação dos profissionais, deverá ser componente central na avaliação interna, o que requer instrumentos adequados a mesma.

Na avaliação interna, é importante considerar como os discentes e professores perceberão Curso de Pedagogia com um todo e, também, a sua inserção neste processo. Esta avaliação interna, em parte, deverá ser realizada: a) por meio de questionários aplicados aos discentes e professores sobre o desempenho destes; b) por meio de pesquisas para levantamento do perfil do discente, contendo estudo sobre procedência, expectativas quanto ao Curso de Pedagogia e à profissão.

A avaliação do curso será agrupada atendendo aos âmbitos:

a) Dos aspectos pedagógicos: na qual focalizaremos o processo de ensino aprendizagem, as dificuldades e os desafios enfrentados pelos docentes, buscando encontrar soluções para os mesmos. Esta avaliação será realizada pelo Colegiado do curso junto aos docentes;

b) Avaliação dos docentes: um aspecto relevante para o crescimento do curso será a avaliação do trabalho docente pelos discentes, sendo considerada nesta avaliação, a prática docente, objetivando uma reflexão do mesmo acerca de seu trabalho e posturas adotadas com os discentes; c) Técnico-Administrativo: neste âmbito, será considerada toda a estrutura de funcionamento, de atendimento e apoio aos discentes do curso de Pedagogia, visando à qualificação dos serviços prestados a comunidade.

Especificamente em relação às avaliações externas, tanto a Direção da Faculdade, Colegiado de Curso e NDE, terão especial olhar sobre os descritores que, ocasionalmente, forem entendidos como impróprios e serão estabelecidas as ações, a partir destes resultados, corretivas ou adequadas para apropriá-los e, com isto, delinear o contexto educacional-administrativo do Curso e da Faculdade.

*Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs - no Processo*

---

## *Ensino- Aprendizagem*

A Faculdade Logos entende por tecnologia de informação e comunicação a capacidade e o potencial que tem para veicular a informação com sua comunidade. Para tanto, disporá de murais alocados em diversos pontos da instituição e página na internet.

A Faculdade Logos colocará à disposição de seus acadêmicos computadores, equipamentos de vídeo do tipo multimídia, além de programas necessários à operacionalidade. Ou seja, oferecerá ao aluno à acessibilidade digital pertinente à necessidade de interação para o desenvolvimento das ações de ensino e aprendizagem.

Com este entendimento e estrutura, desenvolverá seu processo de ensino-aprendizagem de forma a buscar a excelência nos resultados intrinsecamente vinculados ao objetivo do curso e a formação do perfil do egresso.

## *Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem*

O Procedimento de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem foram concebidos na forma do que havia sido expresso no Decreto nº 5.622/2005, art.4: A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante: cumprimento das atividades programadas; e, realização de exames presenciais. § 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa. Os resultados dos exames citados deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação.

Para a Faculdade Logos, a avaliação discente caracteriza-se como um processo de formação na medida em que é concebida como reflexão sobre os desempenhos alcançados no decorrer do cumprimento da matriz curricular.

A avaliação é processual se dará de forma contínua, criando possibilidades tanto para os discentes de aprimoramento acadêmico e pessoal,



quanto ao docente em refletir sua prática, podendo vir a desenvolver processos de mudanças, com vistas a modificar e a propor novos modelos de ensino.

As características principais da avaliação no curso de formação de professores na Faculdade Logos será seu caráter formativo e somativo. A avaliação formativa tem com característica principal a informação sobre o desenvolvimento do discente no processo de ensino-aprendizagem, a fim de que o docente possa fazer os ajustes necessários no percurso desenvolvimento de suas atividades, adequando conteúdos e técnicas com as características dos discentes.

Neste tipo de avaliação, as informações e dados obtidos com os instrumentos de avaliação utilizados pelo docente têm como finalidade, a mudança ou a transformação, no modo de aquisição dos conhecimentos pelos discentes.

A avaliação somativa ocorrerá no final de uma disciplina, objetivando averiguar o grau de conhecimento alcançado de acordo com os objetivos propostos pela mesma. Este tipo de avaliação tem como característica principal a promoção e a verificação da aprendizagem dos discentes, no decorrer e no final do curso. O sentido da avaliação é imprimir um juízo de valor nos processos de aquisição das habilidades e competências, acerca dos conhecimentos adquiridos ao longo das disciplinas.

A avaliação será realizada, mediante critérios explícitos e compartilhados com os discentes, uma vez que o que é objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos como para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação.

Poderão ser utilizados instrumentos variados, tais como: prova escrita e oral, individual, apresentação de seminários, resenhas, resumos, pesquisa bibliográfica e de campo, regências e relatórios, fichas de leitura de textos, resolução de exercícios práticos, desenvolvimento e apresentação de projetos dentre outros.

As avaliações além do caráter quantitativo, que serão as notas, sendo observados o caráter qualitativo do processo de ensino e aprendizagem, verificando os seguintes aspectos: capacidade de análise, síntese,

estabelecimento de relações, elaboração pessoal, correta expressão escrita e adequada expressão oral; domínio dos conhecimentos essenciais desenvolvidos nos diferentes componentes curriculares; progressivo desenvolvimento de competências profissionais.

Para a execução deste perfil de avaliação, acompanhada pelo docente neste processo de aprendizagem, o docente deverá apresentar as seguintes competências: organização das tarefas de ensino e aprendizagem; domínio dos conhecimentos trabalhados; criação de situações de aprendizagens; construção de diálogos significativos; realização de atividades de avaliações que estimulem a reflexão e a autonomia.

Estas avaliações estão previstas no Regimento Geral da Faculdade Logos por meio dos artigos 69 ao 77, a saber:

## **Número de vagas**

A Faculdade Logos pretende oferecer o Curso de Licenciatura em Pedagogia com uma oferta de 200 vagas anuais, sendo 100 vagas para o período noturno e 100 vagas para o período matutino, com entradas semestrais.

Esta quantidade de vagas ofertadas é para o atendimento de uma população que vem, assim, se manifestando:

- a) 2010 = 95.018;
- b) 2017 = 110.096. Fonte: IBGE (2018).

De imediato se verifica que esta população está crescendo a uma taxa média de 2% ao ano. Esta taxa média é pouco maior que a taxa média brasileira que está, atualmente, na ordem de 1,9%, em média, ao ano.

Relativo à demanda, esta pode ser entendida de dois vieses. Primeiramente a demanda de mercado que advém do ensino médio, como também a demanda potencial que já se insere no estudo da Pedagogia nas IES que atuam na região.

Segundo o IBGE (2018), o Novo Gama - GO em 2012, apresentou 2.847 alunos matriculados no ensino médio. Em 2015 a quantidade de alunos desta modalidade foi de 2.864 alunos. De imediato se verifica que a demanda de

mercado do ensino médio nesta região vem se apresentando como, praticamente, constante.

Por sua vez, uma parte desta demanda, naturalmente, será recepcionada pelo Curso de Pedagogia da FALOG, já que na Região não tem Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, apenas na modalidade à distância em uma Instituição. Sem dúvida este mercado é de interesse da Faculdade Logos.

Do exposto as demandas de natureza social apresentadas: de mercado e potencial, são suficientes para assegurar mercado para a implantação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FALOG.

A economia do Novo Gama - GO é representada pelo seu Produto Interno Bruto (PIB). Ao que se verifica, segundo o IBGE (2018), esta economia em 2015 apresentou PIB corrente de R\$ 799.206,78. Em 2010 apresentou PIB corrente de R\$ 432.307,00.

Ao que se verifica esta economia está crescendo à taxa média de 9,2% ao ano, sendo a atividade de serviço a mais preponderante. Ao que se verifica esta economia cresce, praticamente, a mesma taxa média da economia brasileira: 9,5 % ao ano.

Deste fato, entende-se que a cidade de Novo Gama - GO apresenta um bom crescimento econômico que, por sua vez, sugere o crescimento das IES para atender as demandas locais e regionais de mercado que é gerada por tal comportamento expansionista. Além disto no município de Novo gama não há Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial. Com este particular a FALOG entende que as ofertas de 200 vagas são oportunas, sendo 100 vagas no matutino e 100 vagas no noturno.

## **Integração com a rede pública de ensino**

A integração com as redes públicas de ensino tem foco, principalmente, para a realização dos estágios supervisionados obrigatórios, Tal integração está descrita a saber:

### *Na Unidade concedente de estágio*

As atividades de estágio dos estudantes do Curso de Licenciatura em

Pedagogia, deverão acontecer em instituições de ensino que oferecem Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As instituições de ensino, de redes públicas e/ou privadas, deverão ser identificadas como Unidade Concedente do Estágio. O acompanhamento de estágio será feito (além do Professor Disciplina), também pelo Supervisor de estágio na Unidade Concedente, o qual atribuirá uma nota ao estagiário. Compete à esta Unidade Concedente:

- a. Celebrar com a Faculdade Logos, convênio para a realização de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- b. Firmar com o discente estagiário o Termo de Compromisso, com a interveniência da FACULDADE LOGOS;
- c. Informar ao estagiário sobre as normas a serem seguidas;
- d. Designar um Supervisor para a orientação e/ou acompanhamento do estagiário (a);
- e. Comunicar à FACULDADE LOGOS quaisquer irregularidades na execução do estágio.
- f. Acompanhar a realização do estágio, orientando os estagiários em suas atividades, bem como desenvolver processos de intervenção para aprimorar a qualidade das ações do profissional em formação;
- g. Avaliar ao longo do processo o desempenho dos estagiários, através de relatórios e/ou formulários específicos.

### *Parcerias e convênios*

Será autorizado o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no Curso de Licenciatura em Pedagogia, com a celebração de Convênio entre a instituição de direito público e/ou privado e a FACULDADE LOGOS e Termo de Compromisso celebrado entre o estagiário e a instituição de direito público e/ou privado.

O Convênio e o Termo de Compromisso serão documentos obrigatórios para a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em

Pedagogia. O Termo de Compromisso, assim como as atividades dele decorrentes, não criam vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo o estagiário receber bolsa-auxílio, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada entre o estagiário e a instituição de direito público e/ou privado, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária.

Para aprovação no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em Pedagogia o discente deverá obter conceito APROVADO em todos os relatórios conforme análise do Professor da disciplina de estágio.

As atividades do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório culminarão com a elaboração do “Relatório de Estágio Curricular Supervisionado”. A conclusão da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado se dará depois de emitido conceito pelo Professor da disciplina de estágio.

### *A necessidade do uso de tecnologias*

Quando necessário, a Faculdade Logos providenciará a tecnologia adequada para a satisfação das necessidades, no campo de estágio, para se desenvolver a relação de ensino-aprendizagem com o estagiário.

### *Do registro das atividades*

A avaliação do Estágio Obrigatório: a avaliação do estagiário ocorrerá de forma contínua, permanente e progressiva durante todo o desenvolvimento do estágio. O acompanhamento de estágio, bem como o registro das atividades, será feito pelo Professor da disciplina e pelo Supervisor de Estágio da Unidade Concedente, observando os seguintes itens:

- a) Relatórios parciais elaborados pelo estagiário(a);
- b) Relatório final elaborado pelo estagiário(a).

### *Dos resultados do estágio*

Os resultados do estágio entendidos como relevantes para os discentes, para as escolas de educação básica ou unidades concedentes, serão disseminados entre o Curso de licenciatura em Pedagogia e a escola ou unidade concedente, com vistas ao planejamento de atividades inovadoras.

## *Atividades Práticas de Ensino*

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da FACULDADE LOGOS apropriará em diversas disciplinas a prática como componente curricular, na forma do inciso I, do §1º, do art. 13, da Resolução CNE/CP nº 2/2015.

As atividades práticas de ensino estão descritas sinteticamente a saber:

- a) Em atividades disciplinares: serão desenvolvidas 404 horas de prática como componente curricular, articuladas com a parte teórica, distribuídas ao longo do processo formativo: metodologia para implementação;
- b) No estágio Supervisionado Obrigatório: serão desenvolvidas 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado, em 3 etapas, Estagio Curricular Supervisionado obrigatório I – 130 horas, Estagio Curricular Supervisionado obrigatório II – 130 horas, Estagio Curricular Supervisionado obrigatório III – 140 horas, na área de formação e atuação na educação básica, na gestão escolar e em outras atividades, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso: Metodologia para implementação;
- c) Nas atividades complementares: desenvolvimento de 200 horas ao longo do curso distribuída, facultativamente em atividades teóricas e práticas.

## **Forma de Acesso ao Curso**

O ingresso no ensino superior dar-se-á por meio de:

- a) Processo seletivo, aplicando-se prova em igualdade de condições entre todos os candidatos ( Art.44);
- b) Por transferência de discentes de outras Instituições de Ensino Superior (Art. 59);
- c) Por reingresso ou retorno de discentes (Art.56);
- d) Pelo Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (Art. 46);
- e) Portador de Diploma de Cursos Superior é a forma de admissão em cursos de graduação permitida a pessoas já graduadas (Art 63).

O acesso é restrito aos concluintes do ensino médio ou equivalente, nos termos da Lei no 9.394/96 (LDB) e para portadores de diploma de ensino

superior, emitido por Instituição credenciada pelo MEC e registrado em universidade brasileira. Diplomas de Instituições estrangeiras somente serão aceitos com a convalidação no Brasil, na forma da Lei.

### **Avaliação por aproveitamento de estudos – Art. 47 – LDB**

A Faculdade Logos seguirá sua resolução específica que versa sobre esta matéria, in verbis:

#### *Disposição Sobre o Aproveitamento de Estudos nos Cursos de Graduação.*

Art.1º Dispor sobre o aproveitamento de estudos nos cursos de graduação, segundo o art.47, § 2º da Lei nº 9394/96 – LDB.

Parágrafo único. O parágrafo a que se refere o caput deste artigo diz: “Os discentes que tenham um extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrando por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.”

Art. 2º As provas a que se refere o Parágrafo único do Art. 1º desta resolução deverão abranger o conteúdo programático da disciplina na série do candidato e constarão de: prova escrita ou prova oral ou prova de habilidade prática, em que deverão ser observadas as aptidões do candidato para a matéria em questão.

Art. 3º Os outros instrumentos de avaliação específicos, a que se refere o Parágrafo Único do Art. 1º desta resolução poderão ser evidência documentais, certidões de grau, certificados de conclusão de curso, todos referentes à educação superior, emitidos pela FACULDADE LOGOS ou outras Instituições de Ensino Superior, regularmente credenciadas pelo MEC, que deverão abranger o conteúdo programático da disciplina a que se submete o candidato, e constarão de análise dos conteúdos descritos para observação das aptidões do candidato para a matéria em questão.

Parágrafo único. As evidências documentais a que se referem o caput devem ter nota ou avaliação final equivalente, maior ou igual a 8,0 (oito),

condição indispensável para se submeter a este tipo de avaliação.

Art. 4º Podem candidatar-se a exames dessa natureza:

- a) Discentes que estejam regularmente matriculados na disciplina ou no curso de graduação;
- b) Discentes que comprovadamente tenham realizado cursos com aproveitamento, em instituições de educação superior, públicas ou privadas, que se relacionem com a matéria contemplada no conteúdo programático da disciplina;
- c) Discentes que comprovem experiência profissional na área de atuação que guarde relação com a disciplina.

§ 1º Os discentes em dependência na disciplina não se enquadram no previsto no caput deste artigo.

§ 2º Não será permitido o exame em disciplinas que preveem pré-requisitos e correquisitos, conforme o estabelecido nas diretrizes e normas dos cursos de graduação, a menos que o discente já os tenha cumprido.

Art. 5º Cabe ao candidato:

- a) Requerer junto à Secretaria-Geral, no prazo previsto para tal fim, o referido aproveitamento de estudos;
- b) Pagar a taxa referente ao requerimento;
- c) Tomar conhecimento do programa a que se está submetendo, junto à Coordenação do seu curso;
- d) Comparecer às provas no local, data e hora previstos em edital específico para esta finalidade.

Art. 6º A banca examinadora será formada por dois professores, sendo um o professor responsável pela disciplina na série alvo do exame.

Parágrafo único. A banca examinadora a que se refere o caput deste artigo será no Presenciala por Portaria assinada pelo Diretor de Ensino.

Art. 7º As provas deverão ser realizadas conforme a data especificada em edital próprio para esta finalidade.

Parágrafo único. A nota atribuída ao discente deverá ser entregue à Secretaria-Geral até o 25º dia útil, contados do início do período letivo.

Art. 8º A nota final será a média aritmética dos resultados de cada componente da banca examinadora, caso existam.



§ 1º Será considerado aprovado o discente que obtiver média final maior ou igual a 8,0 (oito).

§ 2º No caso da aplicação do Art. 3º será considerado aprovado o discente que obtiver a homologação da banca examinadora, relativa a análise dos conteúdos descritos para observação das aptidões do candidato para a matéria em questão.

§ 3º A média final será transcrita no histórico escolar do candidato, isentando - o, também, da frequência às aulas.

§ 4º Cabe à Secretaria-Geral divulgar os resultados e providenciar a dispensa.

Art. 9º As normas de operacionalização para o aproveitamento de estudos, sinteticamente, estão representadas na forma do fluxograma.

Art. 10º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

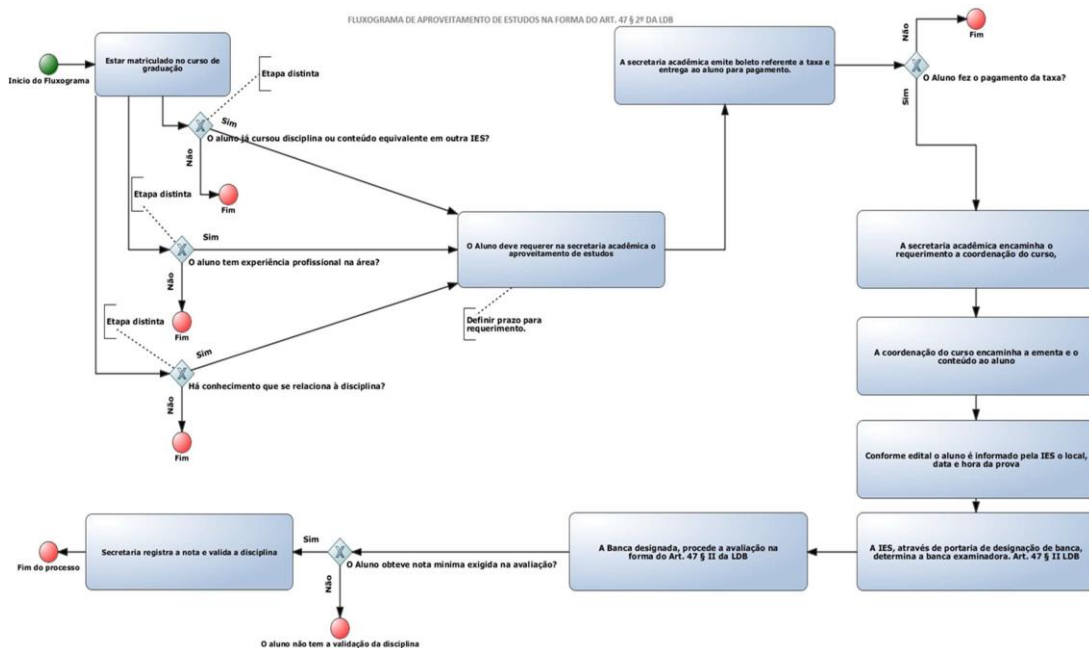


Figura 7

## CORPO DOCENTE

### O Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE será implantado por meio de Portaria específica. Será formalmente instituído após a autorização do Curso por ato regulatório do MEC. Os professores que integrarem o NDE serão responsáveis pela reformulação da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura em Pedagogia e pela implementação e desenvolvimento do Curso, estando vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, atividades de extensão, atualização do próprio Projeto Pedagógico, etc. O NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia será formado por 05 (cinco) docentes do Curso. Seus componentes se caracterizarão pelo:

- a) regime de trabalho parcial e/ou integral;
- b) 60% com pós-graduação stricto sensu;
- c) que apresentem liderança acadêmica. Provisoriamente o NDE tem a seguinte composição:

Quadro 24. Composição do NDE

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Fernando Frota	Mestre	Integral
Jussara Regina De S. Lisboa– Coordenadora do Curso	Doutor	Parcial
Henderson Matsuura	Mestre	Parcial
Maria Elielza	Especialista	Parcial
Sergio Gabriel	Mestre	Parcial

### *A concepção do NDE*

O NDE é concebido na forma do Art. 1º da resolução nº 01 de 17 de junho de 2010. Tem regulamento próprio constante do Anexo V.

Corroborar-se ao referido artigo a concepção do NDE contida no art. 1º

do regulamento próprio do NDE da Faculdade Logos, a saber:

Art. 1º - O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia Licenciatura órgão consultivo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, integrante da Administração do Curso, destinado a estudar e propor as políticas e as ações que resultem no acompanhamento, execução, e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Colegiado de Curso. Neste sentido, o NDE é entendido como órgão consultivo ao Curso de Pedagogia Licenciatura.

### *O acompanhamento*

O NDE será acompanhado pelo seu coordenador por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias.

### *A consolidação e a avaliação do PPC*

A consolidação e a avaliação do PPC se dará de forma temporal por meio dos assuntos pedagógicos e acadêmicos que serão discutidos, analisados e com a elaboração das proposições resolutivas. Tais proposições serão encaminhadas ao Colegiado do Curso para devida deliberação.

### *Estratégia para renovação dos integrantes do NDE*

Os membros do NDE serão renovados na quantidade de 40% (02 membros), a cada ano.

## **O Coordenador do Curso**

A Coordenação do Curso será exercida pela Dra. Jussara Regina De Lisboa, Doutora. Sua atuação na gestão do curso tem como base legal o Regimento Geral da instituição. O Coordenadora do Curso acompanhará pessoalmente o trabalho diário dos docentes, a efetivação das práticas pedagógicas junto aos discentes e encaminha à Direção de Ensino as demandas e sugestões de resolução de problemas no âmbito do Curso.

---

## *A representatividade no Conselho Superior*

Terá acesso ao Conselho Superior Acadêmico da Faculdade Logos com direito a voz e voto, conforme o Regimento Geral Art. 11 e Art.12.

## *Regime de trabalho do coordenador do curso*

O regime de trabalho da coordenadora será o de tempo integral. A carga horária semanal destinada especificamente à coordenação do curso será de 20 horas aula.

## *A gestão do curso*

A gestão do curso se dará na forma de Colegiado com administração participativa, por objetivos e contingencial, por meio de plano de ação conhecido por 4We2H, Matriz *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* (SWOT) e o plano de contingências.

O Plano 4W2H – (*what, when, who, where, how e how much*), representa, exatamente o seguinte: o quê?, quando?, quem?, onde?, como? e quanto? Através de respostas a estas perguntas pode-se conduzir diversos assuntos dentro do seu empreendimento, resolvendo problemas, buscando soluções, estabelecendo rotinas de trabalho e acompanhando a execução de tarefas de execução não imediata, gerenciamento de contratos de manutenção, por exemplo.

A matriz SWOT é uma ferramenta para a análise das oportunidades e ameaças do macroambiente, pontos fracos e fortes do microambiente. Por meio dela se realiza uma análise do ambiente e formulação de estratégias para a gestão do Curso, podendo prever situações e se manter potencialmente pronto para a solução. A análise feita desta forma ajuda o Coordenador do Curso na tomada de decisões.

O Plano de Contingência ajuda a gerar as possíveis soluções para pontos fracos e ameaças previstas no ambiente.

## *A relação com os docentes*

A relação com os docentes se dará de forma saudável focada na gestão

participativa e nos objetivos do curso.

### *A relação com os discentes*

A relação com os discentes se dará de forma saudável focada na gestão participativa e nos objetivos do curso.

### *Indicadores de desempenho do coordenador*

O coordenador será avaliado semestralmente pelos docentes e discentes do Curso. Para tanto, foram elaborados indicadores de desempenho que traduzem um escore. O escore desejado será, minimamente, 7,0, obtido pela média aritmética entre as pontuações dadas, tanto para docentes, como para discentes, separadamente.

Indicadores de desempenho na visão dos docentes: a) Assiduidade; b) Práticas de Gestão; c) Capacidade de Relacionamento; d) Capacidade de Resolução de Problemas do Curso; e) Capacidade de Resolução de Problemas dos Docentes/Discentes. Cada indicador pontuará de 1 a 10.

### **Corpo docente: titulação: relatório**

Para este momento de autorização, o corpo docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia é composto por 09. Professores. Destes 3 são mestres, 1 Doutores e 5 especialistas, o que perfaz de um total de 4 professores com *stricto sensu*. Isto equivale a 44% dos docentes.

A titulação do corpo docente deve ser recepcionada por estudo com foco no perfil profissional do egresso que se deseja formar, constante deste PPC item 2.3.

Da análise do perfil do egresso que se deseja formar, de imediato se verifica a formação de um profissional abrangente, crítico e reflexivo e comprometido, principalmente a educação e seus processos. Deseja-se formar um cidadão com todas as suas dimensões socioculturais e histórica. Deseja-se formar uma pessoa comprometida, proativa com focos nos resultados esperados.

Para tanto, há que se esperar que o desempenho do professor que atuará neste Curso seja adequado a possibilitar a satisfação da formação destes futuros docentes que atuarão, principalmente, no município e Região do Novo Gama - GO.

Neste caso, o desempenho dos Docentes deste Curso, em sala de aula ou nas demais atividades que implicam em aprendizagem, estará diretamente relacionado às suas capacidades de analisar os conteúdos programáticos que vem ser oferecidos no Curso, sua relevância e contribuição para a formação do estudante (egresso).

Com efeito esta capacidade está vinculada mais apropriadamente a professores com formação em *stricto sensu*: mestrado, pois esta é a formação específica para professores atuando no ensino superior.

O desempenho do docente também deve se correlacionar fortemente ao fomento do raciocínio, da abstração necessária para novas situações que urgem de soluções, que em inúmeros casos, extrapolam as bibliografias existentes e poderão requer investigações, produção de novos conhecimentos. Ou, de outro viés, uma matriz lógica e capacidade de abstração que possam permitir ao egresso o acesso a conteúdo que estão disponibilizados em relatos de pesquisas ou da formação de grupos que possam iniciar suas próprias pesquisas

De novo, se verifica a necessidade de professores com formação em *stricto sensu*: mestrado e doutorado, pois esta é a formação específica para professores, no que concerne à disseminação dos conhecimentos já produzidos no âmbito do Curso (mestrado), como também a necessidade de investigação oportuniza, prioritariamente, a atuação de doutores no corpo docente.

Diante deste quadro indutivo a conclusão não seria outra se não: o corpo docente deve ser composto por mestres e doutores. Aliás está afirmação vai ao encontro do que preconiza o Art. 66 da LDB, in verbis: “A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.”. Fica, portanto, o objetivo do Curso de conseguir na linha do tempo formar um corpo docente exclusivamente com mestres e doutores.

Mas, a Faculdade Logos e o Curso de Licenciatura em Pedagogia estão

localizados em Novo Gama - GO. Neste município e região a realidade não recepcionará o alcance imediato de tal objetivo. Forçosamente serão contratados professores também com pós-graduação lato sensu: especialização. Isto foge ao ideal, mas é a primazia da realidade.

Então, para a implantação do Curso estima-se a necessidade de 20 professores, o que se aproxima da relação de um professor para 02 disciplinas do Curso. Ou seja, cumulativamente: a) primeiro semestre 06 professores; b) segundo semestre 08 professores; c) terceiro semestre 08 professores; d) quarto semestre 09 professores; e) quinto semestre 12 professores; f) sexto semestre 15 professores; g) sétimo semestre 18 professores e oitavo semestre 20 professores.

Neste contexto, para os quatro primeiros semestres que compõem a metade do período de implantação do curso, o corpo docente será formado por 09 professores.

Quadro 25. Corpo Docente

DOCENTE	TITULAÇÃO	CH	CH EM SALA NO CURSO DE PEDAGOGIA	ESPECIFICAÇÃO CARGA HORÁRIA	CH OUTRAS ATIVIDADES	ESPECIFICAÇÃO CARGA HORÁRIA OUTRAS ATIVIDADES	CH TOTAL
				CH EM SALA			
MARIA ELIELZA DOS SANTOS	ESPECIALISTA	PARCIAL	9H	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (72H); TÓPICOS DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO(36H); JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS(36H); SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (36H)	CURSO DE EXTENSÃO 3H	2H DESTINADAS AO NDE E CPA	14H
JUSSARA REGINA DE S. LISBOA	DOUTORA	PARCIAL	9H	CULTURA E LITERATURA AFRICANA E INDIGENA (72H) ;GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS(36H); LINGUAGENS E CÓDIGOS (36H)	CRUSO DE EXTENSÃO 3H	2H DESTINADAS AO NDE E CPA	14H
VILMA ALVES DA SILVA	ESPECIALIST A	HORISTA	3H	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO(72H); EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA (36H)			3H
VANIA FARIAS PAULINO DE ARAUJO	ESPECIALIST A	HORISTA	9H	DIDÁTICA; ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO(72H); FUNDAMENTO TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTI(72H); FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO(72H).			9H



HENDERSON MATSUURA SANCHES	MESTRE	PARCIAL	3H	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA (36H)	CURSO DE EXTENSÃO 3H	2H DESTINADAS AO NDE E CPA	8H
MARIA APARECIDA PEIXOTO SOARES	ESPECIALISTA	HORISTA	9H	FORMAÇÃO DO SCENTE PARA DIVERSIDADES (72H); AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM (72H); LITERATURA INFANTIL (72H)			9h
FERNANDO FROTA	MESTRE	INTEGRAL	6H	PORTUGUÊS (36H) METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTIFICO (72H)	CURSO DE EXTENSÃO 5H, CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO 05 HORAS	4H DESTINADAS AO NDE E CPA, 20 HORAS DESTINADAS A COORDENAÇÃO DO CURSO	40H
SERGIO GABRIEL	MESTRE	HORISTA	6H	PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO(36H); PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO (36H)			6H
YWLLE	ESPECIALISTA	HORISTA	3H	EDUCAÇÃO, CORPO E MOVIMENTO (36H)			3H

### *O Regime de Trabalho do Corpo Docente*

O corpo docente conta, atualmente, com 3 professores em regime parcial (33%), 01 professor (11%) em regime integral e 05 professores horistas (56%). As atividades docentes deverão estar descritas no plano de ensino e aprendizagem e registradas no diário de classe do professor.

### *Experiência Profissional do Corpo Docente na Educação Básica: relatório*

A experiência do Corpo Docente na Educação Básica tem que estar em consonância com o perfil do egresso que se deseja formar. Já se sabe, da análise do perfil que se deseja para os egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que se deseja formar um profissional abrangente, crítico e reflexivo. Características natas de um professor. Deseja-se formar um cidadão com todas as suas dimensões socioculturais e histórica. Deseja-se formar uma pessoa crítica comprometida, proativa e com focos nos resultados esperados.

Para tanto, há que se esperar que o desempenho do professor que atuará neste Curso de Licenciatura seja adequado à possibilitar a satisfação da formação destes futuros professores (egressos) que atuarão, principalmente, na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Neste caso, o desempenho dos Docentes deste Curso de Licenciatura, em sala de aula ou nas demais atividades que implicam em aprendizagem, estará diretamente relacionado às suas experiências na docência na Educação Básica.

É razoável admitir que quanto maior for o tempo de experiência na docência na Educação Básica, maior será a capacidade deste docente para promover a identificação das dificuldades de seus alunos, como também, saná-las. De forma análoga, o desenvolvimento da linguagem deste professor com sua turma estará eivado de suas experiências de receptividade ou de como se dá a retenção desta linguagem pelos alunos. Em outras palavras, será uma linguagem que possibilita maior entendimento e, portanto, maior valor agregado para a aprendizagem, por meio de exemplos “maduros”, já testados “n” vezes e, agora, já contextualizados com os conteúdos curriculares deste Curso de

Licenciatura.

De outro viés, sua experiência, principalmente no aspecto temporal, potencializa o docente para a elaboração de atividades mais específicas, inerentes àqueles alunos com qualquer tipo de distúrbio de aprendizagem, como por exemplo as dislexias e discalculias. Não há dúvida que um professor experiente elabora metodologias que, geralmente, auxiliam em muito o enfrentamento destas dificuldades de aprendizagem.

Com efeito, esta capacidade está, a princípio, vinculada diretamente ao tempo de experiência deste docente na Educação Básica, uma vez que quanto maior tiver sido este tempo ou for este tempo, ao que se entende maior terá sido as experiências vividas que potencializarão a prática docente deste profissional, catalisando sua ação didático-pedagógica, seu desempenho.

Deste entendimento resulta que o Curso prevê que todos os docentes (100%), tenham mais de 3 anos na de experiência na Educação Básica.

### *Experiência na Docência do Magistério Superior: relatório*

A experiência do Corpo Docente na Educação Superior tem que agregar valor ao o perfil do egresso que se deseja formar. Já se sabe, da análise do perfil que se deseja para os egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, que se deseja formar um profissional abrangente, crítico e reflexivo. Características natas de um professor. Deseja-se formar um cidadão com todas as suas dimensões socioculturais e histórica. Deseja-se formar uma pessoa crítica e criativa, pessoa comprometida, proativa com focos nos resultados esperados.

Para tanto, há que se esperar que o desempenho do professor que atuará neste Curso de Licenciatura seja adequado à possibilitar a satisfação da formação destes futuros professores (egressos) que atuarão, principalmente, na Educação Infantil, nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Da mesma forma que na Educação Básica, o desempenho dos Docentes deste Curso de Licenciatura, em sala de aula ou nas demais atividades que implicam em aprendizagem, estará diretamente relacionado às suas experiências na docência na Educação Superior.

Também é razoável admitir que quanto maior for o tempo de experiência

na docência na Educação Superior, maior será a capacidade deste docente para promover a identificação das dificuldades de seus alunos, como também, sanear-las. De forma análoga, o desenvolvimento da linguagem deste professor com sua turma estará eivado de suas experiências de receptividade ou de como se dá a retenção desta linguagem pelos alunos. Em outras palavras, será uma linguagem que possibilita maior entendimento e, portanto, maior valor agregado para a aprendizagem, por meio de exemplos “maduros”, já testados “n” vezes e, agora, já contextualizados com os conteúdos curriculares deste Curso de Licenciatura.

De outro viés, sua experiência, principalmente no aspecto temporal, potencializa o docente para a elaboração de atividades mais específicas, inerentes àqueles alunos com qualquer tipo de distúrbio de aprendizagem, como por exemplo as dislexias e discalculias. Não há dúvida que um professor experiente elabora metodologias que, geralmente, auxiliam em muito o enfrentamento destas dificuldades de aprendizagem.

Com efeito, esta capacidade está, a princípio, vinculada diretamente ao tempo de experiência deste docente na Educação Superior, uma vez que quanto maior tiver sido este tempo ou for este tempo, ao que se entende maior terá sido as experiências vividas que potencializarão a prática docente deste profissional, catalisando sua ação didático-pedagógica, seu desempenho.

Deste entendimento resulta que o Curso prevê que 75% dos docentes, tenham mais de 3 anos na de experiência na Educação Superior.

A previsão é que 75%, tenham mais de 3 anos de experiência na docência da educação superior.

## **A Atuação do Colegiado do Curso**

O funcionamento do Colegiado de Curso de Licenciatura em Pedagogia a ser implantado está regulamentado através do Regimento Geral da Faculdade Logos em seus Art. 13 e Art 14. Possui representatividade dos docentes e discentes. As reuniões ordinárias acontecerão com a seguinte periodicidade: Semestralmente (uma vez a cada Semestre). De todas as reuniões são lavradas atas, das quais constam os registros dos atos e fatos pertinentes ao

Curso, bem como o encaminhamento das decisões.

As reuniões extraordinárias poderão acontecer sempre que a necessidade justificar.

## **Produção científica, cultural, artística ou tecnológica**

A previsão é que a produção científica, cultural, artística ou tecnológica dos docentes, referente aos últimos 3 anos, contará com de 4 a 6 produções para mais de 50% do corpo docente relativo aos dois primeiros anos do curso.

## **A INFRAESTRUTURA**

Para execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a Instituição adequou sua infraestrutura.

### **Espaço de trabalho para professores Tempo Integral - TI**

Os professores de tempo integral contam com ambiente próprio para o desenvolvimento de suas atividades. Este ambiente é equipado com recursos de informática, internet sem fio, e é adequado em relação à dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação, comodidade e equipamento para informatização, comunicação e móvel para a guarda de materiais

### **Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos**

A coordenação do curso ocupa espaço físico adequado para o exercício de suas atividades, principalmente, em relação a: dimensão, equipamentos de informática, comunicação, conservação, gabinete individual, número de funcionários e atendimento a professores e discentes.

## **Sala de professores**

A Faculdade Logos dispõe 02 salas de professores. Ambas são adequadas. Atendem plenamente às necessidades do grupo, em relação a: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e acesso a equipamentos de informática e comunicação.

## **Salas de aula**

A Faculdade Logos conta com 30 salas de aula com as seguintes áreas: As salas estão equipadas com quadro branco, carteiras e cadeiras, equipamentos de ar condicionado computadores e projetores, sob agendamento. São adequadas em relação a: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e equipamentos de tecnologia de informatização.

## **Acesso dos discentes a equipamentos de informática**

A Faculdade Logos conta com laboratório de informática com 94 computadores. Disponibiliza acesso à internet. O laboratório tem acessibilidade para portadores de deficiências. A Faculdade Logos possui política de atualização dos equipamentos de informática. Possui instalado softwares apropriados para utilização dos equipamentos.

## **Bibliografia Básica, Bibliografia Complementar e periódicos especializados**

A quantidade de títulos e exemplares, como também, o meio e a mídia das bibliografias e periódicos se dará na forma do Relatório Circunstanciado elaborado pelo NDE.

O acervo físico está tombado e informatizado. O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários. A acessibilidade é adequada para qualquer estudante. Para os estudantes portadores de necessidades especiais (PNE), a Faculdade Logos se enquadra dentro da legislação vigente.

A biblioteca conta com gerenciamento informatizado tanto para a administração como para o gerenciamento das quantidades de exemplares, títulos e assinaturas e catalogação. Conta também com a gestão de contingências para acesso e para sua operacionalidade.

### **Laboratório Didático de Formação básica**

A Faculdade Logos conta o laboratório de informática como laboratório de formação básica para este Curso de Licenciatura em Pedagogia.

### **Laboratório Didático de Formação Especializada**

A Faculdade Logos conta com 1 (um) laboratório didático especializado, laboratório Pedagógico (Brinquedoteca), já implantado que atenderá ao Curso de Licenciatura de Pedagogia na modalidade presencial, considerada excelente.

A Brinquedoteca, laboratório didático especializado está implantada, com normas específicas de funcionamento, utilização e segurança e atenderá adequadamente os que dela se utilizam em relação a: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e discentes por vagas autorizadas.

As normas de segurança obedecerão aos critérios direcionados pelo Corpo de Bombeiros (Alvará), como também da Vigilância Sanitária. Demais ações de segurança serão de autonomia da instituição da IES como prevenção contra acidentes e manuseio dos equipamentos da brinquedoteca, devidamente acompanhados por um professor/monitor responsável.

Com relação aos equipamentos, a brinquedoteca contará com um

computador e um projetor. Conterá também, com os seguintes brinquedos e equipamentos: Cordas – Diversos; Bolas – Diversos; Barbantes – Diversos; Papeis – Diversos; Canetas – Diversos; Lápis variados – Diversos; Canetinhas coloridas – Diversos; Guache – Diversos; Isopor – Diversos; Fantasias – Diversos; Cola quente e fria – Diversos; Tesouras – Diversos; Régua – Diversos; Borracha – Diversos; Apontador – Diversos; Estilete – Diversos; Clips – Diversos; Grampeador – Diversos; Perfurador – Diversos; Giz de cera, Diversos; Balão – Diversos; Jogos de tabuleiro – Diversos; Jogos diversos – Diversos; Linhas – Diversos; Livros de recreação e lazer – Diversos; Mesas – Diversos; Cadeiras – Diversos; Expositores – Diversos, Televisão – Diversos; Lixeiras – Diversos; Quadro branco – Diversos; Pincéis – Diversos; Apagador, Diversos e Outros brinquedos – Diversos.

A atualização dos equipamentos dos laboratórios e das demais dependências da Faculdade Logos, bem como a expansão da quantidade destes equipamentos será feita semestralmente na forma do orçamento plurianual da faculdade, no qual estará contemplado as necessidades de insumos para cada curso. Extraordinariamente se fará sob demanda na medida da urgência apresentada pelo curso.

A acessibilidade é adequada para qualquer estudante. Para os estudantes portadores de necessidades especiais (PNE), a Faculdade Logos se enquadra dentro da legislação vigente. A FALOG desenvolverá periodicamente a capacitação dos professores e Pessoal do corpo técnico-administrativo para o trabalho de atendimento aos indivíduos com necessidades especiais e mantém um plano estratégico de atendimento que tem como meta atender o que dispõe o Art 6º do decreto 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

## **Sala de apoio pedagógico e outros**

Conterá com uma sala de apoio pedagógico e psicopedagógico, CPA, NDE e Ouvidoria, diversas salas de apoio administrativo, banheiros, área de convivência e lazer.



## **Biblioteca**

A Biblioteca é um órgão de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão e está vinculada à Direção Acadêmica da Faculdade Logos.

Tem por finalidade ser responsável pelo contínuo provimento, guarda, manutenção, atualização e divulgação do acervo e da produção científica e cultural da Faculdade Logos, constituindo-se um foco de cultura, informação e de conhecimento, podendo apoiar e desenvolver programas e projetos de incentivo a cultura em geral, a leitura e a formação de leitores.

Os serviços da Biblioteca estarão abertos aos acadêmicos e a comunidade em geral, disciplinados por Regulamento Geral Faculdade Logos.

A biblioteca contará com estrutura física básica, acervo, serviços e espaço físico. A política de expansão e atualização do acervo bibliográfico tem fulcro na solicitação de compra ou aquisição das bibliografias, tanto básicas como complementares, previstas no planejamento de ensino dos docentes referentes a cada curso da Faculdade Logos.

A Biblioteca disponibilizará recursos computacionais, com o objetivo de incentivar a pesquisa e o acesso à informação disponível em bases de dados referenciais e textuais, de acesso gratuito, na rede mundial de computadores, Internet e demais meios de acessibilidade.

O sistema informatizado contemplará as principais funções da biblioteca, onde destacam-se:

- a) Catalogação;
- b) Preparo técnico com à emissão dos relatórios de apoio e etiquetas com códigos de barra;
- c) Controle da movimentação do material, acompanhando as fases do material da biblioteca desde seu preparo técnico até o processo de reserva, empréstimo e devolução;
- d) Consulta ao acervo (pelas estações de rede interna, e externa através da internet);
- e) Controle de segurança e restrição de acesso;
- f) Inventário do acervo.

A Iluminação objetiva atender o ambiente de Biblioteca, com o provisionamento de boas condições visuais no plano de trabalho.

O nível de iluminação da Biblioteca se dá tecnicamente na forma da NBR 5413 - Iluminância de Interiores, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que segue a tendência das normas internacionais. Além disto, a distribuição da luminância no campo de visão dos usuários na biblioteca, é proporcionada também, pelas várias superfícies dentro da área (janelas, teto, parede, piso e superfície de trabalho), deve ser considerada como complementação à determinação das iluminâncias (lux) do ambiente, a fim de evitar ofuscamento. Uma boa uniformidade na iluminação é necessária, a fim de evitar sombras acentuadas e assegurar o conforto e a segurança para a prática da atividade exercida na área. O espaçamento entre as luminárias e o distanciamento delas em relação às paredes têm contribuição direta no resultado da uniformidade da iluminação.

A acústica trabalha com o conceito de conforto acústico na Biblioteca. O conforto acústico existe quando o ambiente proporciona boa inteligibilidade da fala (ou clareza musical) e ausência de sons indesejáveis no ambiente, criando uma sensação de paz e bem-estar. Dependendo do caso, o conforto acústico pode depender de uma boa absorção sonora, de um eficiente isolamento acústico, ou de ambos simultaneamente. Os materiais construtivos e de acabamento, a mobília e até mesmo as pessoas presentes exercem influência significativa sobre a acústica de um ambiente. O forro é o elemento que mais contribui para a qualidade da acústica em áreas internas e sua finalidade é absorver os sons e eliminar a reverberação (eco).

A ventilação pretende substituir uma porção de ar considerada indesejável por outra que tentará manter o ar do interior do recinto num grau de poluição, temperatura, humidade, etc., adequado às condições que são requeridas. Para efetuar uma ventilação adequada fixou o conceito de ventilação ambiental localizada determinando os pontos de entrada de ar e o percurso da circulação. Para tanto conta com equipamentos de ar-condicionado instalado na Biblioteca.

A segurança tem por conceito está vinculada à salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometem a incolumidade físico-psíquica dos

docentes, independentemente da condição que ostentem (homens ou mulheres, maiores ou menores de idade, etc.). Deste entendimento resulta que a biblioteca tem a segurança adequada uma vez que compõe ambientes não caracterizados como insalubre e tampouco comprometem a integridade físico-psíquica dos professores.

### *Formas de atualização e expansão do acervo*

A política de expansão e atualização do acervo bibliográfico tem fulcro na necessidade de suporte à investigação e à aprendizagem demandada pelos requisitos metodológicos e de conteúdo dos PPC.

A expansão e a atualização do acervo se darão por solicitação de compra ou aquisição das bibliografias, aquisição por demanda, tanto básicas, complementares e periódicos, previstas no planejamento de ensino dos docentes e/ou outras demandas internas a cada curso de graduação da Faculdade Logos. Esta política será provida por dotação orçamentária anual.

### *Serviços oferecidos*

São oferecidos os seguintes serviços:

- a) Livre acesso ao acervo;
- b) Consulta local;
- c) Consulta online;
- d) Cópia de documentos existentes na coleção;
- e) Renovação online;
- f) Visitas orientadas a Biblioteca;
- g) Orientação individual quanto ao uso da Biblioteca;
- h) Orientação quanto a normatização de trabalhos acadêmicos;
- i) Empréstimo local.

### **Infraestrutura física relativa à promoção da acessibilidade**

As políticas e adequações de infraestrutura física, relativas à acessibilidade e atendimento prioritário a pessoas portadoras de necessidades

especiais estão fundamentadas em um Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPE). Este núcleo tem como objetivos: a) identificar as dificuldades e necessidades especiais concernentes ao processo de ensino-aprendizagem-avaliação apresentadas pelo estudante e outros cidadãos que possam frequentar a IES; b) propor recursos e estratégias que reduzam ou eliminem as dificuldades e demandas especiais identificadas junto a estas pessoas.

No contexto educacional, para serem respeitados os direitos humanos fundamentais de educação, igualdade de oportunidades e participação social, devem oportunizadas práticas que propiciem as condições adequadas de inserção a todas as pessoas. Pessoas com necessidades especiais, isto é, as eficiências se as doenças são condições, definitivas ou transitórias, que implicam em determinadas necessidades especiais (NE). E, na escola, caso essas necessidades especiais não possam ser atendidas por meios tradicionais de ensino, por demandarem uma série de recursos e estratégias de caráter mais especializado por parte da instituição, elas passam a denominar-se de necessidades educacionais especiais - NEE. Com isso, desvia-se o foco do sujeito e passa-se a direcioná-lo ao atendimento deste.

A pessoa com necessidades especiais tem direito à educação, resguardado por lei, independente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso às instituições de ensino compreende não somente a matrícula, mas a apropriação do saber e das oportunidades educacionais. Considerando a crescente demanda de pessoas com necessidades educativas especiais, há que se pensar em desenvolver estratégias para a formação do cidadão crítico. Para efetivara inclusão do discente na IES, as NEE do indivíduo devem ser atendidas em a toda a sua trajetória escolar: acesso, ingresso, permanência e conclusão. Neste contexto, se faz premente que a política de atendimento ao estudante com NEE, nas IES, envolva o atendimento de suas necessidades no âmbito acadêmico e administrativo a fim de que os resultados possam estender-se à sua qualidade de vida e de formação profissional, assim como a inserção social.

A responsabilidade social se traduz através das atividades, tornando-se corresponsável pelo desenvolvimento da sociedade, entendida pela forma

como se aplica o ensino, a pesquisa científica, a gestão responsável e a extensão, considerando também os recursos disponibilizados à comunidade no acesso a esses saberes. Nessa perspectiva, a relação da Faculdade Logos com processos de inclusão social envolve a adoção de meios de acessibilidade que favoreçam o acesso e a permanência dos estudantes com necessidades educativas especiais.

Disto decorre que o apoio e acompanhamento a estudantes com necessidades educativas especiais, serão realizados pelos agentes designados especialmente para tal fim. Deverão: a) realizar diagnóstico da realidade quantitativa e qualitativa de discentes com necessidades educativas especiais, ouvindo-os em suas dificuldades; b) analisar e interpretar os dados obtidos no diagnóstico e propor, juntamente com os referidos discentes, ações que lhes assegurem uma vida acadêmica regular e posterior inserção no mercado de trabalho; c) elaborar, acompanhar e operacionalizar estratégias de integração e inclusão, propondo ações específicas dentro do campo administrativo, pedagógico, ambiental e tecnológico; d) assegurar aos que têm necessidades educativas especiais, atendimento prioritário nas Unidades e Pólos de Apoio Presencial da Faculdade Logos; e) providenciar, mediante estudos especializados, adaptações na estrutura física para permitir o fácil acesso, dentre outras ações.

As políticas e a estratégia da Faculdade Logos sempre buscam atender ao portador de necessidade especial, providenciando os meios e as adequações que facilitem a inserção do discente especial no meio acadêmico. A FALOG desenvolverá periodicamente a capacitação dos professores e Pessoal do corpo técnico-administrativo para o trabalho de atendimento aos indivíduos com necessidades especiais e mantém um plano estratégico de atendimento que tem como meta atender o que dispõe o Art. 6º do decreto 5.296/2004 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Assim, destacamos os principais critérios: a) manter nas recepções e/ou sala de atendimento e salas de aula assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis; b) manter nas recepções e/ou sala de atendimento e salas de aula, mobiliário adaptado à altura e à condição física de

peças em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT; c) desenvolver a capacitação de atendentes para prestar atendimento especializado para pessoas com deficiência auditiva, prestado por pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e no trato com aquelas que comuniquem em LIBRAS e para o atendimento especializado para pessoas cegas ou com reduzida capacidade visual, prestado por pessoas capacitadas neste tipo de atendimento; d) manter, dentro do plano de capacitação continuada, curso de pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual ou auditiva, bem como às pessoas idosas; e) manter sinalização de vagas prioritárias e disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; f) manter sinalização ambiental para orientação das pessoas com redução de mobilidade e redução da capacidade visual; g) desenvolver material didático adequando aos indivíduos com necessidades especiais, quando da matrícula de discentes que demonstrem essa necessidade.

## **ANEXO I – A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos  
DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002. Regulamenta a Lei nº 9.975, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999,

DECRETA:

Art. 1º A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade.

Art. 2º Fica criado o Órgão Gestor, nos termos do art. 14 da Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, responsável pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental, que será dirigido pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente e da Educação.

§ 1º Aos dirigentes caberá indicar seus respectivos representantes responsáveis pelas questões de Educação Ambiental em cada Ministério.

§ 2º As Secretarias-Executivas dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação proverão o suporte técnico e administrativo necessários ao desempenho das atribuições do Órgão Gestor.

§ 3º Cabe aos dirigentes a decisão, direção e coordenação das atividades do Órgão Gestor, consultando, quando necessário, o Comitê Assessor, na forma do art. 4º deste Decreto.

Art. 3º Compete ao Órgão Gestor:

I. avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área

de educação ambiental, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados aplicados em atividades dessa área;

II. observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Nacional de Educação - CNE;

III. apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário;

IV. sistematizar e divulgar as diretrizes nacionais definidas, garantindo o processo participativo;

V. estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;

VI. promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações;

VII. indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental;

VIII. estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental;

IX. levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e projetos de educação ambiental;

X. definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal;

XI. assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em Educação Ambiental:

- a) a orientação e consolidação de projetos;
- b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem-sucedidos; e,
- c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 4o Fica criado Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o Órgão Gestor, integrado por um representante dos seguintes órgãos, entidades



ou setores:

- I. setor educacional-ambiental, indicado pelas Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental;
- II. setor produtivo patronal, indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura, garantida a alternância;
- III. setor produtivo laboral, indicado pelas Centrais Sindicais, garantida a alternância;
- IV. organizações Não-Governamentais que desenvolvam ações em Educação Ambiental, indicado pela Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG;
- V. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- VI. municípios, indicado pela Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA;
- VII. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
- VIII. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, indicado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, excluindo-se os já representados neste Comitê;
- IX. Conselho Nacional de Educação - CNE;
- X. União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;
- XI. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- XII. da Associação Brasileira de Imprensa - ABI; e
- XIII. da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente - ABEMA.

§ 1o A participação dos representantes no Comitê Assessor não enseja qualquer tipo de remuneração, sendo considerada serviço de relevante interesse público.

§ 2o O Órgão Gestor poderá solicitar assessoria de órgãos, instituições e pessoas de notório saber, na área de sua competência, em assuntos que necessitem de conhecimento específico.

Art. 5o Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se:

I. a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e

II. a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Art. 6o Para o cumprimento do estabelecido neste Decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

I. a todos os níveis e modalidades de ensino;

II. às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;

III. às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde;

IV. aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas;

V. a projetos financiados com recursos públicos; e

VI. ao cumprimento da Agenda 21.

§ 1o Cabe ao Poder Público estabelecer mecanismos de incentivo à aplicação de recursos privados em projetos de Educação Ambiental.

§ 2o O Órgão Gestor estimulará os Fundos de Meio Ambiente e de Educação, nos níveis Federal, Estadual e Municipal a alocarem recursos para o desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental.

Art. 7o O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e seus órgãos vinculados, na elaboração dos seus respectivos orçamentos, deverão consignar recursos para a realização das atividades e para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 8o A definição de diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Ambiental em âmbito nacional, conforme a atribuição do Órgão Gestor definida na Lei, deverá ocorrer no prazo de oito meses após a publicação deste Decreto, ouvidos o Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA e o

---

Conselho Nacional de Educação - CNE.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2002, 181º da Independência e 114º da  
República.

HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato de Souza José Carlos Carvalho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 26.6.2002

## **ANEXO II – A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

### **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 20121, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Leis nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, CONSIDERANDO o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos(as),

#### **RESOLVE:**

Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições.

Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de

responsabilidades individuais e coletivas.

§ 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

§ 2º Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII. sustentabilidade socioambiental.

Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

- I. apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II. afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III. formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV. desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- V. fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos

humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

§ 1º Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos.

§ 2º Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação

Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

I. pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

II. como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

III. de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

Art. 9º A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.

Art. 10. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem-sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Art. 11. Os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos.

Art. 12. As Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.  
ANTONIO CARLOS CARUSO RONCA

## **ANEXO III - EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

### CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. (\*)<sup>2</sup>

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, publicada em 25 de novembro de 1995, e com fundamentação no Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação em 19 de maio de 2004, e que a este se integra, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento. 2 (\*) CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a



educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

§ 3º Caberá aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas por esta Resolução, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e discentes, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/

2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 4º Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de discentes afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Art. 6º Os órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade.

§ Único: Os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988.

Art. 7º Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004.

Art. 8º Os sistemas de ensino promoverão ampla divulgação do Parecer CNE/CP 003/2004 e dessa Resolução, em atividades periódicas, com a participação das redes das escolas públicas e privadas, de exposição, avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do ensino e aprendizagens de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação das Relações Étnico-Raciais.

§ 1º Os resultados obtidos com as atividades mencionadas no caput deste artigo serão comunicados de forma detalhada ao Ministério da Educação, à Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, ao Conselho Nacional de Educação e aos respectivos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, para que encaminhem providências, que forem requeridas.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Roberto Cláudio Frota Bezerra Presidente do Conselho Nacional de Educação  
Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos  
LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no

---

Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187o da Independência e 120o da  
República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008

## **ANEXO IV – REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

### *CAPÍTULO I*

#### *DA DEFINIÇÃO DO ESTÁGIO*

Art. 1º - A Faculdade Logos segue a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 que define estágio como sendo:

Ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Para o Curso de Licenciatura em Pedagogia, o estágio curricular supervisionado é o momento de aproximação com a realidade escolar, onde o discente, futuro professor, vai poder praticar as teorias aprendidas ao longo do curso, buscando sempre uma relação entre a teoria e a prática. Esse momento, então, é o de conhecer o ambiente em que irá atuar. O ambiente do estágio deve proporcionar um processo de aprendizagem para a concepção pedagógica favorecendo a formação do professor, para o futuro exercício de sua profissão, colocando-o em contato com a realidade.

### *CAPÍTULO II*

#### *DAS DIRETRIZES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO*

Art. 2º - O Estágio Curricular Supervisionado é um processo de aprendizagem

I. Integra o conhecimento adquirido pelo discente em sala de aula à prática profissional e estimula o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas em situações reais de vida e do mundo do trabalho;

- II. Propicia ao discente a aquisição de experiência profissional específica visando sua inserção eficaz no mercado de trabalho;
- III. É desenvolvido fora da sala de aula em ambientes que propiciem o aprendizado da prática profissional;
- IV. Está em sintonia com o projeto pedagógico do curso, com os objetivos da instituição e com o perfil profissional desejado;
- V. Pode constituir-se numa atividade de investigação, explicitação, interpretação e intervenção na realidade e de enriquecimento da formação profissional dos discentes.

Art. 3º - As atividades do Estágio Curricular Supervisionado serão avaliadas através de relatórios de atividades desenvolvidas pelo discente para apreciação e avaliação do desempenho pelo professor da disciplina de Estágio.

### *CAPÍTULO III*

#### *DAS POLÍTICAS E OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO*

Art. 4º - As políticas e objetivos do Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em Pedagogia visam:

- I. Garantir o cumprimento da legislação que regulamenta os estágios;
- II. Fortalecer relações de parceria com os campos de estágio supervisionado;
- III. Respeitar as peculiaridades do Curso de Pedagogia
- IV. Garantir a avaliação permanente e continuada do Estágio Curricular Supervisionado com a participação dos envolvidos;
- V. Proporcionar ao discente a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional efetiva, criando a possibilidade de exercitar suas habilidades;
- VI. Proporcionar ao discente a oportunidade de integrar-se ao campo profissional, ampliando sua formação teórico-prática e interdisciplinar;
- VII. Amenizar o impacto da passagem da vida estudantil para a profissional;
- VIII. Estimular o espírito crítico e inovador através da busca por

soluções para as dificuldades que surgem na vivência do estágio;

IX. Dinamizar as discussões em sala de aula e no ambiente profissional;

X. Ampliar os processos e espaços pedagógicos da formação acadêmico-profissional;

XI. Ampliar as oportunidades de inserção dos profissionais formados pela Faculdade Logos no mercado de trabalho.

## *CAPÍTULO IV*

### *DA REALIZAÇÃO E LOCAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO*

Art. 5º - O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia se realiza a partir da efetivação da matrícula do discente na disciplina, de acordo com a legislação vigente.

Art.6º- O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia é desenvolvido em áreas específicas do curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia.

Art.7º - Podem ser concedentes de estágio para o Curso de Pedagogia:

I. Escolas públicas e/ou privadas de Educação Básica;

II. Escolas de Educação de Jovens e Adultos;

III – Outras instituições que ofertem serviços educacionais congêneres.

Art. 8º - Os Campos de Estágio devem apresentar condições para:

I. Planejamento e execução conjunta das atividades de Estágio;

II. Avaliação, aprofundamento e produção de conhecimentos teórico- práticos no campo específico de atuação, quando requerido;

III. Vivência efetiva de situações concretas de docência e gestão escolar, dentro do campo profissional;

IV. Parceria permanente e continuada com a a Faculdade Logos;

V. Existência de infraestrutura material e de recursos humanos para um bom desempenho do Estágio Supervisionado;

VI. Aceitação das condições de orientação, supervisão e avaliação dos estagiários pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia;

VII. Acatamento das normas disciplinares dos estágios

supervisionados do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Logos.

Art. 9º - A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado não poderá exceder a jornada de 6 horas diárias, distribuídas de comum acordo entre o professor da disciplina e discentes, buscando equilíbrio entre a orientação e a prática profissional, perfazendo 30 horas semanais máximas.

Art. 10º - O Estágio Curricular Supervisionado não cria vínculo empregatício, desde que sejam observados os seguintes requisitos:

- I. Matrícula regular do acadêmico em curso de educação superior;
- II. Existência de convênio entre a Faculdade Logos e a Instituição Concedente;
- III. Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- IV. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art. 11º - Definida a escola onde irá estagiar, é necessário que se formalize o Estágio junto à direção da mesma. Para tanto, o discente deverá apresentar à unidade escolhida uma “Carta de Apresentação do Estagiário”.

## *CAPÍTULO V*

### *DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO*

Art. 12º – O Curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 400 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado Obrigatório (conforme Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015-art.13). É obrigatória a integralização da carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado em Pedagogia na modalidade presencial, na qual são incluídas:

- I. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório I – Sexto semestre, 130 horas: Estágio na Educação Infantil e/ou nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, onde o discente desenvolve o estágio em 3 partes: observação, planejamento e prática;
- II. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório II – Sétimo semestre
  - 130 horas: Estágio no Ensino Médio, onde o discente desenvolve o estágio em 3 partes: observação, planejamento e prática;



III. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório III – Oitavo semestre 140 horas: Estágio na Gestão Escolar, onde o discente desenvolve o estágio observando e relatando itens da gestão escolar como: Projeto Pedagógico, Legislações, reuniões, processos de gestão e integração com os públicos envolvidos.

Art. 13º - O estágio deverá ser desenvolvido de acordo com o cronograma/calendário do período que está cursando.

Art. 14º - O prazo máximo para conclusão dos estágios previstos na matriz curricular não poderá extrapolar o prazo para a conclusão do Curso.

Art. 15º - O discente somente poderá iniciar atividades de estágios após estar devidamente segurado contra acidentes pessoais e com o termo de compromisso assinado pelas partes.

Art. 16º - Caso o discente exerça função docente e/ou de gestão em escolas de Educação Infantil ou Ensino Fundamental I, no período em que estiver cursando o estágio do curso de Pedagogia, poderá aproveitar até 200 horas para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

## *CAPÍTULO VI*

### *DO CONVÊNIO E DO TERMO DE COMPROMISSO*

Art. 17º - O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é autorizado com a celebração de Convênio e Termo de Compromisso.

§1º - O Convênio é celebrado entre a Faculdade Logos e a unidade concedente.

§2º – O Termo de Compromisso de Estágio é celebrado entre Unidade Concedente e discente, com a interveniência da Faculdade Logos.

Art. 18º – A atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária.

## SEÇÃO I

### DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NO LOCAL DE TRABALHO

Art. 19º - O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser desenvolvido pelo acadêmico em seu local de trabalho, desde que, seja dentro da área de formação profissional, aprovado pelo professor da disciplina de Estágio e pela Coordenação de Curso, observando o seguinte:

- I. Vínculo empregatício do acadêmico;
- II. Concordância da unidade concedente em cumprir as normas de Regulamentação de Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios;
- III. Encaminhamento, pelo discente, da fotocópia das folhas da carteira profissional, que contenham foto, identificação civil e o registro do contrato de trabalho, para a coordenação do curso.

Parágrafo Único: A validade do desenvolvimento do estágio no local de trabalho se dará a partir da autorização da Coordenação de Curso, publicada através de Edital.

#### *CAPÍTULO VII*

#### *DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO*

Art. 20º- A estrutura organizacional da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Logos é composta de:

- I. Coordenação de Curso;
- II. Professor responsável pela disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório
- III. Discentes Estagiários.

## SEÇÃO I

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO

Art. 22º - Cabe ao Professor da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório:

- I. Acompanhar e orientar as atividades de estágio do discente.
- II. Acompanhar e orientar as atividades dos discentes na Unidade Concedente, durante o período de realização do estágio, através de relatórios e/ou formulários específicos;
- III. Assegurar a compatibilidade das atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com o PPC do curso;
- IV. Participar ativamente do processo ensino/aprendizagem do discente(a), corresponsabilizando-se pelas orientações e avaliações;
- V. Relacionar bibliografias de acordo com as necessidades evidenciadas pelos estagiários;
- VI. Contribuir para a integração da Faculdade Logos e Unidade Concedente.
- VII. Executar o programa estabelecido no regulamento específico do Curso.

## SEÇÃO II

### DO DISCENTE-ESTAGIÁRIO

Art. 23º – É considerado estagiário, o discente regularmente matriculado no Curso Superior de Pedagogia da Faculdade Logos, após a assinatura do termo de compromisso.

Art. 24º - O discente, respeitadas as exigências e peculiaridades do seu Curso, se sujeita ao cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos termos deste Regulamento.

Art. 25º - São obrigações do Discente-Estagiário:

- I. Buscar vaga de estágio junto às instituições educacionais,

informando a obtenção da vaga para regularização/oficialização de sua situação de estagiário;

- II. Assinar e respeitar as cláusulas do Termo de Compromisso;
- III. Cumprir os prazos determinados pelo Professor, referente à entrega da documentação formal do estágio e o Relatório de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- IV. Comunicar ao professor da disciplina as situações que ocorram no campo de estágio e que necessitem de sua interferência para salvaguardar a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;
- V. Desenvolver as atividades de estágio observando procedimentos éticos e morais, respeitando o sigilo das Instituições;
- VI. Cumprir cronograma, previamente estabelecido;

### SEÇÃO III

#### DA UNIDADE CONCEDENTE DE ESTÁGIO

Art. 26º – Cabe a Unidade Concedente do Estágio:

- I. Celebrar com a Faculdade Logos, convênio para a realização de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- II. Firmar com o discente estagiário o Termo de Compromisso, com a interveniência da Faculdade Logos;
- III. Informar ao estagiário sobre as normas a serem seguidas;
- IV. Designar um Supervisor para a orientação e/ou acompanhamento do estagiário;
- V. Comunicar à Faculdade Logos. Art. 27º - Compete à Supervisão

Local:

- I. Acompanhar a realização do estágio, orientando os estagiários em suas atividades, bem como desenvolver processos de intervenção para aprimorar a qualidade das ações do profissional em formação;
- II. Avaliar ao longo do processo o desempenho dos estagiários, através de relatórios e/ou formulários específicos.

### CAPÍTULO VIII

## **DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**

Art. 28º - A avaliação do estagiário ocorrerá de forma contínua, permanente e progressiva durante todo o processo de estágio.

Art. 29º - O acompanhamento de estágio será feito pelo Professor observando os seguintes itens:

- I. Relatórios parciais elaborados pelo estagiário;
- II. Relatório final elaborado pelo estagiário;

Art. 30º - Para aprovação nas atividades práticas de Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, o discente deverá obter conceito APROVADO.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DA FREQUÊNCIA**

Art. 31º - Será obrigatória a frequência do estagiário no período previamente estabelecido para as atividades de Estágio Supervisionado, sendo admitida a compensação das faltas, nos termos da legislação em vigor e em regulamentos específicos da Faculdade Logos.

### **CAPÍTULO X**

#### **DA CONCLUSÃO DO ESTAGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

Art. 32º – A conclusão da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório se dará após parecer de aprovação, emitido pelo Professor da Disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

### **CAPÍTULO XI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 33º - Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios deverão ser realizados individualmente.

Art. 34º - O discente que por má administração, por negligência ou omissão, danificar e extraviar equipamentos ou parte deles ou causar outros danos à Unidade Concedente ou da Faculdade Logos, deverá ressarcir ou indenizar os prejuízos causados.

Art. 35º – De acordo com os ordenamentos jurídicos da Faculdade Logos, não será permitida abreviação de estudos nas disciplinas de Estágio

Curricular Supervisionado Obrigatório.

## **ANEXO V – REGULAMENTO DO NUCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) – CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Art. 1º - O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Logos, órgão consultivo de concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, integrante da Administração do Curso, destinado a estudar e propor a política de ensino, pesquisa e extensão e acompanhar a sua execução, ressalvada a competência do Colegiado de Curso.

§ 1º - É vedado ao Núcleo Docente Estruturante - NDE deste Curso deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses do curso.

§ 2º - O NDE será implantado por meio de Portaria específica. Será formalmente instituído após a autorização do curso por ato regulatório do MEC.

Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia será composto por 05 (cinco) docentes do curso. Seus componentes se caracterizarão, minimamente, por:

- a) Regime de trabalho parcial e/ou integral;
- b) 60% com pós-graduação stricto sensu;
- c) Experiência na docência e gestão na educação superior;
- d) Experiência docente na educação infantil e ensino fundamental.

Parágrafo Único – Os componentes do NDE serão voluntariados e/ou escolhidos pelos seus pares, desde que atendam ao que estipula o art 2º. O Coordenador será eleito pelos seus pares componentes do NDE. Todos os membros terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos.

Art. 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

§ 1º - A convocação de todos os seus membros será feita pelo Coordenador do Curso mediante aviso expedido pela Secretaria da Faculdade,

pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o "caput" deste artigo, desde que todos os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Logos salvo quando estabelecido por lei ou por este Regulamento, funcionará e deliberará, normalmente, com a presença da maioria absoluta de seus membros;

§ 4º – O Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia poderá requisitar junto à Coordenação do Curso, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 4º - A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será observada na convocação.

Parágrafo Único - Das reuniões, lavrará um dos membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE, ata circunstanciada que, depois de lida e aprovada será assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 5º - Todo membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia terá direito à voz e voto, cabendo ao Coordenador o voto de qualidade.

Art. 6º - Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- a) Em todos os casos a votação é em aberto;
- b) Qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- c) Nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- d) Não serão admitidos votos por procuração.

Art. 7º - Compete ao Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia:

- I. Propor diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do



- Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores;
- II. Propor o perfil profissional e os objetivos gerais do Curso, observada as DCN do Curso de Licenciatura em Pedagogia e demais normas específicas;
  - III. Propor o currículo pleno do Curso e suas alterações, para aprovação pelos órgãos competentes;
  - IV. Emitir pareceres das propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso;
  - V. Propor as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Coordenador do Curso, modificações dos programas para fins de compatibilização;
  - VI. Propor às Coordenadoras providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino;
  - VII. Auxiliar no processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o Curso, quando solicitado;
  - VIII. Participar da avaliação dos planos de trabalho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na forma definida no projeto de avaliação institucional;
  - IX. Emitir parecer sobre a organização, funcionamento e avaliação das atividades de Estágios do Curso;
  - X. Recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
  - XI. Analisar e dar parecer sobre o cronograma das atividades do Curso;
  - XII. Assessorar o Coordenador em outras atividades especiais, quando solicitado;
  - XIII. Colaborar com os demais órgãos acadêmicos na sua esfera de atuação;
  - XIV. Sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;
  - XV. Auxiliar na formulação da avaliação do desempenho docente, discente e técnico-administrativo do curso, quando solicitado;

XVI. Zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Curso;

XVII. Incentivar a elaboração de programas de pesquisa e extensão na área do curso;

Art. 8º - O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Diretor de Ensino

(61) 37133706  
(61) 998387266  
contato@falog.edu.br  
Av. Perimetral, s/n – Centro, Novo Gama/Go  
Centro comercial Logos



[www.falog.edu.br](http://www.falog.edu.br)